



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

e-DOC 67712F78
Proc 22100/2019-e

Proc.: 22.100/19e

Processo n.º: 22.100/2019-e

Apenso n.º: 23.220/2019-e

5.964/2015-e

00600-00000120/2020-91-e

00600-00000506/2021-83-e

Origem: Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal – Semob/DF

Assunto: Representação

Ementa: Representação, com pedido de medida cautelar, formulada pela Urbi Mobilidade Urbana, versando sobre supostas irregularidades na edição das Portarias n.ºs 71/2019 e 72/2019 – Semob/DF. Aditamento à exordial. Decisão n.º 3.635/2019: conhecimento da exordial e de seu aditamento, bem como dos demais documentos juntados ao feito; determinação à Semob/DF para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifeste-se acerca do teor dos fatos representados, apresente toda fundamentação técnico-legal que motivou a prolação das Portarias n.ºs 71/2019, 72/2019, 80/2019 e 81/2019, e encaminhe cópia digital ou disponibilize acesso eletrônico ao Processo SEI GDF n.º 00090-0000032912019-63, assim como dos demais autos que possuam relação com a matéria ora em apreço; concessão de prazo de 5 (cinco) dias para manifestação da Viação Pioneira Ltda. e da Viação Piracicabana Ltda.; ciência do decisum à Urbi Mobilidade Urbana; e retorno dos autos à Segem/TCDF, para manifestação acerca da medida cautelar requerida no eDOC 6B81FAB2-c, em caráter urgente e prioritário. Envio de documentos pela Semob/DF. Pedidos de prorrogação de prazo, por 15 (quinze) dias, para dar cumprimento ao disposto nos itens II e III.b da Decisão n.º 3.635/2018, formulados, respectivamente, pela Semob/DF e pela Viação Piracicabana Ltda. Ingresso de pedido de cópia integral dos autos formulado pela Viação Pioneira Ltda., que também requereu a oportunidade de promover a regularização da representação processual no prazo legal. Decisão n.º 3.882/2019: conhecimento e deferimento dos pleitos, com fulcro nos arts. 118, 131 e 172, § 6º, do RI/TCDF. Decisão n.º 4.277/2019: conhecimento dos documentos acostados aos autos; denegar a medida cautelar requerida na representação e aditamento de e-DOCs n.ºs 6B81FAB2-c e BA310D1E-c, no tocante às Portarias n.ºs 71/2019, 72/2019, 80/2019 e 81/2019 – Semob/DF, por ausência dos requisitos previstos no art. 277, “caput”, do RI/TCDF; determinação à Semob/DF que, no prazo de 15 dias, em reiteração aos itens “II.b” e “II.c” da Decisão n.º 3.635/2019, encaminhe ao Tribunal toda a fundamentação técnico-legal que motivou a prolação das Portarias Semob n.ºs 72/2019 e 81/2019, remetendo, inclusive, em meio eletrônico, as planilhas, em formato Microsoft Excel, com as fórmulas correspondentes, que subsidiaram a confecção das tabelas constantes do anexo da Nota Técnica SEI-GDF n.º 1/2019 - SEMOB/ST/SUACOG/DITAR, de 01.08.2019 e de cópia digital do inteiro teor do Processo SEI-GDF n.º 00090-00000329/2019-63, concernente à “reavaliação de todos os processos de revisão tarifária instaurados durante a Concessão”, bem como dos demais autos que possuam relação com a matéria debatida no processo em exame; ciência das decisões aos interessados e retorno dos autos à Segem/TCDF para exame de mérito da exordial. Ingresso de pedido de cópia de

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 22.100/19e

peças processuais formuladas pela Urbi Mobilidade Urbana (consórcio contratual privado constituído pelas empresas HP TRANSPORTES COLETIVOS LTDA. e ITA EMPRESA DE TRANSPORTES LTDA.). Despacho Singular n.º 31/2020 – GCIM: concessão. Decisão n.º 474/2020: conhecimento dos Ofícios n.ºs 51/2020 (e-DOC 648E7C12-c), 76/2020 (e-DOC 5D7E2E67-c) e 249/2020-SEMOB (e-DOC F7A906DA-c), encaminhados em atenção à Decisão n.º 4.277/2019, cujo teor deverá ser examinado em momento oportuno pelo relator original dos autos; conhecimento do recurso nominado interposto pela URBI Mobilidade Urbana em face do inciso II da Decisão n.º 4.277/2019, para, no mérito, negar-lhe provimento, ante a ausência dos requisitos previstos no art. 277 do RI/TCDF; ciência da decisão ao recorrente, na forma do § 2º do art. 4º da Resolução-TCDF n.º 183/2007; envio de cópia da decisão ao Nurec/TCDF, como forma de viabilizar os correspondentes registros e o retorno dos autos à Segem/TCDF. **Nesta fase:** análise de mérito da exordial. Unidade instrutiva (Informação n.º 57/2020 – DIGEM3) propõe: autorizar o levantamento do sobrestamento do Processo n.º 5.964/2015 e apensamento aos presentes autos, com o fito de evitar decisões conflitantes; considerar procedente a Representação ofertada pela URBI Mobilidade Urbana, a fim de (a) não aplicar o item 1 da Cláusula XI e subitens “1.3.a”, “1.3.b” e item 4 da Cláusula XVII dos Contratos de Concessão originários da Concorrência n.º 01/2011-ST/DF, por irregulares, e (b) invalidar as Portarias n.ºs 71, 72, 80 e 81/2019, mantendo-se os efeitos das Portarias/SEMOB n.ºs 56 a 60/2018; expedir determinações à Semob/DF; considerar improcedente a Representação ofertada pelo Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa das Relações de Consumo – IBEDEC/DF, tratada no Processo n.º 5.964/2015, com conhecimento ao Representante; dar ciência de decisão a ser adotada à Representante, à Procuradoria-Geral do Distrito Federal e à Câmara Legislativa do Distrito Federal; e autorizar o arquivamento. COTA ADITIVA do Diretor da 3ª Digem (Informação n.º 59/2020 – DIGEM3) em parcial dissonância quanto à fundamentação e proposições da instrução. MPJTCDF (Parecer n.º 743/2020–G3P) converge parcialmente com o corpo instrutivo, pugnando, preliminarmente, pela apensação do Processo n.º 22.100/2019 ao Processo n.º 5.964/2015-e e, no mérito, por/pelo(a): (a) irregularidades insanáveis dos Contratos e da Portaria n.º 25/2015, com indícios de dano ao erário distrital, segundo a Informação n.º 84/2015-3ª – Diacomp, e ausência de exame satisfatório acerca das Portarias n.ºs 22, 56 a 60/2018 SEMOB e estudos da Fundação Getúlio Vargas; (b) irregularidades apuradas pela Informação n.º 84/2015-3ª DIACOMP; (c) possível “jogo de planilha”; (d) sobrepreço da Taxa Interna de Retorno; (e) necessidade de apuração sobre os efeitos financeiros em face das irregularidades, segundo a Informação n.º 84/2015-3ª DIACOMP, em toda a execução contratual; (f) reexame dos estudos de lavra da Fundação Getúlio Vargas, considerando a superestimativa das Taxas Internas de Retorno apresentadas pelo estudo, segundo os parâmetros de preços de mercado, além de alterações de fatores de utilização das despesas de pessoal e demais componentes de custos, cuja definição de premissas esteve a cargo da SEMOB; (g) procedência da representação do IBEDEC, considerando a majoração atípica da Taxa Interna de Retorno para a empresa ITA-HP-URBI, na Portaria n.º 22/2016; (h) anulação dos contratos *in totum* ou parcial, viabilizando a anulação a imediata da Portaria n.º 25/2015, com adoção de cautelar, suspendendo os efeitos do ato administrativo, para resguardo do resultado útil do processamento; (i) suspensão dos efeitos, em medida cautelar, das Portarias n.ºs 22/2016 e 56 a 60/2018; (j) realização de diligências, autorizando inspeção, para reinstrução dos autos acerca das Portarias n.ºs 22/2019 e 56 a 60/2018/SEMOB e estudos de lavra da Fundação

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 22.100/19e

Getúlio Vargas; e (k) expedição de determinações. Ingresso de pedido de cópia de peças processuais formulado pelo representante legal da Viação Piracicabana. Despacho Singular n.º 616/2020 – GCIM: concessão. Ingresso de pedido de fornecimento de cópia de peças processuais acostadas aos autos, formulado pela Chefe-Substituta da Assessoria Jurídico-Legislativa – Substituta da Semob/DF. Despacho Singular n.º 641/2020 – GCIM: denegação do pleito, ante ausência de legitimidade da subscritora do pedido, com esclarecimento à jurisdicionada. Ingresso de pedido de sustentação oral formulado pelo representante legal da Viação Piracicabana e da Viação Pioneira Ltda.. Despacho Singular n.º 683/2020 – GCIM: concessão do pleito, fixando-se a data de 02.12.2020 para realização da sustentação oral requerida. Ingresso de pedido de cópia de peças processuais formulado pela Semob/DF. Despacho Singular n.º 737/2020 – GCIM: concessão. Ingresso de pedidos de cópia de peças processuais formulados pelas empresas Viação Pioneira Ltda e pela empresa Urbi Mobilidade. Despacho Singular n.º 52/2021 – GCIM: concessão. Despacho Singular n.º 96/2021 – GCIM: Redesignação da sustentação oral deferida à empresa Viação Piracicabana Ltda. e Viação Pioneira Ltda. mediante Despacho Singular n.º 683/2020 – GCIM para realizar-se em 10.03.2021. Ingresso de pedido de sustentação oral formulado pela empresa ITA-HP-URBI para a sessão de 10.03.2021. Despacho Singular n.º 131/2021 – GCIM: concessão. Ingresso de pedido de cópia integral do Processo n.º 5.964/2015 apensado ao presente feito, formulado pela empresa Viação Pioneira Ltda.. Despacho Singular n.º 138/2021 – GCIM: concessão. Realização da sustentação oral de defesa pelo representante legal da Viação Piracicabana e da Viação Pioneira Ltda. (Dr. Herman Barbosa, OAB-DF n.º 10.001) e pelo representante legal da empresa Urbi Mobilidade Urbana Ltda. (Dr. João Antonio Pinheiro Leitão Gama Dias, OAB-DF n.º 44.786). Decisão n.º 706/2021: adiamento da discussão da matéria, com a devolução dos autos ao gabinete do Relator, concedendo aos defendentes o prazo de 10 (dez) dias para juntada de memoriais. Apresentação de memoriais pelos representantes legais da Viação Piracicabana Ltda. e da Viação Pioneira Ltda. e do Consórcio HP-ITA. Superveniência da Decisão n.º 934/2021 proferida nos autos do Processo n.º 00600-00000506/2021-83, que tomou conhecimento da Representação formulada pelo chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal – Semob/DF, versando sobre possíveis irregularidades na edição das Portarias n.ºs 22/2016-Semob/DF e 56 a 60/2018-Semob/DF (e-DOC 6E6DAD97-c), e autorizou a apensação daqueles autos ao Processo n.º 22.100/2019-e, ante a conexão entre as matérias versadas nos feitos. Despacho Singular n.º 204/2021 – GCIM: remessa dos autos à Segem/TCDF para os fins escoimados no item III.a da Decisão n.º 934/2021 e, com fulcro no art. 123 do RI/TCDF, reinstrução processual para análise do impacto da situação reportada na exordial conhecida pelo TCDF no item I da Decisão n.º 934/2021 no deslinde deste feito. Ingresso de pedido de cópia de peças processuais formulado pela empresa ITA-HP-URBI. Despacho Singular n.º 374/2021 – GCIM: concessão. Unidade instrutiva (Informação n.º 60/2021 – DIGEM3) reitera as proposições da Informação n.º 57/2020 – DIGEM3, com os ajustes e acréscimos inerentes à reinstrução, pugnando pela improcedência da Representação da AJL-SEMOB/DF. Cota complementar do Diretor da 3ª DIGEM (Informação n.º 61/2021 – DIGEM3) parcialmente divergente da instrução, com proposta de medida cautelar para que a Semob/DF se abstenha de proceder a prorrogações nos Contratos oriundos da Concorrência n.º 01/2011-ST, iniciando desde logo, caso ainda não o tenha feito, os procedimentos com vista à deflagração de certame licitatório para novas

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 22.100/19e

contratações para substituição dos contratos derivados da Concorrência n.º 01/2011-ST/DF ao término de suas vigências originais, ou dentro dos 365 dias definidos pelos Acórdãos/TJDFT de n.ºs 1144188 e 1233612, exarados no âmbito da Ação Popular n.º 2013.01.1.092892-0, o que ocorrer primeiro, e autorização para acompanhamento de novas revisões tarifárias em autos apartados. Ingresso de pedidos de cópia formulados pela Viação Pioneira Ltda.. Despacho Singular n.º 403/2021 – GCIM: concessão das cópias demandadas em relação ao presente processo e ocorrência de preclusão consumativa em relação ao pleito de e-DOC 909C0E84-e, com posterior remessa deste feito ao MPJTCDF para emissão de parecer. MPJTCDF (Parecer n.º 489/2021–G3P) ratifica as proposições constantes do Parecer n.º 743/2020 – G3P, com acréscimos por: considerar improcedente a Representação formulada pelo Sr. Júlio César Barbosa Melo, Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa da Semob/DF, e pela adoção da medida cautelar proposta pelo Diretor da 3ª Digem para que a Semob se abstenha de prorrogar os Contratos oriundos da Concorrência n.º 1/2011-ST, dando imediato início ao procedimento licitatório, caso ainda não o tenha feito. Ingresso de pedidos de cópia de peças processuais formulados pelas empresas Consórcio HP-ITA e Viação Piracicabana Ltda., por intermédio de seus representantes legais. Despacho Singular n.º 471/2021 – GCIM: concessão das cópias demandadas na forma dos pleitos de peças eletrônicas 166 e 168. VOTO divergente dos órgãos instrutivo e ministerial, no sentido de sobrestar o exame das matérias tratadas no presente feito, até o deslinde da ACP n.º 0703048-02.2020.8.07.0018.

RELATÓRIO

Tratam os autos da Representação, com pedido de medida cautelar, formulada pela Urbi Mobilidade Urbana (consórcio contratual privado constituído pelas empresas HP TRANSPORTES COLETIVOS LTDA. e ITA EMPRESA DE TRANSPORTES LTDA.), versando sobre supostas irregularidades na edição das Portarias n.ºs 71/2019 e 72/2019 – Semob/DF (e-DOC 6B81FAB2-c).

Na Sessão Ordinária n.º 5.172, de 22.10.2019, o Tribunal proferiu a **Decisão n.º 3.635/2019** (e-DOC 7A923E6E-e), *in verbis*:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – **tomar conhecimento: a) da Representação, com pedido de medida cautelar, formulada pela Urbi Mobilidade Urbana** (consórcio contratual privado constituído pelas empresas HP TRANSPORTES COLETIVOS LTDA. e ITA EMPRESA DE TRANSPORTES LTDA.), versando sobre supostas irregularidades na edição das Portarias n.ºs 71/2019 e 72/2019 – Semob/DF (eDOC 6B81FAB2-c), ante o preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos nos incisos I a IV do § 2º do art. 230 do RI/TCDF c/c o disposto no art. 113, § 1º, da Lei n.º 8.666/1993; b) da Informação n.º 73/2019 – DIGEM3 (e-DOC 13D4ED29-e); c) do aditamento à exordial e respectivos anexos (e-DOC BA310D1E-c); d) da Informação n.º 86/2019 – DIGEM3 (e-DOC D75A9966-e); e) das Portarias n.ºs 80/2019 e 81/2019 – Semob/DF, publicadas no DODF de 09.10.2019, alusivas à tarifa técnica do Contrato de Concessão n.º 011/2013- ST, celebrado com a Viação Piracicabana Ltda.; II – **determinar à Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade***



do Distrito Federal – Semob/DF que, no prazo de 5 (cinco) dias:

a) manifeste-se acerca do teor dos fatos representados nos e-DOCs 6B81FAB2-c e BA310D1E-c, com fulcro no art. 277, § 3º, do RI/TCDF; **b)** apresente toda fundamentação técnico-legal que motivou a prolação das Portarias nºs 71/2019, 72/2019, 80/2019 e 81/2019 – Semob/DF, encaminhando ao Tribunal os documentos que julgar pertinente; **c)** encaminhe cópia digital ou disponibilize acesso eletrônico ao Processo SEIGDF n.º 00090-0000032912019-63, que trata do Grupo de Trabalho instaurado para “reavaliação de todos os processos de revisão tarifária instaurados durante a Concessão, nos termos da Portaria Conjunta nº 10, de 5 de junho de 2019”, bem como dos demais autos que possuam relação com a matéria ora em apreço; **III – conceder prazo de 5 (cinco) dias, em homenagem aos princípios do contraditório e da ampla defesa:** **a)** à Viação Pioneira Ltda. para, querendo, manifestar-se quanto ao conteúdo da peça exordial e respectivo aditamento; **b)** à Viação Piracicabana Ltda. para, querendo, manifestar-se sobre as Portarias nºs 80/2019 e 81/2019 – Semob/DF; **IV – dar ciência desta decisão à Urbi Mobilidade Urbana, mediante representante legal, informando-lhe que as futuras tramitações dos autos em exame poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDFPush; V – autorizar:** **a)** o envio de cópia das peças constantes dos e-DOCs 6B81FAB2-c e BA310D1E-c, do relatório/voto do Relator e desta decisão à Semob/DF e às empresas Viação Pioneira Ltda. e Viação Piracicabana Ltda. para auxílio no cumprimento das diligências constantes dos itens II e III; **b)** o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade – Segem/TCDF, para manifestação acerca da medida cautelar requerida no e-DOC 6B81FAB2-c, em caráter urgente e prioritário.” (grifos acrescidos).

Na sequência, em razão da juntada de diversos documentos ao presente feito, foi exarada a **Decisão n.º 3.882/2019** (e-DOC 6AEF0382-e), de 05.11.2019, com o seguinte teor:

“I – tomar conhecimento: **a)** dos Ofícios nºs 1.191/2019-SEMOB/GAB/ASTEC e 1.191/2019-SEMOB/GAB/ASTEC, bem como dos seus respectivos anexos (e-DOC CC186FE3-c, C3F414A3-c e C65D7895-e), encaminhados pela Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal – Semob/DF, em atenção ao item II.c da Decisão n.º 3.635/2019; **b)** dos documentos de e-DOC 4016EE5C-c e E5690935-c, mediante os quais a Semob/DF e a Viação Piracicabana Ltda. requereram prorrogação de prazo, por 15 (quinze) dias, para dar cumprimento ao disposto nos itens II e III.b da Decisão n.º 3.635/2018, respectivamente; **c)** do pedido de cópia integral dos autos formulado pela Viação Pioneira Ltda. (e-DOC 3EB1133F-c); **II – com escope no art. 172, § 6º, do RI/TCDF, deferir os pleitos a que alude o item I.b, concedendo prorrogação de prazo, por 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta decisão, para que a Semob/DF e a Viação Piracicabana Ltda. deem cumprimento às diligências insertas nos itens II e III.b da Decisão n.º 3.635/2018, respectivamente; III – com fulcro no art. 131 do RI/TCDF, deferir o pedido de cópia dos autos a que se refere o item I.c; IV – fixar prazo de 15 (quinze) dias à Viação Pioneira Ltda. para que promova a regularização da representação**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

processual, nos termos do art. 118, § 1º, do RI/TCDF: V – dar ciência desta decisão à Semob/DF e aos representantes legais da Viação Piracicabana Ltda. e da Viação Pioneira Ltda.; VI – autorizar o retorno dos autos à Segem/TCDF, para a adoção das providências devidas.” (destaques nossos)

No dia 08.11.2019, o Processo n.º 23.220/2019-e¹ foi apensado ao presente feito, em atendimento ao item II² da Decisão n.º 3.760/2019 (exarada naquele feito).

Em seguida, após o ingresso de inúmeros expedientes, o Tribunal exarou a **Decisão n.º 4.277/2019** (e-DOC 12A7B717-e), de 10.12.2019, transcrita a seguir:

*“I – tomar conhecimento: a) dos esclarecimentos prestados pela: 1. Viação Pioneira Ltda. (e-DOC 2F9073CA-c), tendo em conta o previsto no item “III-a” da Decisão n.º 3.635/2019; 2. Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal – Semob/DF, por meio dos Ofícios SEI-GDF n.º 1389/2019 - SEMOB/GAB/ASTEC e documentos anexos (e-DOC CC66F22D-c) e Ofício SEIGDF n.º 1419/2019 - SEMOB/GAB/ASTEC (e-DOC D3A7CE53-c), em cumprimento ao disposto no item II da Decisão n.º 3.635/2019; 3. Viação Piracicabana Ltda. (e-DOC 9404142E-c), em atenção ao preconizado no item “III-b” da Decisão n.º 3.635/2019; b) da Informação n.º 100/2019-DIGEM3 (eDOC 028817E0-e); II – **denegar a medida cautelar requerida na representação e aditamento de e-DOCs n.ºs 6B81FAB2-c e BA310D1E-c, no tocante às Portarias n.ºs 71/2019, 72/2019, 80/2019 e 81/2019 – Semob/DF, por ausência dos requisitos previstos no art. 277, “caput”, do RI/TCDF; III – determinar à Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal – Semob/DF que, no prazo de 15 (quinze) dias, em reiteração aos itens “II.b” e “II.c” da Decisão n.º 3.635/2019, encaminhe ao Tribunal: a) toda a fundamentação técnico-legal que motivou a prolação das Portarias Semob n.ºs 72/2019 e 81/2019, remetendo, inclusive, em meio eletrônico, as planilhas, em formato Microsoft Excel, com as fórmulas correspondentes, que subsidiaram a confecção das tabelas constantes do anexo da Nota Técnica SEIGDF n.º 1/2019 - SEMOB/ST/SUACOG/DITAR, de 01.08.2019; b) cópia digital do inteiro teor do Processo SEI-GDF n.º 00090-00000329/2019-63, concernente à “reavaliação de todos os processos de revisão tarifária instaurados durante a Concessão”, bem como dos demais autos que possuam relação com a matéria debatida no processo em exame; IV – dar ciência desta decisão aos representantes legais da Urbi Mobilidade Urbana, da Viação Piracicabana Ltda. e da Viação Pioneira Ltda.; V – autorizar: a) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão à Semob/DF, a fim de auxiliar no cumprimento das diligências constantes do item III; b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade – Segem/TCDF, para exame de mérito da Representação.” (grifei)***

¹ Requerimento n.º 989/2019, de autoria do Deputado Distrital CHICO VIGILANTE, encaminhado pela Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, por intermédio do Ofício n.º 383/2019 – GMD (e-DOC E9B02450-c), solicitando a realização de “auditoria nos dados que levam à tarifa técnica no sistema de transporte público coletivo do Distrito Federal”.

² II – apensar o feito em exame ao Processo n.º 22.100/2019, de modo a subsidiar o exame da matéria objeto daqueles autos.



Em atendimento à Decisão nº 4.277/2019, a Semob/DF encaminhou os documentos constantes dos e-DOCs 648E7C12-c, 5D7E2E67-c e F7A906DA-c.

Inconformada com o indeferimento da medida cautelar requerida na exordial, a Urbi Mobilidade Urbana interpôs o Recurso Inominado constante do e-DOC 9A85CAAD-c, cuja apreciação se deu nos termos da **Decisão n.º 474/2020** (e-DOC 25A95C2A-e), de 20.02.2020, transcrita a seguir:

*“I – **tomar conhecimento:** a) dos Ofícios nºs 51/2020 (e-doc 648E7C12-c), 76/2020 (e-doc 5D7E2E67-c) e 249/2020-SEMOB (edoc F7A906DA-c), encaminhados em atenção à Decisão nº 4.277/19, cujo teor deverá ser examinado em momento oportuno pelo relator original dos autos; b) do recurso inominado interposto pela URBI Mobilidade Urbana em face do inciso II da Decisão nº 4.277/19, para, no mérito, negar-lhe provimento, visto que estão ausentes os requisitos previstos no art. 277 do Regimento Interno do TCDF; II – dar ciência desta decisão ao recorrente, na forma do § 2º do art. 4º da Resolução-TCDF nº 183/07; III – autorizar: a) o envio de cópia desta decisão ao Núcleo de Recursos, como forma de viabilizar os correspondentes registros; b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade, para adoção das providências cabíveis.” (grifos nossos)*

A unidade instrutiva, por meio da **Informação n.º 57/2020 – DIGEM3** (e-DOC 5948D51B-e), de 29.06.2020, após examinar o mérito da Representação formulada pela Urbi Mobilidade Urbana, lançou as seguintes conclusões acerca da matéria:

*“265. O procedimento de revisão que culminou na edição das Portarias/SEMOB de nºs 71, 72, 80 e 81/2019 originaram-se de demanda apresentada pela Viação Pioneira Ltda., quando requereu o **cancelamento da Portaria/SEMOB nº 57/2018** e o apostilamento de **nova tarifa técnica**, com o consequente pagamento de suposto desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de referência.*

266. Na espécie, a ora Representante (Urbi Mobilidade Urbana) se insurgiu contra a edição das Portarias/SEMOB nºs 71 e 72/2019, ao argumento de que a revisão tarifária conteria irregularidades, com possíveis prejuízos ao erário, requerendo, assim, sua anulação.

267. Em análise preliminar, este Tribunal entendeu por, primeiramente, ouvir a jurisdicionada e também as concessionárias envolvidas. Decidiu, também, incluir no escopo dos autos as Portarias/SEMOB de nºs 80 e 81/2019, consoante disposto na Decisão nº 3.635/2019.

*268. A SEMOB esclareceu que a fundamentação técnico-legal para edição das Portarias/SEMOB nº 71, 72, 80 e 81/2019 estaria contida no **Relatório SEI-GDF nº 2/2019 GAB/AJL**, resultado da análise promovida pelo Grupo de Trabalho criado pela Portaria Conjunta SEMOB/DFTRANS nº 10/2019.*

*269. A conclusão do referido GT foi no sentido de **invalidar** a anterior revisão tarifária procedida pelas Portarias/SEMOB de nºs 56 a 60/2018, fundamentadas nos resultados de consultoria contratada junto à Fundação Getúlio Vargas – FGV. Para tal, argumentaram, no Relatório nº 02/2019 – SEMOB/AJL, que a FGV teria procedido a ajustes nos Fluxos de Caixa das propostas vencedoras do certame licitatório, o que iria de encontro à legislação aplicável.*



270. Pelas razões expostas ao longo desta instrução, entende-se não ter havido alteração das propostas financeiras, mas sim **correção** das inconsistências ali presentes. Nesse sentido, apesar de a FGV ter concluído em seu estudo que os contratos de concessão do STPC/DF estariam “saudáveis”, registrou a existência de várias inconsistências nas propostas financeiras apresentadas pelas Concessionárias, o que demandaria ajustes para sua readequação. Não prescindindo desses ajustes para a correta execução contratual, nos termos da legislação vigente, conclui-se inviável ter por hígidos todos os termos dos ajustes firmados com as concessionárias.

271. Em especial, entendeu a FGV pela necessidade de recálculo das TIRs estampadas nas referidas propostas, pois que teriam resultado da aplicação de fórmula matemática inadequada. Em consequência, sugeriu a adoção das chamadas TIRs Modificadas, além de promover ajustes nos correspondentes VPLs, conforme justificativas apresentadas nesta instrução.

272. Demais disso, a FGV posicionou-se por manter inalterada apenas a TIR das propostas quando da revisão das tarifas técnicas correspondentes, em vez da manutenção conjunta da TIR e do VPL. Como resultado dos critérios adotados nos estudos da FGV, a revisão procedida em 2018 resultou em redução na tarifa técnica de algumas Concessionárias, como foi o caso da Viação Pioneira.

273. Irresignada com o valor de tarifa que constou na Portaria nº 57/2018, a Concessionária ingressou com ação junto ao TJDF, tendo obtido decisão favorável em primeira instância. Porém, desistiu da Ação antes do julgamento do recurso do GDF.

274. Ainda na espécie, viu-se que, em contraste com a alegação de que a SEMOB havia reduzido unilateralmente o valor da tarifa técnica daquela Concessionária na revisão procedida em 2018, deixou-se de considerar o **indevido aumento** que aquela operadora havia obtido em 2015 (Portaria nº 25/2015), da ordem de **31,73%**, juntamente com a Viação Marechal (que teve aumento ainda maior, no importe de **45,78%**). Nesse sentido, observe-se que as Concessionárias que obtiveram aumentos da tarifa técnica na revisão de 2018 não foram beneficiárias dessa revisão de 2015.

275. Não obstante, a SEMOB atendeu ao pleito da Viação Pioneira para proceder nova revisão em 2019, sem antes recorrer ao parecer jurídico da PGDF quanto à possibilidade da nova revisão, que também incluía a revogação da Portaria nº 57/2018 (e posteriormente, da Portaria nº 56/2018). Como referido, a Procuradoria manifestou-se pela aplicação dos resultados da consultoria que foi contratada junto à FGV.

276. Em razão da conexão entre os feitos, a teor do contido na Informação nº 84/2015 – 3ªDiacomp, conforme evidenciado nesta instrução, bem assim da insubsistência das causas que ensejaram o sobrestamento do Processo nº 5964/2015 (Decisão nº 3.633/23017), procedeu-se à análise conclusiva de mérito de ambos Processos, inclusive com vista a evitar o risco de prolação de decisões conflitantes.

277. Confirmaram-se as irregularidades referentes às cláusulas dos Contratos de concessão atinentes à assunção exclusiva do risco da operação por parte do Poder Concedente e à imposição de utilização conjugada, nas revisões tarifárias, dos valores inalterados da TIR e

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 22.100/19e

do VPL correspondentes, que importam em benefícios indevidos às **Concessionárias**, por violação ao art. 6º, § 1º, da Lei das Concessões (princípio da **modicidade da tarifa**)³.

278. Por conseguinte, consideram-se **não aplicáveis**, para fins de revisão da tarifa técnica, o item 1 da Cláusula XI; os subitens “1.3.a” e “1.3.b” da Cláusula XVII; e o item 4, da mesma Cláusula XVII, por não encontrarem fundamento na legislação de regência nem na jurisprudência afeta.

279. Desse modo, com fundamento nas razões expendidas ao longo desta instrução, encaminha-se pela **procedência** da Representação ofertada pela Urbi Mobilidade Urbana (Consórcio HP-ITA), no sentido de considerar **irregular** a edição das **Portarias/SEMOB nºs 71, 72, 80 e 81/2019**, devendo serem anuladas, com efeitos ex tunc.

280. Cabe ainda salientar que, mesmo que a decisão judicial de decretação de invalidade das contratações seja confirmada pelos Tribunais Superiores, os ajustes contarão ainda com sobrevida de **365 dias**, a partir do trânsito em julgado da ação. Situação essa que poderá levar à situação peculiar de término do prazo de vigência estampado nos mesmos (previsto para os anos de 2021/2022), mas antes de exaurimento dos 365 dias definidos na decisão judicial de referência.

281. Desse modo, cabe à Corte, desde logo, instar a Secretaria de Mobilidade Urbana do DF a se **abster de realizar prorrogação dos Contratos oriundos da Concorrência nº 01/2011-ST/DF**, bem assim a já iniciar os procedimentos preparatórios para deflagração de novo certame licitatório, para substituição dos ajustes em referência.

282. No mais, em alinhamento com o entendimento da FGV, defende-se que tais contratações se mantenham até o final do prazo da atual vigência dos contratos sem que lhes sejam aplicadas nova revisão, senão apenas os reajustamentos anuais previstos. Por óbvio, tal entendimento não exclui situações de revisões decorrentes efetivamente da álea econômica extraordinária, quando serão objeto de avaliação pelo Poder Concedente.

283. Importa ressaltar ainda a existência de planilhas contendo possíveis **saldos de débito e/ou créditos** resultantes da revisão encaminhada no âmbito do Relatório nº 02/2019 – SEMOB/GAB/AJL. No caso da **Bacia 2**, o saldo a favor da Viação Pioneira, no **período de julho/2013 a maio/2019**, apresentava-se no montante de **R\$ 172 milhões**.

284. Tal fato motiva a expedição de determinação no sentido de que a SEMOB se abstenha de proceder pagamentos referentes às revisões procedidas até o trânsito em julgado da Ação Popular nº 2013.01.1.092892-0, tendo em consideração as irregularidades que envolvem tais contratações, conforme apresentado na presente instrução. E, se tiver já efetuado repasses em razão das alterações das Portarias nºs 72 e 81/2019, que proceda à glosa correspondente, podendo adotar o fator de desconto à razão de 1/12 (um doze avos) ao mês.

³ Lei nº 8.987/95

“Art. 6º- Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de **serviço adequado** ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.

§ 1º **Serviço adequado** é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e **modicidade das tarifas**.”
(Grifamos)



285. Quanto à Representação formulada pelo Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa das Relações de Consumo – IBEDEC/DF, tratada no âmbito do Processo nº 5964/2015 e conhecida pela Decisão nº 121/2018, pugna-se pela sua **improcedência**. Na espécie, tem-se que o aumento na TIR da URBI verificado quando da revisão procedida pela Portaria/SEMOB nº 22/2016 resultou de ajustes para correção de inconsistências nos dados da proposta financeira daquela empresa, inconsistências essas corroboradas pelo resultado dos estudos realizados posteriormente pela FGV.

286. No tocante ao resultado da consultoria contratada junto à FGV para verificação da conformidade dos Contratos de Concessão do sistema de transporte público coletivo por ônibus no Distrito Federal, somos pela sua utilização como subsídio ao planejamento da auditoria prevista no PGA/2020 (Processo nº 9.570/2019-e).

287. Por fim, registre-se que a Viação Pioneira, quando da sua manifestação nos presentes autos (peça 50, p. 28), solicitou que fosse intimada para fins de manifestação após a análise dos órgãos técnicos desta Corte, pedido esse que entende-se, s.m.j., possa ser recebido como solicitação para **realização de sustentação oral**, na forma prevista no art. 136 do Regimento Interno deste Tribunal.” (grifos do original)

Ante o exposto, sugeriu-se ao eg. Plenário:

- I. tomar conhecimento da presente Informação;
- II. conhecer do pedido aviado pela Viação Pioneira para fins de nova manifestação nos presentes autos (peça 50, p. 28), como se pedido de sustentação oral fosse, devendo a interessada ser intimada para que, em querendo, compareça à sessão plenária designada para realização de sustentação oral, nos termos do art. 136 do Regimento Interno deste Tribunal;
- III. autorizar o levantamento do sobrestamento do Processo nº 5964/2015 e apensação aos presentes autos, para que a matéria relacionada à regularidade dos valores das tarifas técnicas estabelecidas nos Contratos de Concessão oriundos da Concorrência nº 01/2011-ST seja toda discutida e decidida nesta oportunidade, de modo a evitar a tomada de decisões conflitantes;
- IV. no mérito, considerar procedente a Representação ofertada pela Urbi Mobilidade Urbana (Consórcio HP-ITA), peça 3, para os fins de:
 - a) considerar inválidas as Portarias/SEMOB nºs 71, 72, 80 e 81/2019, editadas com a finalidade de revogar as anteriores Portarias/SEMOB de nºs 56 e 57/2018 e estabelecer novos valores de tarifas técnicas para as Concessionárias vencedoras da Bacia 1 (Viação Piracicabana Ltda.) e Bacia 2 (Viação Pioneira Ltda), na Concorrência nº 01/2011-ST/DF, por ausência de fundamento legal para os aumentos concedidos;
 - b) em relação aos Contratos de Concessão originários da Concorrência nº 01/2011-ST, determinar a não aplicação do item 1 da Cláusula XI; dos subitens “1.3.a” e “1.3.b” da Cláusula XVII; e do item 4, da mesma Cláusula XVII, por afrontarem as disposições do art. 6º, § 1º, da Lei nº 8.987/95, mormente o que refere ao princípio da modicidade das tarifas;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

- V. *considerar improcedente a Representação formulada pelo Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa das Relações de Consumo – IBEDEC/DF (e-doc 5CBC6979-e), conhecida pela Decisão nº 121/2018;*
- VI. *determinar à Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal que:*
- a) *anule as Portarias/SEMOB nºs 71, 72, 80 e 81/2019, além de outras eventualmente editadas com base nos estudos do GT criado pela Portaria Conjunta SEMOB/DFTANS nº 10/2019, retornando-se os efeitos das Portarias/SEMOB de nºs 56 a 60/2018;*
 - b) *abstenha-se de proceder às prorrogações dos Contratos de concessão oriundos da Concorrência nº 01/2011-ST, bem assim, deixe de proceder a quaisquer revisões nesses Contratos que não decorram efetivamente de fatos atribuíveis a álea econômica extraordinária (imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis);*
 - c) *inicie desde logo os procedimentos preparatórios com vista à deflagração de certame licitatório para proceder novas contratações relacionadas à concessão do serviço público de transporte coletivo por ônibus no Distrito Federal, em substituição aos contratos originários da Concorrência nº 01/2011-ST, após expiradas suas vigências;*
 - d) *abstenha-se de promover quaisquer pagamentos às Concessionárias decorrentes de diferenças de valores decorrentes de revisão tarifária procedida no âmbito dos Contratos de Concessão em tela até que sua validade seja decidida na Ação Popular nº 2013.01.1.092892-0, devendo proceder à glosa dos valores que tiverem sido pagos em razão das alterações de valores realizadas pelas Portarias/SEMOB nºs 72 e 81/2019, à razão de 1/12 (um doze avos) ao mês;*
- VII. *autorizar:*
- a. *o encaminhamento de cópia desta Informação, do Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser proferida:*
 - i. *à Urbi Mobilidade Urbana (Consórcio HP-ITA);*
 - ii. *à Viação Pioneira Ltda.*
 - iii. *à Viação Piracicabana Ltda.*
 - iv. *à Procuradoria-Geral do Distrito Federal, para as providências de sua alçada;*
 - v. *à Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal;*
 - vi. *à Câmara Legislativa do Distrito Federal;*
 - b. *a utilização dos estudos promovidos pela FGV (e-DOC 7E229394-e) como subsídios à auditoria no STPC prevista no PGA/2020;*
 - c. *o acompanhamento do cumprimento do quanto aqui determinado para quando das fiscalizações futuras afetas à matéria levadas a efeito por este Tribunal no âmbito da SEMOB/DF;*
- VIII. *restituir os autos à Segem, para as providências pertinentes e posterior arquivamento.”*



O Diretor da 3ª Divisão de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade – 3ª Digem/TCDF, mediante cota complementar (**Informação n.º 59/2020 – DIGEM3** (e-DOC 560F01F8-e), de 29.06.2020, depois de se manifestar de forma parcialmente divergente quanto aos fundamentos e às proposições constantes da supracitada instrução, propôs ao eg. Plenário:

- I. tomar conhecimento:*
 - a. das Informações nº 57/2020-DIGEM3 e 59/2020-DIGEM3;*
 - b. dos documentos associados aos presentes autos, referidos na Informação nº 57/2020-DIGEM3;*
 - c. dos Ofícios nº 51/2020-SEMOB/GAB/ASTEC (peça 76), nº 76/2020- SEMOB/GAB/ASTEC (peça 83) e nº 249/2020- SEMOB/GAB/ASTEC (peça 85), e respectivos anexos;*
- II. autorizar o levantamento do sobrestamento do Processo nº 5964/2015-e e sua apensação aos presentes autos, tendo em vista a conexão das matérias versadas nesses feitos;*
- III. considerar improcedente a Representação proposta pelo Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa das Relações de Consumo (IBEDEC/DF) (peça 267 do Processo nº 5964/2015-e);*
- IV. considerar procedente a Representação proposta por Urbi Mobilidade Urbana (peça 3);*
- V. determinar à Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal que:*
 - a. anule as Portarias Semob nº 71, 72, 80 e 81 de 2019, por violação aos artigos 2º, II, 6º, caput e § 1º, 29, I, e 30, caput e parágrafo único, todos da Lei Federal nº 8.987/1995;*
 - b. utilize, para fins de aferição da tarifa técnica cabível a cada concessionária contratada a partir da Concorrência Pública nº 01/2011-ST, os resultados alcançados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) nos estudos contratados que fundamentaram a edição das Portarias Semob nº 56 a 60 de 2018, com os devidos reajustes;*
 - c. glose, na proporção de 1/12 (um doze avos) ao mês, os pagamentos a maior realizados com base nas Portarias Semob nº 71, 72, 80 e 81 de 2019;*
 - d. abstenha-se de proceder a revisões contratuais que não tenham por fundamento fatos imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, que caracterizem efetiva álea extraordinária no âmbito dos serviços concedidos;*
 - e. abstenha-se de proceder a revisões contratuais que tenham por fundamento dados e valores fornecidos pelas concessionárias não passíveis de efetivos controle e comprovação por parte da Semob;*
 - f. em observância ao princípio da segurança jurídica, abstenha-se de renovar os contratos de concessão decorrentes da Concorrência nº 01/2011-ST, dando início desde já, caso não o tenha feito, aos procedimentos e estudos com vista a nova licitação para operação do STPC;*
- VI. com base no art. 126, § 1º, do Regimento Interno do TCDF:*
 - a. denegar o pedido da Viação Pioneira para manifestação após o fim da fase de instrução;*
 - b. conhecer como memoriais eventuais documentos apresentados pelas concessionárias interessadas após o término da fase de instrução;*



VII. autorizar:

- a. o envio de cópia das Informações nº 57/2020-DIGEM3 e nº 59/2020-DIGEM3, do Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser proferida:
 - i. à Urbi Mobilidade Urbana;
 - ii. à Viação Pioneira Ltda.;
 - iii. à Viação Piracicabana Ltda.
 - iv. ao Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa das Relações de Consumo;
 - v. à Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal;
- b. o envio de cópia integral dos Processos TCDF nº 22100/2019-e e 5964/2015-e ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e à Procuradoria-Geral do Distrito Federal, para ciência e demais providências que entenderem pertinentes;

VIII. restituir os autos à Segem, para as providências pertinentes.”

O titular da Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade – 3ª Digem/TCDF, ao tempo que concordou “com os termos da Informação nº 057/2020 – DIGEM3 (peça 94), com as sugestões dadas pela Informação nº 59/2020 – DIGEM3 (peça 95)”, consignou (e-DOC C5F87104-e) que:

“de todo o discutido nestes autos, o (...) mais importante para fins de regularização e promoção do serviço de transporte público é a necessidade de que a SEMOB/DF desencadeie, de imediato, ações tendentes à realização de estudos e procedimentos administrativos para estruturação de nova licitação para operação do STPC/DF, abstendo-se, de toda a forma, de renovar os contratos ora em execução, de maneira a superar o dilema colocado no parágrafo 9º da Informação nº 59/2020 – DIGEM3.” (destaquei)

O Ministério Público junto ao TCDF – MPjTCDF, mediante o Parecer nº 743/2020–G3P (e-DOC 32496505-e), de 16.09.2020, após contextualizar o feito, manifestou-se de forma **parcialmente convergente** com o corpo instrutivo. Ao final do parecer, o i. Procurador Demóstenes Tres Albuquerque sugeriu ao TCDF que adote o seguinte encaminhamento:

I. tomar conhecimento:

- a. dos documentos associados aos presentes autos, referidos na Informação nº 57/2020-DIGEM3;
- b. dos Ofícios nº 51/2020-SEMOB/GAB/ASTEC (peça 76), nº 76/2020-SEMOB/GAB/ASTEC (peça 83) e nº 249/2020-SEMOB/GAB/ASTEC (peça 85), e respectivos anexos;

II. autorizar o levantamento do sobrestamento do Processo nº 5964/2015-e, em face da juntada dos estudos da FGV e o atual andamento do Processo 2013.01.1.09289-0, Primeira Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, que confirmou a sentença condenatória em segunda instância, bem como autorizar apensar este Processo 21.100/2019-e ao primeiro, considerando a conexão entre as matérias;

III. quanto ao mérito do Processo 21.100/2019-e:

- a) considerar ilícitas as Portarias Semob nº 71, 72, 80 e 81 de 2019, pois editadas com as taxas e parâmetros abusivos



desde o Contrato, violando-se os art. 2º, inciso II, c/c art. 6º, § 1º, art. 29, I, e art. 30, todos da Lei Federal nº 8.987/1995, além de conterem justificativas por motivos discrepantes da realidade, porquanto concederam tratamento vantajoso às empresas Pioneira e Piracicabana sem a efetiva economia de recursos ao Distrito Federal, ao contrário do declarado nos próprios atos;

b) em face das irregularidades mencionadas no item anterior:

1) considerar procedente a Representação proposta por Urbi Mobilidade Urbana (peça 3);

2) determinar à Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal, o exato cumprimento da lei, com fulcro no inciso IX do art. 71 da Constituição Federal e art. 53 da Lei 9784/99, para que, no prazo de que no prazo de 45 dias, anule as Portarias Semob nº 71, 72, 80 e 81 de 2019, com fundamento nos ilícitos do item III, letra “a”, via o devido processo legal, garantidos o contraditório e ampla defesa, o que deverá ser precedido ou ser concomitante a:

i) anulação in totum dos contratos, via o devido processo legal, garantidos o contraditório e ampla defesa, porquanto viciados desde a licitação, consoante os elementos e julgados Processo 2013.01.1.09289-0, Primeira Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, com os acréscimos do Parecer 1103/2013-MF e Informação n. 84/2015-3ª Diacomp, conforme o Processo 5964/2015-e; ou

ii) caso tenham interesse de não afetar o transito em julgado do processo judicial, porquanto já obtida sentença favorável sobre a anulação, realizem, via o devido processo legal, garantidos o contraditório e ampla defesa, a anulação por abusividade – do item 4.6.1 do edital e dos itens 1, 2, 3.a, 3.b, 4, da Cláusula XVII, item 1 da Cláusula XI e item 9 da Cláusula VI, dos contratos de concessão derivados da Concorrência n.1/2011-ST - por evidente violação aos art. 2º, inciso II, c/c art. 6º, § 1º, art. 29, I, e art. 30, todos da Lei Federal nº 8.987/1995, porquanto não se conformam ao postulado legal sobre as concessões, que se executam por conta e risco do concessionário, indo contra os princípios de modicidade tarifária e eficiência, além de viabilizarem o nominado “jogo de planilha”, pela manutenção de taxas interna de retorno abusivas em relação aos preços praticados pelo mercado, além de autorizar revisão por áleas ordinárias, em situações propriamente cobertas pelo reajuste contratual, esvaziando os riscos inerentes da atividade;

iii) utilize, para fins remuneração das concessionárias contratadas a partir da Concorrência Pública nº 01/2011-ST, os valores corrigidos exclusivamente pelos índices de reajuste, segundo a Cláusula XVI dos contratos de concessão, até que o Tribunal de Contas do Distrito Federal delibere acerca do mérito das



demais revisões ainda não examinadas no mérito (Portarias n. 22/2016 e 56 a 60/2018);

- iv) glose, na proporção de 1/12 (um doze avos) ao mês, eventuais pagamentos a maior realizados com base nas Portarias Semob nº 71, 72, 80 e 81 de 2019;*
- v) abstenha-se de proceder a revisões contratuais que não tenham por fundamento fatos imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, que caracterizem efetiva álea extraordinária no âmbito dos serviços concedidos;*
- vi) abstenha-se de proceder a revisões contratuais que tenham por fundamento dados e valores fornecidos pelas concessionárias não passíveis de efetivos controle e comprovação por parte da Semob;*
- vii) em observância ao princípio da segurança jurídica, abstenha-se de renovar os contratos de concessão decorrentes da Concorrência nº 01/2011-ST, dando início desde já, caso não o tenha feito, aos procedimentos e estudos com vista a nova licitação para operação do STPC;*
- viii) denegar o pedido da Viação Pioneira para que se seja intimada, após a manifestação do Corpo Técnico, por ausência de previsão legal ou regimental, podendo o interessado, caso julgue conveniente, requerer sustentação oral, na forma do art. 1º da Resolução nº 332, de 03 de abril de 2020, que regulamentou a sustentação oral em face da situação excepcional de pandemia, ou nos termos do art. 136 do Regimento Interno do TCDF (Resolução 296/2016), para o caso de revogação da primeira norma;*

VI. quanto ao mérito do Processo 5964/2015-e:

- a) considerar procedentes os irregularidades mencionados no Parecer 1103/2013-MF (e-doc 4BB4BDB4-e), nos termos e fundamentos da análise pela Informação n. 84/2015-3ª Diacomp, (1A2C78F1-e), ambos do Processo 5964/2015:*
 - 1) utilização de TIR superestimada, em especial, na utilização de financiamento incentivado para investimentos, caso em que a TIR pode chegar a 40%;*
 - 2) não abordagem da desoneração da folha de pagamento, subsídio previsto na Lei n.º 12715/12, ocasionando possível majoração da TIR e da tarifa técnica;*
 - 3) erro de cálculo da “depreciação contábil”, ocasionando majoração da TIR e da tarifa técnica;*
 - 4) inconsistência da despesa de pessoal na planilha do anexo II.11, balizadora das propostas dos licitantes, implicando majoração da TIR e da tarifa técnica;*
 - 5) alegação de sigilo e não disponibilização, pela Secretaria de Transportes, do orçamento detalhado e dos memoriais de cálculo da revisão dos dados de quilometragem e do tempo estimado de viagens, que definem a tarifa técnica, em afronta ao artigo 7º, inciso I e §2º, I e II, da Lei n.º 8666/93;*
 - 6) participação das empresas Viação Pioneira, vencedora da bacia 2, e Viação Piracicabana, vencedora da bacia 1,*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

- controladas pela empresa Expresso União, todas pertencentes ao grupo da família Constantino, caracterizando mesmo grupo econômico, em clara afronta ao item 16.1.2-“g” do Edital; e*
- 7) conflito de interesse na atuação do Sr. Sacha Reck, ao participar da elaboração do projeto básico e do Edital, dos procedimentos de execução da licitação e como advogado de empresas licitantes, em clara transgressão ao artigo 9º da Lei n.º 8666/93.*
- b) considerar ilícita a Portaria SEMOB 25/2015, segundo a análise da Informação n. 84/2015-e, porquanto firmada com diversas irregularidades, dentre essas a Taxas de Internas de Retorno superestimadas em relação aos preços e parâmetros de mercado, com vantagens às empresas Pioneira e Marechal, em violação aos art. 2º, inciso II, c/c art. 6º, § 1º, art. 29, I, e art. 30, todos da Lei Federal nº 8.987/1995;*
- c) em consequência, determinar à Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal:*
- 1) o exato cumprimento da lei, com fulcro no inciso IX do art. 71 da Constituição Federal e art. 53 da Lei 9784/98, para que, no prazo de 45 dias, contados do conhecimento da decisão, o mencionado órgão anule a Portaria SEMOB 25/2015, com fundamento nos ilícitos do item anterior, via o devido processo legal, garantidos o contraditório e ampla defesa aos interessados, o que deverá ser precedido ou ser concomitante à anulação parcial ou total dos contratos, nos termos do item III, b, 2, i e ii, supra indicados;*
 - 2) até que se processe anulação, suspenda, cautelarmente, no prazo 5 (cinco) dias, contados do conhecimento da decisão, os efeitos da Portaria n. 25/2015, viabilizando o resultado útil do processamento e proteção do interesse público, com fulcro no art. 45 da LC 1/94;*
 - 3) glose, na proporção de 1/12 (um doze avos) ao mês, eventuais pagamentos a maior realizados com base na Portaria Semob nº 25/2015, a partir da suspensão cautelar do ato administrativo;*
- d) considerar insuficiente a análise do Corpo Técnico acerca das revisões contratuais das Portarias n. 22/2016, 56 a 60/2018, e dos estudos apresentados pela Fundação Getúlio Vargas, devendo os autos serem reinstruídos, autorizando, desde já, a realização de inspeção, tendo como parâmetro os achados da Informação n. 84/2015-3ª Diacom;*
- e) determinar, em medida cautelar, com fulcro no art. 45 da LC 1/94, à Secretaria de Estado de Mobilidade que:*
- 1) suspenda, no prazo 5 (cinco) dias, contados do conhecimento da decisão, os efeitos das Portarias n. 22/2016, 56 a 60/2018, até que o Tribunal de Contas delibere sobre o mérito desses atos administrativos, porquanto ainda editados com base em taxas internas de retorno superestimadas em relação aos parâmetros de mercado;*
 - 2) em consequência do item anterior, realize a retenção de valores em excesso, com relação Portarias n. 22/2016, 56 a 60/2018, em conta-corrente apartada, que deverá ser*



aberta para essa finalidade específica, devendo considerar as tarifas iniciais exclusivamente corrigidas pelos índices de reajuste anual, segundo a Cláusula XVI dos contratos originados da Concorrência 1/2011- ST, até que o Tribunal de Contas delibere sobre o mérito dos atos suspensos, visando a preservação do interesse público;

V) *visando prevenir ocorrências semelhantes, determinar ao Poder Executivo do Distrito Federal e à Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal, com fulcro no inciso IX do art. 71 da Constituição Federal, para as próximas contratações de transporte público coletivo de competência Distrital, que sejam realizadas pela SEMOB ou outro órgão do Poder Executivo, que tenham por fundamento a concessão latu sensu dos serviços públicos de transporte urbano, que os órgãos e entidades do DF, que:*

- a) se abstenham de incorporar cláusulas de teor igual ou semelhante aos itens 1, 2, 3.a, 3.b, 4, da Cláusula XVII, e item 9 da Cláusula VI, dos contratos de concessão derivados da Concorrência n.1/2011-ST e do item 4.6.1 do edital, que repassaram ao Poder Público de forma integral os riscos de demanda e de quilometragem, e que acarretam o repasse integral de variações de componentes de custos ao Poder Concedente, caracterizando violação ao art. 2º, inciso II, c/c art. 6º, § 1º, art. 29, I, e art. 30, todos da Lei Federal nº 8.987/1995;*
- b) utilizem parâmetro objetivo para a determinação da taxa interna de retorno ou taxa de desconto para licitações públicas, tendo como referência a “metodologia de cálculo do WACC – concessões públicas” do Ministério da Fazenda, para proporcionar segurança jurídica sobre a definição desse parâmetro;*
- c) adotem cláusula contratual de revisão, nos casos de ocorrência de áleas extraordinárias, que possibilite a atualização das taxas internas de retorno pelos efeitos da alavancagem, repassando o ganho financeiro, se for o caso, para a redução das tarifas, com fulcro no art. 6º, § 1º, art. 29, I, e art. 30, todos da Lei Federal nº 8.987/1995;*
- d) avaliem adotar o Fluxo de Caixa Marginal para o reequilíbrio de contratos, nos casos de investimentos novos decorrentes de áleas extraordinárias, técnica que tem registro na jurisprudência do Tribunal de Contas da União (Acórdão 2.927/2011-TCU-Plenário);*

VII. *autorizar:*

- a) o envio de cópia das Informações nº 57/2020-DIGEM3 e nº 59/2020- DIGEM3, do Parecer de lavra do Ministério Público de Contas, Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser proferida:*
 - 1) à Urbi Mobilidade Urbana;*
 - 2) à Viação Pioneira Ltda.;*
 - 3) à Viação Piracicabana Ltda.;*
 - 4) Viação Marechal;*
 - 5) Viação Expresso São José;*
 - 4) ao Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa das Relações de Consumo;*



- 5) à *Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal*;
- b) o envio de cópia integral dos Processos TCDF nº 22100/2019-e e 5964/2015-e ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e à Procuradoria-Geral do Distrito Federal, para ciência e demais providências que entenderem pertinentes;
- VIII. *restituir os autos à Segem, para as providências pertinentes, inclusive a respeito dos demais apensos.*”

No dia 28.09.2020, o representante legal da Viação Piracicabana Ltda. peticionou (e-DOC D1DBF4E5-c) o fornecimento de cópia “da última Informação da Unidade Técnica, bem como do último parecer do d. MPJTCDF, para o exercício do direito da ampla defesa e do contraditório”. Por meio do **Despacho Singular n.º 616/2020 – GCIM** (e-DOC D872D164-e), de 29.09.2020, o Relator deferiu “ao subscritor do peticionamento de peça eletrônica 100 o fornecimento de cópia de peças eletrônicas 94 a 99”.

Em 02.10.2020, a Chefe-Substituta da Assessoria Jurídico-Legislativa – Substituta da Semob/DF, Sra. Mariana Dutra Moraes Gomes, solicitou (e-DOC 8CC44441-c) o fornecimento de cópia de peças processuais acostadas “aos autos que encontram-se indisponíveis para download, tais como, e-DOC: D872D164-e, C59EB9DB-e, D1DBF4E5-c, 32496505-e, D8E279E0-e, 4BEFCEAF-e, C5F87104-e, 560F01F8-e, 5948D51B-e, A6184EB2-c”. Mediante o **Despacho Singular n.º 641/2020 – GCIM** (e-DOC 086D9015-e), de 02.10.2020, denegou-se o pedido, “sem prejuízo de esclarecer à jurisdicionada que os peticionamentos perante esta Corte de Contas para serem conferidos jurisdição devem ter por subscritor o dirigente máximo do órgão ou seu substituto legal”.

No dia 21.10.2020, o representante legal da Viação Piracicabana e da Viação Pioneira Ltda. manifestou (e-DOC 0FA673FB-c) “sua pretensão em efetuar SUSTENTAÇÃO ORAL na sessão de julgamento de mérito do presente feito”. Nos termos do **Despacho Singular n.º 683/2020 – GCIM** (e-DOC 2660A114-e), de 22.10.2020, o Relator do feito deferiu, “em conformidade com os termos da Resolução TCDF n.º 332/2020 e do art. 136, § 1º, do RI/TCDF (...) ao subscritor do peticionamento de peça eletrônica 109 a realização da sustentação oral de defesa requerida, fixando a data de **02.12.2020** para sua realização, dando-se ciência ao peticionante nos termos do art. 136, § 2º, do RI/TCDF”.

Em 13.11.2020, o titular da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal – Semob/DF, Sr. Valter Casimiro Silveira, peticionou (e-DOC D396D64C-c) o fornecimento de cópia de peças processuais acostadas “aos autos que encontram-se indisponíveis para download, tais como, e-DOC: D872D164-e, C59EB9DB-e, D1DBF4E5-c, 32496505-e, D8E279E0-e, 4BEFCEAF-e, C5F87104-e, 560F01F8-e, 5948D51B-e, A6184EB2-c”. Mediante o **Despacho Singular n.º 737/2020 – GCIM** (e-DOC EF19C7AE-e), de 18.11.2020, deferiu-se “ao subscritor do peticionamento de peça eletrônica 113 o fornecimento de cópia das peças elencadas no Ofício n.º 1982/2020 - SEMOB/GAB”.

Nos dias 21.12.2020 e 28.12.2020, as sociedades empresárias Viação Pioneira e Urbi Mobilidade Urbana, respectivamente, por meio dos expedientes de e-DOCs 0CB59867-e e 252399A2-e, peticionaram o fornecimento de cópia de peças processuais acostadas ao presente feito. Os pedidos foram



concedidos por intermédio do **Despacho Singular n.º 52/2021 – GCIM** (e-DOC 6B2F015A-e), de 28.01.2021.

Na sequência, a data fixada por meio do Despacho Singular n.º 683/2020 – GCIM para realização de sustentação oral foi redesignada para o dia 10.03.2021, mediante o **Despacho Singular n.º 96/2021 – GCIM** (e-DOC 5BDC20A6-e), de 04.02.2021, tendo em conta que o Plenário do TCDF, na Sessão Ordinária de 25.11.2020, com fundamento no art. 116, § 8º, do RI/TCDF, decidiu retirar o Processo n.º 22.100/2019-e da pauta da sessão ordinária do dia 02.12.2020.

No dia 22.02.2021, o representante legal do Consórcio HP-ITA (Urbi Mobilidade Urbana Ltda) peticionou (e-DOC 27D1961A-e) *“a realização de sustentação oral na sessão designada para o dia 10/03/2021 (quarta-feira), na modalidade de videoconferência, e posterior abertura de prazo para apresentação de memoriais”*. Por meio do **Despacho Singular n.º 131/2021 – GCIM** (e-DOC FCFEFE89-e), de 23.02.2021, foi deferida a sustentação oral requerida, designando-se a data de 10.03.2021 para a realização da sustentação oral demandada.

Em 24.02.2021, a empresa Viação Pioneira Ltda., por intermédio de seu representante legal, requereu (e-DOC 33F7558C-c) o fornecimento de *“vista dos autos para obtenção de cópias reprográficas/disponibilização de arquivo digital da íntegra dos autos”*. Em *“prol dos princípios do contraditório e da ampla defesa e nos termos previstos no art. 131 do RI/TCDF”*, deferiu-se *“ao subscritor do peticionamento de peça eletrônica 137 o fornecimento de cópia integral do Processo apenso n.º 5.964/2015”*, nos termos do **Despacho Singular n.º 138/2021 – GCIM** (e-DOC 83C1D810-e), de 1º.03.2021.

Na data agendada, houve a realização da sustentação oral de defesa pela procuradora das empresas Viação Piracicabana Ltda. e Viação Pioneira Ltda. (Dra. Lise Reis, OAB/DF 25.998) e pelo representante legal da empresa Urbi Mobilidade Urbana Ltda. (Vitor Schirato, OAB/SP 222.413). Mediante a **Decisão n.º 706/2021** (e-DOC 802CE7D2-e), de 10.03.2021, o Tribunal aprovou *“solicitação do Relator, no sentido de que fosse adiada a discussão da matéria, com a devolução dos autos ao seu gabinete, à vista dos argumentos apresentados pelos defendentes, concedendo-lhes o prazo de 10 (dez) dias para juntada de memoriais”*.

Em 23.03.2021, foram juntados aos autos os Memoriais encaminhados pelos procuradores das empresas Viação Piracicabana Ltda. e Viação Pioneira Ltda. (e-DOC BA28AC6F-e) e Urbi Mobilidade Urbana Ltda. (e-DOC 4E13F180-e).

Por meio da **Decisão n.º 934/2021** (e-DOC 96B2378E-c), de 17.03.2021, exarada no bojo do Processo n.º 00600-00000506/2021-83, o Tribunal assim deliberou:

“I – tomar conhecimento: a) da representação formulada pelo chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal – Semob/DF, versando sobre possíveis irregularidades na edição das Portarias nºs 22/2016-Semob/DF e 56 a 60/2018-Semob/DF (e-DOC 6E6DAD97-c); b) da Informação n.º 136/2020-Diasp3 (e-DOC 336C86DE-e); c) do Parecer n.º 133/2021-GP1P (e-DOC D8B1A694-e); II – dar ciência desta decisão ao representante, informando-lhe



que as futuras tramitações dos autos em exame poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDF-Push; III – autorizar: a) a apensação dos autos em apreço ao Processo n.º 22.100/2019-e, ante a conexão entre as matérias versadas nos feitos; b) o retorno dos autos à Segem/TCDF, para a adoção das providências devidas.” (negritei)

Em razão da deliberação plenária supracitada, o Processo n.º 00600-00000506/2021-83 foi apensado ao presente feito. Ademais, mediante o **Despacho Singular n.º 204/2021 – GCIM** (e-DOC 1D0CE413-e), de 25.03.2021, determinou-se “a reinstrução processual para análise do impacto da situação reportada na exordial conhecida pelo TCDF no item I da Decisão n.º 934/2021 no deslinde deste feito”.

No dia 31.05.2021, os representantes legais do Consórcio URBI Mobilidade peticionam “a concessão de cópias reprográficas/disponibilização de arquivo digital, da referida representação apresentada pela SEMOB/DF, bem como o inteiro teor da Decisão n.º 934/2021”. Por intermédio do **Despacho Singular n.º 374/2021 – GCIM** (e-DOC 3B965B95-e), de 31.05.2021, deferiu-se “aos subscritores do expediente de peça eletrônica 149, o fornecimento de cópia integral do Processo n.º 00600-00000506/2021-83, apensado aos presentes autos por força do item III.a da Decisão n.º 934/2021”.

A unidade instrutiva, mediante **Informação n.º 60/2021 – DIGEM3** (e-DOC 544A9754-e), de 02.06.2021, promoveu a reinstrução do feito, em atendimento ao Despacho Singular n.º 204/2021 – GCIM. Ao final da instrução, reiterou as proposições da Informação n.º 57/2020 – DIGEM3, com os ajustes e acréscimos inerentes à reinstrução, pugnando, em acréscimo, pela improcedência da Representação da AJL-SEMOB/DF, da seguinte forma:

- “I. tomar conhecimento:*
 - a. da presente Informação, bem assim das Informações n.ºs 57/2020-DIGEM3 e 59/2020-DIGEM3 (peças 94 e 95, nessa ordem);*
 - b. do Parecer n.º 743/2020 – G3P (peça 99);*
 - c. dos memoriais apresentados pelas Viações Pioneira Ltda. e Piracicabana Ltda. (peça 143) e pela Urbi Mobilidade Urbana (peça 144);*
 - d. dos Ofícios n.º 51/2020-SEMOB/GAB/ASTEC (peça 76), n.º 76/2020- SEMOB/GAB/ASTEC (peça 83) e n.º 249/2020- SEMOB/GAB/ASTEC (peça 85), e correspondentes anexos;*
- II. autorizar o levantamento do sobrestamento do Processo n.º 5964/2015 e apensação aos presentes autos, para que a matéria ali relacionada à regularidade dos valores das tarifas técnicas estabelecidas nos Contratos de Concessão oriundos da Concorrência n.º 01/2011-ST seja toda discutida e decidida nesta oportunidade, de modo a evitar a tomada de decisões conflitantes;*
- III. considerar improcedentes as Representações formuladas:*
 - a) pelo Sr. Júlio César Barbosa Melo, chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa da SEMOB/DF (peça 148);*
 - b) pelo Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa das Relações de Consumo – IBEDEC/DF (e-doc 5CBC6979-e), conhecida pela*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Decisão nº 121/2018, inicialmente tratada no Processo nº 5964/2015;

- IV. ter por procedente a Representação formulada pela Urbi Mobilidade Urbana (peça 3), para os fins de considerar inválidas as Portarias/SEMOB nºs 71, 72, 80 e 81/2019, por violação aos arts. 2º, inciso II, e 6º, caput, e § 1º, todos da Lei nº 8.987/1995, além de afrontarem a teoria dos motivos determinantes, haja vista que não resultaram em menor custo ao Erário, conforme fundamentos apresentados para a revogação das Portarias então vigentes;*
- V. tendo em conta os princípios do interesse público, da economicidade, bem assim as disposições do art. 2º, inciso II, e art. 6º, caput, e § 1º, ambos da Lei nº 8.987/95, mormente o que refere à modicidade das tarifas, considerar não aplicáveis o item 1 da Cláusula XI; os subitens “1.3.a” e “1.3.b” da Cláusula XVII; e o item 4, da mesma Cláusula XVII dos Contratos de Concessão originários da Concorrência nº 01/2011-ST, devendo ser utilizado, para fins de aferição da tarifa técnica revisada, os Produtos da auditoria independente realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), conforme apresentado e/ou referenciado na peça 267 do Processo nº 5964/2015 (e-DOC 5CBC6979-e), e que resultaram na edição das Portarias/SEMOB de nºs 56 a 60/2018;*
- VI. determinar à Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal que:*
 - a) no prazo de 90 (noventa) dias, no âmbito do processo administrativo próprio, com notificação às Concessionárias interessadas, proceda à anulação das Portarias/SEMOB nºs 71, 72, 80 e 81/2019, dando conhecimento a este Tribunal, nesse mesmo prazo, sobre as providências adotadas em relação à presente alínea e às que a sucedem;*
 - b) Inicie desde logo, caso ainda não o tenha feito, os procedimentos com vista à deflagração de certame licitatório para novas contratações para substituição dos contratos originários da Concorrência nº 01/2011-ST/DF ao término de suas vigências originais, ou dentro dos 365 dias definidos pelos Acórdãos/TJDFT de nºs 1144188 e 1233612, exarados no âmbito da Ação Popular nº 2013.01.1.092892-0, o que ocorrer primeiro;*
 - c) abstenha-se de proceder às prorrogações previstas nos Contratos oriundos da Concorrência nº 01/2011-ST, bem assim, deixe de proceder a quaisquer revisões nesses Contratos que não decorram efetivamente de fatos atribuíveis a álea econômica extraordinária (imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis), aplicando-se apenas os reajustamentos inerentes até o final do período da concessão;*
 - d) proceda à glosa, à razão de 1/12 (um doze avos) ao mês, dos valores que tiverem sido pagos em razão das alterações de valores das tarifas realizadas pelas Portarias/SEMOB de nºs 72 e 81/2019;*
- VII. autorizar o encaminhamento de cópia desta Informação, da Informação nº 57/2020 – DIGEM3, do Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser proferida:*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

- a. à Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal, com conhecimento à sua Assessoria Jurídico-Legislativa, e à Procuradoria-Geral do Distrito Federal, para as providências de suas alçadas;
- b. à Câmara Legislativa do Distrito Federal;
- c. à Urbi Mobilidade Urbana e às Viações Pioneira Ltda e Piracicabana Ltda.; e
- d. ao Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa das Relações de Consumo;

VIII. restituir os autos à Segem, para as providências pertinentes.”

O Diretor da 3ª Digem/TCDF, mediante cota complementar (**Informação n.º 61/2021 – DIGEM3** (e-DOC A00114FA-e), de 02.06.2021, posicionou-se de forma parcialmente divergente da instrução, com acréscimo pela prolação de medida cautelar, assim:

- “I. tomar conhecimento:
 - a) das Informações n.ºs 60/2021-DIGEM3 e 61/2021-DIGEM3, bem como das Informações n.ºs 57/2020-DIGEM3 e 59/2020-DIGEM3 (peças 94 e 95, nessa ordem);
 - b) do Parecer n.º 743/2020 – G3P (peça 99);
 - c) dos memoriais apresentados pelas Viações Pioneira Ltda. e Piracicabana Ltda. (peça 143) e pela Urbi Mobilidade Urbana (peça 144);
 - d) dos Ofícios n.º 51/2020-SEMOB/GAB/ASTEC (peça 76), n.º 76/2020-SEMOB/GAB/ASTEC (peça 83) e n.º 249/2020-SEMOB/GAB/ASTEC (peça 85), e correspondentes anexos;
- II. autorizar o levantamento do sobrestamento do Processo n.º 5964/2015 e apensação aos presentes autos, para que a matéria ali relacionada à regularidade dos valores das tarifas técnicas estabelecidas nos Contratos de Concessão oriundos da Concorrência n.º 01/2011-ST seja toda discutida e decidida nesta oportunidade, de modo a evitar a tomada de decisões conflitantes;
- III. considerar improcedentes as Representações formuladas:
 - a) pelo Sr. Júlio César Barbosa Melo, chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa da SEMOB/DF (peça 148);
 - b) pelo Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa das Relações de Consumo – IBEDEC/DF (e-doc 5CBC6979-e), conhecida pela Decisão n.º 121/2018, inicialmente tratada no Processo n.º 5964/2015;
- IV. ter por procedente a Representação formulada pela Urbi Mobilidade Urbana (peça 3), para os fins de considerar inválidas as Portarias/SEMOB n.ºs 71, 72, 80 e 81/2019, por violação aos arts. 2º, inciso II, e 6º, caput, e § 1º, todos da Lei n.º 8.987/1995, além de afrontarem a teoria dos motivos determinantes, haja vista que não resultaram em menor custo ao Erário, conforme fundamentos apresentados para a revogação das Portarias então vigentes;
- V. com fulcro no art. 277 do RI/TCDF, determinar, cautelarmente, ante a presença dos requisitos da fumaça do bom direito (*fumus boni iuris*) e do perigo da demora (*periculum in mora*), à Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal que se abstenha de proceder a prorrogações nos Contratos oriundos da Concorrência n.º 01/2011-ST, iniciando



desde logo, caso ainda não o tenha feito, os procedimentos com vista à deflagração de certame licitatório para novas contratações para substituição dos contratos derivados da Concorrência nº 01/2011-ST/DF ao término de suas vigências originais, ou dentro dos 365 dias definidos pelos Acórdãos/TJDFT de nºs 1144188 e 1233612, exarados no âmbito da Ação Popular nº 2013.01.1.092892-0, o que ocorrer primeiro;

VI. determinar à Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal que, no prazo de 90 (noventa) dias:

- a) proceda à anulação das Portarias/SEMOB nºs 71, 72, 80 e 81/2019, no âmbito do processo administrativo próprio, com notificação às Concessionárias interessadas;
- b) utilize, para fins de aferição da tarifa técnica cabível a cada concessionária contratada a partir da Concorrência Pública nº 01/2011-ST, os resultados alcançados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) nos estudos contratados que fundamentaram a edição das Portarias Semob nº 56 a 60 de 2018, com os devidos reajustes (peça 263 do processo 5.964/2015 – e-DOC 7E229394-e);
- c) abstenha-se de proceder a quaisquer revisões nos Contratos derivados da Concorrência Pública nº 01/2011-ST que não decorram efetivamente de fatos atribuíveis a álea econômica extraordinária (imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis);
- d) proceda à glosa, à razão de 1/12 (um doze avos) ao mês, dos valores que tiverem sido pagos em razão das alterações de valores das tarifas realizadas pelas Portarias/SEMOB de nºs 72 e 81/2019;
- e) informe a este Tribunal acerca das medidas adotadas em relação à presente Decisão;

VII. autorizar:

- a) o encaminhamento de cópia das Informações nº 60/2021-DIGEM3, nº 61/2021-DIGEM3, nº 57/2020-DIGEM3 e nº 59/2020-DIGEM3, do Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser proferida:
 - i. à Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal, com conhecimento à sua Assessoria Jurídico-Legislativa;
 - ii. à Câmara Legislativa do Distrito Federal;
 - iii. à Urbi Mobilidade Urbana e às Viações Pioneira Ltda e Piracicabana Ltda.; e
 - iv. ao Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa das Relações de Consumo;
- b) o envio de cópia integral dos Processos TCDF nº 22100/2019-e e 5964/2015-e ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e à Procuradoria-Geral do Distrito Federal, para ciência e demais providências que entenderem pertinentes;
- c) o acompanhamento, em autos apartados, das revisões tarifárias realizadas pela Semob no âmbito dos Contratos derivados da Concorrência Pública nº 01/2011-ST, em janeiro e maio de 2021, conforme informado nos processos de



barramento PEN nº 00090-00001816/2021-68-e, nº 00090-00013674/2021-81-e e nº 00090-00013681/2021-83-e;

VIII. restituir os autos à Segem, para as providências pertinentes.”

O titular da Segem/TCDF, mediante e-DOC 79904A36-e, de 02.06.2021, manifestou-se *“de acordo com a Informação nº 60/2021 - Digem3, com as modificações sugeridas pela Informação nº 61/2021 (Complementar do Diretor da DIGEM3)”*.

No dia 09.06.2021, a empresa Viação Pioneira Ltda., por intermédio de seu representante legal, requereu (e-DOC FE10914C-e) *“vista dos autos para obtenção de cópias reprográficas/disponibilização de arquivo digital da íntegra dos autos, incluindo documentos e peças apreciadas ou não apreciadas pelo plenário desta E. Corte”*.

Posteriormente, em novo expediente (e-DOC 909C0E84-e), também datado de 09.06.2021, o patrono da Viação Pioneira Ltda. requereu o fornecimento de *“vista dos autos para obtenção de cópias reprográficas/disponibilização de arquivo digital da íntegra dos autos”*, alusiva aos autos do Processo n.º 5.964/2015, que tramita apensado ao presente processo.

Mediante **Despacho Singular n.º 403/2021 – GCIM** (e-DOC 76FB2E68-e), de 14.06.2021, esclareci que, *“no que alude o peticionamento de e-DOC 909C0E84-e (peça 161), (...) mediante Despacho Singular n.º 138/2021 – GCIM (e-DOC 83C1D810-e), conferi jurisdição à peticionamento de idêntico teor do nobre causídico, que retirou, em 02.03.2021, o arquivo alusivo ao inteiro teor do Processo n.º 5.964/2015 conforme consta do recibo de peça 140 (e-DOC 518EA6CB-e), operando a preclusão consumativa em relação ao pedido alusivo à peça eletrônica 161, posto que no processo apensado não ocorreu a juntada de documento novo desde a data de 29.06.2020, tendo a empresa peticionante cópia do inteiro teor do Processo apenso n.º 5.964/2015”*. Quanto ao peticionamento de peça 159 (e-DOC FE10914C-e), deferi *“o fornecimento de cópia do presente processo a partir da prolação do Despacho Singular n.º 52/2021 – GCIM (peça eletrônica 124)”*.

O **Parquet** especial, então, por meio do **Parecer n.º 489/2021–G3P** (e-DOC 21C30C40-e), de 13.07.2021, ratificou as proposições constantes do Parecer n.º 743/2020 – G3P, com acréscimo no sentido considerar improcedente a Representação formulada pelo Sr. Júlio César Barbosa Melo, Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa da SEMOB/DF, e pela adoção da medida cautelar proposta pelo Diretor da 3ª Digem para que a Semob se abstenha de prorrogar os Contratos oriundos da Concorrência n.º 1/2011-ST, dando imediato início ao procedimento licitatório, caso ainda não o tenha feito, assim:

“I. tomar conhecimento:

- a) dos documentos associados aos presentes autos, referidos na Informação nº 57/2020-DIGEM3 e 59/2020-DIGEM3 (peças 94 e 95, nessa ordem), e das Informações nºs 60/2021-DIGEM3 e 61/2021- DIGEM3;*
- b) do Parecer nº 743/2020 – G3P (peça 99) e do presente opinativo;*
- c) dos Ofícios nº 51/2020-SEMOB/GAB/ASTEC (peça 76), nº 76/2020-SEMOB/GAB/ASTEC (peça 83) e nº 249/2020-SEMOB/GAB/ASTEC (peça 85), e respectivos anexos;*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

- d) dos memoriais apresentados pelas *Viações Pioneira Ltda.* e *Piracicabana Ltda.* (peça 143) e pela *Urbi Mobilidade Urbana* (peça 144);
- II. autorizar o levantamento do sobrestamento do Processo nº 5964/2015-e, em face da juntada dos estudos da FGV e o atual andamento do Processo 2013.01.1.09289- 0, Primeira Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, que confirmou a sentença condenatória em segunda instância, bem como autorizar apensar este Processo 21.100/2019-e ao primeiro, considerando a conexão entre as matérias;
- III. considerar improcedente a Representação formulada pelo Sr. *Júlio César Barbosa Melo*, chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa da SEMOB/DF (peça 148);
- IV. quanto ao mérito do Processo 22.100/2019-e:
- a) considerar ilícitas as Portarias Semob nº 71, 72, 80 e 81 de 2019, pois editadas com as taxas e parâmetros abusivos desde o Contrato, violando-se os art. 2º, inciso II, c/c art. 6º, § 1º, art. 29, I, e art. 30, todos da Lei Federal nº 8.987/1995, além de conterem justificativas por motivos discrepantes da realidade, porquanto concederam tratamento vantajoso às empresas *Pioneira* e *Piracicabana* sem a efetiva economia de recursos ao Distrito Federal, ao contrário do declarado nos próprios atos;
- b) em face das irregularidades mencionadas no item anterior:
- 1) considerar procedente a Representação proposta por *Urbi Mobilidade Urbana* (peça 3);
- 2) determinar à Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal, o exato cumprimento da lei, com fulcro no inciso IX do art. 71 da Constituição Federal e art. 53 da Lei 9784/99, para que, no prazo de que no prazo de 45 dias, anule as Portarias Semob nº 71, 72, 80 e 81 de 2019, com fundamento nos ilícitos do item III, letra "a", via o devido processo legal, garantidos o contraditório e ampla defesa, o que deverá ser precedido ou ser concomitante a:
- i) anulação in totum dos contratos, via o devido processo legal, garantidos o contraditório e ampla defesa, porquanto viciados desde a licitação, consoante os elementos e julgados Processo 2013.01.1.09289-0, Primeira Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, com os acréscimos do Parecer 1103/2013-MF e Informação n. 84/2015-3ª Diacomp, conforme o Processo 5964/2015-e; ou
- ii) caso tenham interesse de não afetar o trânsito em julgado do processo judicial, porquanto já obtida sentença favorável sobre a anulação, realizem, via o devido processo legal, garantidos o contraditório e ampla defesa, a anulação por abusividade – do item 4.6.1 do edital e dos itens 1, 2, 3.a, 3.b, 4, da Cláusula XVII, item 1 da Cláusula XI e item 9 da Cláusula VI, dos contratos de concessão derivados da Concorrência n.1/2011-ST - por evidente violação aos art. 2º, inciso II, c/c art. 6º, § 1º, art. 29, I, e art. 30, todos da Lei Federal nº 8.987/1995, porquanto não se conformam ao postulado legal sobre as concessões, que se executam



por conta e risco do concessionário, indo contra os princípios de modicidade tarifária e eficiência, além de viabilizarem o nominado “jogo de planilha”, pela manutenção de taxas interna de retorno abusivas em relação aos preços praticados pelo mercado, além de autorizar revisão por áleas ordinárias, em situações propriamente cobertas pelo reajuste contratual, esvaziando os riscos inerentes da atividade;

- iii) utilize, para fins remuneração das concessionárias contratadas a partir da Concorrência Pública nº 01/2011-ST, os valores corrigidos exclusivamente pelos índices de reajuste, segundo a Cláusula XVI dos contratos de concessão, até que o Tribunal de Contas do Distrito Federal delibere acerca do mérito das demais revisões ainda não examinadas no mérito (Portarias n. 22/2016 e 56 a 60/2018);*
- iv) glose, na proporção de 1/12 (um doze avos) ao mês, eventuais pagamentos a maior realizados com base nas Portarias Semob nº 71, 72, 80 e 81 de 2019;*
- v) abstenha-se de proceder a revisões contratuais que não tenham por fundamento fatos imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, que caracterizem efetiva álea extraordinária no âmbito dos serviços concedidos;*
- vi) abstenha-se de proceder a revisões contratuais que tenham por fundamento dados e valores fornecidos pelas concessionárias não passíveis de efetivos controle e comprovação por parte da Semob;*
- vii) em observância ao princípio da segurança jurídica, abstenha-se de renovar os contratos de concessão decorrentes da Concorrência nº 01/2011-ST, dando início desde já, caso não o tenha feito, aos procedimentos e estudos com vista a nova licitação para operação do STPC;*
- viii) denegar o pedido da Viação Pioneira para que se seja intimada, após a manifestação do Corpo Técnico, por ausência de previsão legal ou regimental, podendo o interessado, caso julgue conveniente, requerer sustentação oral, na forma do art. 1º da Resolução nº 332, de 03 de abril de 2020, que regulamentou a sustentação oral em face da situação excepcional de pandemia, ou nos termos do art. 136 do Regimento Interno do TCDF (Resolução 296/2016), para o caso de revogação da primeira norma;*

V. quanto ao mérito do Processo 5964/2015-e:

- a) considerar procedentes as irregularidades mencionadas no Parecer 1103/2013-MF (e-doc 4BB4BDB4-e), nos termos e fundamentos da análise pela Informação n. 84/2015-3ª Diacomp, (1A2C78F1-e), ambos do Processo 5964/2015:*
 - 1) utilização de TIR superestimada, em especial, na utilização de financiamento incentivado para investimentos, caso em que a TIR pode chegar a 40%;*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

- 2) não abordagem da desoneração da folha de pagamento, subsídio previsto na Lei n.º 12715/12, ocasionando possível majoração da TIR e da tarifa técnica;
 - 3) erro de cálculo da “depreciação contábil”, ocasionando majoração da TIR e da tarifa técnica;
 - 4) inconsistência da despesa de pessoal na planilha do anexo II.11, balizadora das propostas dos licitantes, implicando majoração da TIR e da tarifa técnica;
 - 5) alegação de sigilo e não disponibilização, pela Secretaria de Transportes, do orçamento detalhado e dos memoriais de cálculo da revisão dos dados de quilometragem e do tempo estimado de viagens, que definem a tarifa técnica, em afronta ao artigo 7º, inciso I e §2º, I e II, da Lei n.º 8666/93;
 - 6) participação das empresas Viação Pioneira, vencedora da bacia 2, e Viação Piracicabana, vencedora da bacia 1, controladas pela empresa Expresso União, todas pertencentes ao grupo da família Constantino, caracterizando mesmo grupo econômico, em clara afronta ao item 16.1.2- “g” do Edital; e
 - 7) conflito de interesse na atuação do Sr. Sacha Reck, ao participar da elaboração do projeto básico e do Edital, dos procedimentos de execução da licitação e como advogado de empresas licitantes, em clara transgressão ao artigo 9º da Lei n.º 8666/93.
- b) considerar ilícita a Portaria SEMOB 25/2015, segundo a análise da Informação n. 84/2015-e, porquanto firmada com diversas irregularidades, dentre essas a Taxas de Internas de Retorno superestimadas em relação aos preços e parâmetros de mercado, com vantagens às empresas Pioneira e Marechal, em violação aos art. 2º, inciso II, c/c art. 6º, § 1º, art. 29, I, e art. 30, todos da Lei Federal nº 8.987/1995;
- c) em consequência, determinar à Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal:
- 1) o exato cumprimento da lei, com fulcro no inciso IX do art. 71 da Constituição Federal e art. 53 da Lei 9784/98, para que, no prazo de 45 dias, contados do conhecimento da decisão, o mencionado órgão anule a Portaria SEMOB 25/2015, com fundamento nos ilícitos do item anterior, via o devido processo legal, garantidos o contraditório e ampla defesa aos interessados, o que deverá ser precedido ou ser concomitante à anulação parcial ou total dos contratos, nos termos do item III, b, 2, i e ii, supra indicados;
 - 2) até que se processe anulação, suspenda, cautelarmente, no prazo 5 (cinco) dias, contados do conhecimento da decisão, os efeitos da Portaria n. 25/2015, viabilizando o resultado útil do processamento e proteção do interesse público, com fulcro no art. 45 da LC 1/94;
 - 3) glose, na proporção de 1/12 (um doze avos) ao mês, eventuais pagamentos a maior realizados com base na Portaria Semob nº 25/2015, a partir da suspensão cautelar do ato administrativo;
- d) considerar insuficiente a análise do Corpo Técnico acerca das revisões contratuais das Portarias n. 22/2016, 56 a 60/2018, e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

- dos estudos apresentados pela Fundação Getúlio Vargas, devendo os autos serem reinstruídos, autorizando, desde já, a realização de inspeção, tendo como parâmetro os achados da Informação n. 84/2015-3ª Diacom;*
- e) considerar procedente a Representação pelo Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa das Relações de Consumo – IBEDEC/DF (e-doc 5CBC6979-e), conhecida pela Decisão nº 121/2018;*
 - f) determinar, em medida cautelar, com fulcro no art. 45 da LC 1/94, à Secretaria de Estado de Mobilidade que:*
 - 1) suspenda, no prazo 5 (cinco) dias, contados do conhecimento da decisão, os efeitos das Portarias n. 22/2016, 56 a 60/2018, até que o Tribunal de Contas delibere sobre o mérito desses atos administrativos, porquanto ainda editados com base em taxas internas de retorno superestimadas em relação aos parâmetros de mercado;*
 - 2) em consequência do item anterior, realize a retenção de valores em excesso, com relação Portarias n. 22/2016, 56 a 60/2018, em contacorrente apartada, que deverá ser aberta para essa finalidade específica, devendo considerar as tarifas iniciais exclusivamente corrigidas pelos índices de reajuste anual, segundo a Cláusula XVI dos contratos originados da Concorrência 1/2011-ST, até que o Tribunal de Contas delibere sobre o mérito dos atos suspensos, visando a preservação do interesse público;*
- VI) visando prevenir ocorrências semelhantes, determinar ao Poder Executivo do Distrito Federal e à Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal, com fulcro no inciso IX do art. 71 da Constituição Federal, para as próximas contratações de transporte público coletivo de competência Distrital, que sejam realizadas pela SEMOB ou outro órgão do Poder Executivo, que tenham por fundamento a concessão latu sensu dos serviços públicos de transporte urbano, que os órgãos e entidades do DF, que:*
- a) se abstenham de incorporar cláusulas de teor igual ou semelhante aos itens 1, 2, 3.a, 3.b, 4, da Cláusula XVII, e item 9 da Cláusula VI, dos contratos de concessão derivados da Concorrência n.1/2011-ST e do item 4.6.1 do edital, que repassaram ao Poder Público de forma integral os riscos de demanda e de quilometragem, e que acarretam o repasse integral de variações de componentes de custos ao Poder Concedente, caracterizando violação ao art. 2º, inciso II, c/c art. 6º, § 1º, art. 29, I, e art. 30, todos da Lei Federal nº 8.987/1995;*
 - b) utilizem parâmetro objetivo para a determinação da taxa interna de retorno ou taxa de desconto para licitações públicas, tendo como referência a “metodologia de cálculo do WACC – concessões públicas” do Ministério da Fazenda, para proporcionar segurança jurídica sobre a definição desse parâmetro;*
 - c) adotem cláusula contratual de revisão, nos casos de ocorrência de áleas extraordinárias, que possibilite a atualização das taxas internas de retorno pelos efeitos da*



alavancagem, repassando o ganho financeiro, se for o caso, para a redução das tarifas, com fulcro no art. 6º, § 1º, art. 29, I, e art. 30, todos da Lei Federal nº 8.987/1995;

- d) avaliem adotar o Fluxo de Caixa Marginal para o reequilíbrio de contratos, nos casos de investimentos novos decorrentes de áleas extraordinárias, técnica que tem registro na jurisprudência do Tribunal de Contas da União (Acórdão 2.927/2011-TCU-Plenário);*

VII. autorizar:

- a) o envio de cópia das Informações nº 57/2020-DIGEM3 e nº 59/2020-DIGEM3, do Parecer de lavra do Ministério Público de Contas, Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser proferida:*

- 1) à Urbi Mobilidade Urbana;*
- 2) à Viação Pioneira Ltda.;*
- 3) à Viação Piracicabana Ltda.;*
- 4) Viação Marechal;*
- 5) Viação Expresso São José;*
- 4) ao Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa das Relações de Consumo;*
- 5) à Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal;*

- b) o envio de cópia integral dos Processos TCDF nº 22100/2019-e e 5964/2015-e ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e à Procuradoria-Geral do Distrito Federal, para ciência e demais providências que entenderem pertinentes;*

VIII. restituir os autos à Segem, para as providências pertinentes, inclusive a respeito dos demais apensos.”

Nos dias 14.07.2021 (e-DOC 28468342-e) e 15.07.2021 (e-DOC E344ACEF-e), as sociedades empresárias Consórcio HP-ITA e Viação Piracicabana Ltda., por intermédio de seus representantes legalmente constituídos, peticionaram, respectivamente, o fornecimento de “*cópia reprográfica/disponibilização em arquivo digital, do PARECER Nº 489/20201 –G3P (e-DOC 21C30C40-e)*” e de “*cópia de todos os documentos juntados aos autos após a última decisão, para o exercício do contraditório e da ampla defesa*”. Nos termos do **Despacho Singular n.º 471/2021 – GCIM** (e-DOC 93613895-e), de 16.07.2021, deferiu-se “*aos subscritores dos peticionamentos de peças eletrônicas 166 e 168 o fornecimento de cópia de peças processuais nos estritos termos requeridos nos e-DOCs 28468342-e e E344ACEF-e*”.

É o relatório.

**VOTO**

Os presentes autos foram constituídos para tratar da Representação formulada pela Urbi Mobilidade Urbana (e-DOC 6B81FAB2-c e aditamento de e-DOC BA310D1E-c), que apontou supostas irregularidades na edição das Portarias n.ºs 71/2019 e 72/2019 – Semob/DF, “as quais implicaram a elevação da tarifa técnica atribuída à Viação Pioneira Ltda.”.

Com o desenrolar do processo, o feito passou a englobar, além da exordial supracitada, outras questões relacionadas à regularidade dos valores das tarifas técnicas estabelecidas nos Contratos de Concessão oriundos da Concorrência n.º 01/2011-ST, mais especificamente:

- das questões tratadas no **Processo n.º 5.964/2015** (apensado ao presente feito) e, conseqüentemente, da Representação protocolada nesta Corte de Contas, em 28.05.2018, pelo Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa das Relações de Consumo – IBEDEC/DF (e-DOC 5CBC6979-e), conhecida pelo item I da Decisão Reservada n.º 121/2018;
- da Representação ofertada pelo Chefe⁴ da Assessoria Jurídico-Legislativa da Semob/DF (e-DOC 2DDD0A62-c), conhecida pelo item “I-a” da Decisão n.º 934/2021, no bojo do **Processo n.º 00600-00000506/2021-83-e** (apensado ao presente feito, nos termos do item “III-a” da Decisão n.º 934/2021).

Ao final de todas manifestações, o Auditor de Controle Externo da 3ª Digem/TCDF, responsável pela elaboração da **Informação n.º 60/2021 – DIGEM3**, sugeriu ao Tribunal: autorizar o levantamento do sobrestamento do Processo n.º 5.964/2015 e apensamento aos presentes autos, com o fito de evitar decisões conflitantes; considerar improcedentes as Representações protocoladas pelo (a) Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa das Relações de Consumo – IBEDEC/DF, tratada no Processo n.º 5.964/2015, e (b) Sr. Júlio César Barbosa Melo, chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa da SEMOB/DF; considerar procedente a Representação ofertada pela URBI Mobilidade Urbana, a fim de (a) não aplicar o item 1 da Cláusula XI e subitens “1.3.a”, “1.3.b” e item 4 da Cláusula XVII dos Contratos de Concessão originários da Concorrência n.º 01/2011-ST/DF, por irregulares, e (b) invalidar as Portarias n.ºs 71, 72, 80 e 81/2019, mantendo-se os efeitos das Portarias/Semob n.ºs 56 a 60/2018; considerar não aplicáveis o item 1 da Cláusula XI, os subitens “1.3.a” e “1.3.b” da Cláusula XVII, e o item 4, da mesma Cláusula XVII dos Contratos de Concessão originários da Concorrência n.º 01/2011-ST, devendo ser utilizado, para fins de aferição da tarifa técnica revisada, os Produtos da auditoria independente realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), conforme apresentado e/ou referenciado na peça 267 do Processo n.º 5.964/2015 (e-DOC 5CBC6979-e), e que resultaram na edição das Portarias/SEMOB de n.ºs 56 a 60/2018; expedir determinações⁵ à Semob/DF; dar ciência da decisão a ser adotada aos envolvidos⁶; e autorizar o arquivamento dos autos.

⁴ Sr. Júlio César Barbosa Melo.

⁵ a) no prazo de 90 (noventa) dias, no âmbito do processo administrativo próprio, com notificação às Concessionárias interessadas, proceda à anulação das Portarias/SEMOB n.ºs 71, 72, 80 e 81/2019, dando conhecimento a este Tribunal, nesse mesmo prazo, sobre as providências adotadas em relação à presente alínea e às que a sucedem;

b) inicie desde logo, caso ainda não o tenha feito, os procedimentos com vista à deflagração de certame licitatório para novas contratações para substituição dos contratos originários da Concorrência nº 01/2011-ST/DF ao término de suas vigências originais, ou dentro dos 365 dias definidos pelos Acórdãos/TJDF de n.ºs 1144188 e 1233612, exarados no âmbito da Ação Popular nº 2013.01.1.092892-0, o que ocorrer primeiro;

c) abstenha-se de proceder às prorrogações previstas nos Contratos oriundos da Concorrência nº 01/2011-ST, bem assim, deixe de proceder a quaisquer revisões nesses Contratos que não decorram efetivamente de fatos atribuíveis a área

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 22.100/19e

O Diretor da 3ª Digem/TCDF, mediante cota complementar (**Informação n.º 61/2021 – DIGEM3**), com o aval do titular da Segem/TCDF, posicionou-se de forma parcialmente divergente da instrução, com acréscimo, no sentido de: autorizar o levantamento do sobrestamento do Processo n.º 5.964/2015 e apensação aos presentes autos; considerar improcedentes as Representações protocoladas pelo (a) Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa das Relações de Consumo – IBEDEC/DF, tratada no Processo n.º 5.964/2015, e (b) Sr. Júlio César Barbosa Melo, chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa da SEMOB/DF; considerar procedente a Representação ofertada pela URBI Mobilidade Urbana, a fim de invalidar as Portarias n.ºs 71, 72, 80 e 81/2019; determinar à Semob/DF, com fulcro no art. 277 do RI/TCDF, que, cautelarmente, abstenha-se de proceder a prorrogações nos Contratos oriundos da Concorrência n.º 01/2011-ST, iniciando desde logo, caso ainda não o tenha feito, os procedimentos com vista à deflagração de certame licitatório para novas contratações para substituição dos contratos derivados da Concorrência n.º 01/2011-ST/DF ao término de suas vigências originais, ou dentro dos 365 dias definidos pelos Acórdãos/TJDFT de n.ºs 1144188 e 1233612, exarados no âmbito da Ação Popular n.º 2013.01.1.092892-0, o que ocorrer primeiro; expedir determinações⁷ à Semob/DF; e autorizar (a) o encaminhamento de cópia das Informações n.ºs 60/2021-DIGEM3, 61/2021-DIGEM3, 57/2020-DIGEM3 e 59/2020-DIGEM3, do Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser proferida à Semob/DF, à CLDF, às empresas Urbi Mobilidade Urbanas, Viação Pioneira Ltda. e Viação Piracicabana Ltda. e ao IBEDEC/DF, (b) o envio de cópia integral dos Processos TCDF n.ºs 22100/2019-e e 5.964/2015-e ao MPDFT e à PGDF, para ciência e demais providências que entenderem pertinentes, e (c) o acompanhamento, em autos apartados, das revisões tarifárias realizadas pela Semob/DF no âmbito dos Contratos derivados da Concorrência Pública n.º 01/2011-ST, em janeiro e maio de 2021, conforme informado nos processos de barramento PEN n.ºs 00090-00001816/2021-68-e, 00090-00013674/2021-81-e e 00090-00013681/2021-83-e; e restituir os autos à Segem/TCDF, para as providências pertinentes.

O MPjTCDF, mediante o **Parecer n.º 489/2021–G3P**, propôs ao Plenário: autorizar (a) o levantamento do sobrestamento do Processo n.º 5.964/2015-e, em face da juntada dos estudos da FGV e o atual andamento do Processo n.º 2013.01.1.09289-0, (b) o apensamento deste Processo n.º 22.100/2019-e ao de n.º 5.964/2015-e; considerar (a) improcedente a Representação formulada pelo Chefe da Assessoria Jurídico-Legislativa da

econômica extraordinária (imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis), aplicando-se apenas os reajustamentos inerentes até o final do período da concessão;

d) proceda à glosa, à razão de 1/12 (um doze avos) ao mês, dos valores que tiverem sido pagos em razão das alterações de valores das tarifas realizadas pelas Portarias/SEMOB de n.ºs 72 e 81/2019;

⁶ Semob/DF, PGDF, CLDF, empresas Urbi Mobilidade Urbana, Viação Pioneira Ltda. e Viação Piracicabana Ltda. e Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa das Relações de Consumo – IBEDEC/DF.

⁷ a) proceda à anulação das Portarias/SEMOB n.ºs 71, 72, 80 e 81/2019, no âmbito do processo administrativo próprio, com notificação às Concessionárias interessadas;

b) utilize, para fins de aferição da tarifa técnica cabível a cada concessionária contratada a partir da Concorrência Pública n.º 01/2011-ST, os resultados alcançados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) nos estudos contratados que fundamentaram a edição das Portarias Semob n.º 56 a 60 de 2018, com os devidos reajustes (peça 263 do processo 5.964/2015 – e-DOC 7E229394-e);

c) abstenha-se de proceder a quaisquer revisões nos Contratos derivados da Concorrência Pública n.º 01/2011-ST que não decorram efetivamente de fatos atribuíveis a álea econômica extraordinária (imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis);

d) proceda à glosa, à razão de 1/12 (um doze avos) ao mês, dos valores que tiverem sido pagos em razão das alterações de valores das tarifas realizadas pelas Portarias/SEMOB de n.ºs 72 e 81/2019;

e) informe a este Tribunal acerca das medidas adotadas em relação à presente Decisão;

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 22.100/19e

Semob/DF e (b) procedentes as Representações ofertadas pela Urbi Mobilidade Urbana e pelo IBEDEC/DF e (c) insuficiente a análise do Corpo Técnico acerca das revisões contratuais das Portarias n.ºs 22/2016, 56 a 60/2018, e dos estudos apresentados pela Fundação Getúlio Vargas, devendo os autos serem reinstruídos, autorizando, desde já, a realização de inspeção, tendo como parâmetro os achados da Informação n.º 84/2015-3ª Diacomp; ter por ilícitas as Portarias Semob n.ºs 71, 72, 80 e 81 de 2019, expedindo determinações⁸ à Semob/DF; considerar procedentes as irregularidades mencionadas no Parecer n.º 1103/2013-MF, nos termos e fundamentos da análise pela Informação n.º 84/2015-3ª Diacomp, ambos do Processo n.º 5.964/2015; considerar ilícita a Portaria SEMOB n.º 25/2015, segundo a análise da Informação n.º 84/2015-e, expedindo diligências⁹ à Pasta; determinar à Semob/DF, cautelamente, com fulcro no art. 45 da LC n.º 01/1994, que (a) suspenda os efeitos das Portarias n.ºs 22/2016, 56 a 60/2018, até que o Tribunal de Contas delibere sobre o mérito desses atos administrativos, porquanto ainda editados com base em taxas internas de retorno superestimadas em relação aos parâmetros de mercado, e (b) realize a retenção de valores em excesso, com relação Portarias n.ºs 22/2016, 56 a 60/2018, até que o Tribunal de Contas delibere sobre o mérito dos atos suspensos, visando a preservação do interesse público;

⁸ 2) determinar à Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal, o exato cumprimento da lei, com fulcro no inciso IX do art. 71 da Constituição Federal e art. 53 da Lei 9784/99, para que, no prazo de que no prazo de 45 dias, anule as Portarias Semob n.º 71, 72, 80 e 81 de 2019, com fundamento nos ilícitos do item III, letra "a", via o devido processo legal, garantidos o contraditório e ampla defesa, o que deverá ser precedido ou ser concomitante a:

i) anulação in totum dos contratos, via o devido processo legal, garantidos o contraditório e ampla defesa, porquanto viciados desde a licitação, consoante os elementos e julgados Processo 2013.01.1.09289-0, Primeira Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, com os acréscimos do Parecer 1103/2013-MF e Informação n. 84/2015-3ª Diacomp, conforme o Processo 5964/2015-e; ou

ii) caso tenham interesse de não afetar o trânsito em julgado do processo judicial, porquanto já obtida sentença favorável sobre a anulação, realizem, via o devido processo legal, garantidos o contraditório e ampla defesa, a anulação por abusividade – do item 4.6.1 do edital e dos itens 1, 2, 3.a, 3.b, 4, da Cláusula XVII, item 1 da Cláusula XI e item 9 da Cláusula VI, dos contratos de concessão derivados da Concorrência n.1/2011-ST - por evidente violação aos art. 2º, inciso II, c/c art. 6º, § 1º, art. 29, I, e art. 30, todos da Lei Federal nº 8.987/1995, porquanto não se conformam ao postulado legal sobre as concessões, que se executam por conta e risco do concessionário, indo contra os princípios de modicidade tarifária e eficiência, além de viabilizarem o nominado "jogo de planilha", pela manutenção de taxas interna de retorno abusivas em relação aos preços praticados pelo mercado, além de autorizar revisão por áleas ordinárias, em situações propriamente cobertas pelo reajuste contratual, esvaziando os riscos inerentes da atividade;

iii) utilize, para fins remuneração das concessionárias contratadas a partir da Concorrência Pública nº 01/2011-ST, os valores corrigidos exclusivamente pelos índices de reajuste, segundo a Cláusula XVI dos contratos de concessão, até que o Tribunal de Contas do Distrito Federal delibere acerca do mérito das demais revisões ainda não examinadas no mérito (Portarias n. 22/2016 e 56 a 60/2018);

iv) glose, na proporção de 1/12 (um doze avos) ao mês, eventuais pagamentos a maior realizados com base nas Portarias Semob nº 71, 72, 80 e 81 de 2019;

v) abstenha-se de proceder a revisões contratuais que não tenham por fundamento fatos imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, que caracterizem efetiva álea extraordinária no âmbito dos serviços concedidos;

vi) abstenha-se de proceder a revisões contratuais que tenham por fundamento dados e valores fornecidos pelas concessionárias não passíveis de efetivos controle e comprovação por parte da Semob;

vii) em observância ao princípio da segurança jurídica, abstenha-se de renovar os contratos de concessão decorrentes da Concorrência nº 01/2011-ST, dando início desde já, caso não o tenha feito, aos procedimentos e estudos com vista a nova licitação para operação do STPC;

viii) denegar o pedido da Viação Pioneira para que se seja intimada, após a manifestação do Corpo Técnico, por ausência de previsão legal ou regimental, podendo o interessado, caso julgue conveniente, requerer sustentação oral, na forma do art. 1º da Resolução nº 332, de 03 de abril de 2020, que regulamentou a sustentação oral em face da situação excepcional de pandemia, ou nos termos do art. 136 do Regimento Interno do TCDF (Resolução 296/2016), para o caso de revogação da primeira norma;

⁹ c) em consequência, determinar à Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal:

1) o exato cumprimento da lei, com fulcro no inciso IX do art. 71 da Constituição Federal e art. 53 da Lei 9784/98, para que, no prazo de 45 dias, contados do conhecimento da decisão, o mencionado órgão anule a Portaria SEMOB 25/2015, com fundamento nos ilícitos do item anterior, via o devido processo legal, garantidos o contraditório e ampla defesa aos interessados, o que deverá ser precedido ou ser concomitante à anulação parcial ou total dos contratos, nos termos do item III, b, 2, i e ii, supra indicados;

2) até que se processe anulação, suspenda, cautelarmente, no prazo 5 (cinco) dias, contados do conhecimento da decisão, os efeitos da Portaria n. 25/2015, viabilizando o resultado útil do processamento e proteção do interesse público, com fulcro no art. 45 da LC 1/94;

3) glose, na proporção de 1/12 (um doze avos) ao mês, eventuais pagamentos a maior realizados com base na Portaria Semob nº 25/2015, a partir da suspensão cautelar do ato administrativo;

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 22.100/19e

expedir determinações¹⁰ ao Poder Executivo do Distrito Federal e à Semob/DF relacionadas às próximas contratações de transporte público coletivo de competência Distrital; e autorizar (a) o encaminhamento de cópia das Informações nºs 57/2020-DIGEM3 e 59/2020-DIGEM3, do Parecer n.º 489/2021-G3P, do Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser proferida à Semob/DF, à CLDF, às empresas Urbi Mobilidade Urbanas, Viação Pioneira Ltda., Viação Piracicabana Ltda., Viação Marechal e Viação Expresso São José e ao IBEDEC/DF, e (b) o envio de cópia integral dos Processos TCDF n.ºs 22.100/2019-e e 5.964/2015-e ao MPDFT e à PGDF, para ciência e demais providências que entenderem pertinentes; e restituir os autos à Segem/TCDF, para as providências pertinentes.

Antes de adentrar na discussão sobre a evolução das tarifas técnicas dos contratos de concessão decorrentes da Concorrência Pública n.º 01/11-ST, lembro que a legalidades do aludido certame (e, conseqüentemente, dos ajustes dele derivados) foi objeto da Ação Popular n.º **2013.01.1.092892-0**, com pedido liminar:

“proposta pelas cidadãs ELIETE MARIA DE SOUZA e REGINA CELINA MONTEIRO em desfavor do DISTRITO FEDERAL, VIAÇÃO PIRACICABANA LTDA, VIAÇÃO PIONEIRA LTDA, CONSÓRCIO HP-ITA (HP TRANSPORTES COLETIVOS LTDA e ITA EMPRESA DE TRANSPORTES LTDA), AUTO VIAÇÃO MARECHAL LTDA e EXPRESSO SÃO JOSÉ por meio da qual pretendem a suspensão dos contratos, bem como de eventuais financiamentos ou desdobramentos originados da Concorrência Pública nº 1/2011 e, no mérito, a anulação do certame, bem como dos atos dele advindos”.

No bojo da ação judicial supracitada, destaco que o i. Juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública do DF, Dr. Lizandro Garcia Gomes Filho, mediante **sentença** exarada em 25.01.2016, assim deliberou na parte dispositiva:

*“Posto isso, em parcial consonância com o parecer ministerial, **extingo o feito, com resolução de mérito**, nos termos do art. 269, inciso I, do CPC, c/c art. 11/LAP, para **acolher parcialmente o pedido inicial** (item “e” do pedido de fls. 39), de forma a **decretar a invalidade da concorrência pública nº 01/2011, da Secretaria de Transportes do Distrito Federal, a contar de 180 dias**, na forma da fundamentação acima.*

Custas pelos Réus, solidariamente (art. 12 da LAP), haja vista a condenação praticamente integral.

Condeno os Réus, ainda, solidariamente, em honorários advocatícios, nos termos dos art. 20, §§ 3º e 4º do CPC c/c art. 12, parte final, da LAP, em valor equitativo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). É de se justificar o montante fixado pelo elevado zelo

¹⁰ a) se abstenham de incorporar cláusulas de teor igual ou violação semelhante aos itens 1, 2, 3.a, 3.b, 4, da Cláusula XVII, e item 9 da Cláusula VI, dos contratos de concessão derivados da Concorrência n.1/2011-ST e do item 4.6.1 do edital, que repassaram ao Poder Público de forma integral os riscos de demanda e de quilometragem, e que acarretam o repasse integral de variações de componentes de custos ao Poder Concedente, caracterizando ao art. 2º, inciso II, c/c art. 6º, § 1º, art. 29, I, e art. 30, todos da Lei Federal nº 8.987/1995;

b) utilizem parâmetro objetivo para a determinação da taxa interna de retorno ou taxa de desconto para licitações públicas, tendo como referência a “metodologia de cálculo do WACC – concessões públicas” do Ministério da Fazenda, para proporcionar segurança jurídica sobre a definição desse parâmetro;

c) adotem cláusula contratual de revisão, nos casos de ocorrência de áleas extraordinárias, que possibilite a atualização das taxas internas de retorno pelos efeitos da alavancagem, repassando o ganho financeiro, se for o caso, para a redução das tarifas, com fulcro no art. 6º, § 1º, art. 29, I, e art. 30, todos da Lei Federal nº 8.987/1995;

d) avaliem adotar o Fluxo de Caixa Marginal para o reequilíbrio de contratos, nos casos de investimentos novos decorrentes de áleas extraordinárias, técnica que tem registro na jurisprudência do Tribunal de Contas da União (Acórdão 2.927/2011-TCU-Plenário);

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 22.100/19e

profissional do procurador das Autoras (cuja inscrição na OAB é de outra Unidade Federativa), conforme alínea "a", do inciso III, do art. 20/CPC. Ademais, o bilionário valor envolvido na contratação (previsto para durar por 10 anos, com possibilidade de prorrogação por igual período), sempre merece redobrada atenção de todos os personagens processuais, sem contar no tempo de tramitação do feito em 1º grau de jurisdição - cerca de 2 anos e meio (alínea "c", do inciso III, do art. 20/CPC).

*Em face da **anulação do ato administrativo (e dos contratos que lhe seguiram)**, não havendo recurso voluntário, remetam-se ao E. TJDF em remessa necessária, nos termos do artigo 475, inciso I, do CPC, haja vista que a Fazenda Pública se opôs à procedência do pedido (o que poderia ter sido evitado se o DF tivesse se valido da faculdade a que alude o §3º do art. 6º da Lei nº 4.714/65). Publique-se. Registrada eletronicamente nesta data. Intimem-se."* (grifei)

Posteriormente, mediante **Acórdão n.º 1144188**, de 28.11.2018, reformado parcialmente pelo **Acórdão n.º 1233612**, de 06.03.2020, ambos exarados pela 3ª Turma Cível do TJDF, a decisão supracitada foi reformada apenas para modular "*os efeitos da sentença em um ano a partir do trânsito em julgado*", sendo esse "*prazo mais do que suficiente para a realização de novo certame licitatório*".

No dia 30.09.2020, o Presidente do TJDF, n. Desembargador Romeu Gonzaga Neiva, remeteu¹¹, "*em estrita observância ao teor do artigo 1.042, parágrafos 4º e 7º, do Código de Processo Civil, (...) os autos ao Superior Tribunal de Justiça, a quem compete, exclusivamente, a apreciação*" dos apelos formulados.

No STJ, o supracitado recurso especial recebeu a numeração **REsp 1903870/DF**. Desde 03.02.2021, os autos se encontram conclusos para decisão pelo i. Ministro Herman Benjamin.

Passando a me debruçar especificamente sobre a matéria em discussão nestes autos, recorro que o edital da Concorrência n.º 1/11 – ST previu a seleção das licitantes pela "menor tarifa técnica", a qual comporia a proposta financeira das licitantes, juntamente com o Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira, que teria função de proporcionar uma avaliação da exequibilidade da oferta das proponentes, segundo orientação do Anexo IV ao edital.

O Anexo IV.2 do edital continha as orientações para elaboração do referido Estudo de Viabilidade Econômico-Financeira, discriminando-se um conjunto de planilhas a ser apresentado. Entre elas, o fluxo de caixa, que deveria conter: Valor Presente Líquido – VPL; Valor da Taxa Interna de Retorno – TIR, em % ao ano; Valor da taxa de Desconto Considerada, em % ao ano; e Pay Back nominal.

Sobre essa questão, a Informação n.º 84/2015 – 3ª Diacom (e-DOC 1A2C78F1-e, juntada ao Processo n.º 5.964/2015-e), apontou o seguinte:

"não houve (...) a indicação de uma taxa interna de retorno (TIR) a ser utilizado nas propostas financeiras e, em consequência, não foi apresentado um cálculo do WACC concernente ao objeto da concessão".

"permitiu-se apresentação de VPLs positivos e TIRs simultaneamente, o que contraria a metodologia do WACC em

¹¹ No Processo (eletrônico) 0005149-97.2013.8.07.0018.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

concessões licitadas por menor tarifa, conforme visto no § 43 anterior (VPL = 0)”.

“o edital já permitia a convivência de TIR e VPL nas propostas dos licitantes, numa incongruência técnica explícita em relação ao que se praticava em licitações correlatas, bem como em desrespeito à legislação que tratava da matéria.”

“o edital não vinculou a proposta financeira dos licitantes a esses parâmetros expressos no anexo II.11, muito menos a um valor limite de TIR = WACC.”

“Sem a fixação de valores limítrofes, ficou aberta a possibilidade dos estudos de viabilidade econômico financeira das licitantes conterem uma variedade enorme de manipulações.”

“As propostas das vencedoras, por exemplo, apresentaram TIRs diversas, a maioria acima de 12% ao ano. Da mesma forma as taxas de desconto, que variaram de 6,5% a 12%, o que resultou em VPLs de 3 a 83 milhões de reais, conforme tabela a seguir:

TABELA 4 – PARÂMETROS FINANCEIROS DAS LICITANTES VENCEDORAS

EMPRESAS VENCEDORAS	TX. DE DECONTO	VPL	TIR
LOTE 1 (Piracicabana)	6%	R\$ 83.508.161,35	18,18%
LOTE 2 (Pioneira)	12%	R\$ 23.004.738,16	15,30%
LOTE 3 (Urbi)	6,5%	R\$ 3.926.423,43	6,95%
LOTE 4 (Marechal)	7,5%	R\$ 51.833.124,00	14,96%
LOTE 5 (São José)	8%	R\$ 68.821.809,2	15,96%

FONTE: e-docs 09F05906 (fls. 33297 a 33312), C37D8F8C (fls. 27431), 39A87EA1 (fls. 32845/32846), D0F4E939 (fls. 33110 e 33112) e 0977F5DE (fls. 28289 e 28291).

“A grande variabilidade desses parâmetros, por si só, mereceria a ponderação da comissão de licitação no julgamento das propostas financeiras, mas nada foi comentado a respeito (e-docs 09F05906, C37D8F8C, 39A87EA1, D0F4E939 e 0977F5DE).”

“o mais grave residiu na cláusula de revisão tarifária da minuta do contrato, que previa a manutenção da TIR e VPL apresentadas pelas licitantes vencedoras:

CLÁUSULA XVII

Da Revisão da TARIFA

1. A TARIFA TÉCNICA será revisada, a qualquer momento, para restabelecer a equação originária entre os encargos da CONCESSIONÁRIA e as receitas da concessão, formada pelas regras do presente CONTRATO e do Edital de Licitação, bem como pelas planilhas apresentadas na PROPOSTA FINANCEIRA vencedora da licitação, sempre que ocorrerem quaisquer situações que afetem o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

4. Nos processos de revisão tarifária, a aferição da TARIFA TÉCNICA, para reequilíbrio do CONTRATO será realizada por meio das planilhas apresentadas na PROPOSTA FINANCEIRA vencedora da licitação, assegurando-se a proteção, ao longo do CONTRATO, dos elementos de mérito TIR (Taxa Interna de Retorno) e Valor Presente Líquido (VPL) indicados na planilha de fluxo de caixa apresentada pela CONCESSIONÁRIA na referida proposta, ressalvado o disposto nos itens 7 e 9 da cláusula sexta do presente instrumento.”

“A reunião dessas duas condições – liberdade dos parâmetros financeiros e cláusula XVII do contrato – proporcionou aos licitantes a condição ideal para garantir seus ganhos: aumentar a TIR e diminuir a taxa de desconto, proporcionando um maior VPL. **Da tabela 4, vê-se que apenas a empresa URBI não usou deste artifício.**” (grifei)

Os Contratos de Concessão celebrados em razão da Concorrência Pública nº 1/11 – ST (e respectivas tarifas técnicas originais) estão detalhados conforme tabela a seguir:

Contrato	Lote	Empresa	Publicação DODF	Tarifa Técnica
----------	------	---------	-----------------	----------------



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 22.100/19e

1/2012 ¹²	2	Viação Pioneira Ltda.	02.01.2013	R\$ 2,3661 ¹³
2/2012 ¹⁴	5	Expresso São José	02.01.2013	R\$ 2,7093 ¹⁵
7/2013 ¹⁶	3	Consórcio HP-ITA	29.04.2013	R\$ 2,8026
8/2013 ¹⁷	4	Auto Viação Marechal Ltda.	29.04.2013	R\$ 2,7192
11/2013 ¹⁸	1	Viação Piracicabana	05.06.2013	R\$ 2,6555

¹² Processo nº 090.000.455/2010. Espécie: **Contrato de Concessão nº 01/2012** para Prestação e Exploração de Serviço Básico Rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF – **Lote nº 02**. Partes: Distrito Federal por meio da Secretaria de Estado de Transportes e **Viação Pioneira Ltda.**. Objeto: delegação, por concessão, da Prestação e Exploração de Serviço Básico Rodoviário do STPC/DF, pelo prazo de 10 (dez) anos, prorrogável por igual período, por meio de veículos de transporte coletivo de passageiros, no Lote 02, cujas linhas, área de abrangência e demais características estão definidas no Anexo II do Edital. Valor total: R\$ 1.712.781.435,50 (um bilhão, setecentos e doze milhões, setecentos e oitenta e um mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos). Data de assinatura: 28/12/2012. Signatários: Pelo Distrito Federal: José Walter Vazquez Filho e Pela Concessionária: Auristela Constantino e Cristiane Constantino Foresti.

https://dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2013|01_Janeiro|DODF%20001%2002-01-2013|&arquivo=DODF%20001%2002-01-2013%20SECAO3.pdf

¹³ AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO LOTE 2

CONCORRÊNCIA Nº 01/2011 – ST

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTES EM EXERCÍCIO homologa o resultado do **Lote 2** da Concorrência n.º 01/2011-ST, Processo nº 090.000.455/2010, que tem por objeto a outorga de Concessão para Prestação e Exploração de Serviço Básico Rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, e adjudica o objeto do Lote 2 desse Certame à Viação Pioneira Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 05.830.982/0001-62, com **Tarifa Técnica de R\$ 2,3661**.

https://dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2012|12_Dezembro|DODF%20256%2019-12-2012|&arquivo=DODF%20256%2019-12-2012%20SECAO3.pdf

¹⁴ Processo nº 090.000.455/2010. Espécie: **Contrato de Concessão nº 02/2012** para Prestação e Exploração de Serviço Básico Rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF – **Lote nº 05**. Partes: Distrito Federal por meio da Secretaria de Estado de Transportes e **Expresso São José Ltda.**. Objeto: delegação, por concessão, da Prestação e Exploração de Serviço Básico Rodoviário do STPC/DF, pelo prazo de 10 (dez) anos, prorrogável por igual período, por meio de veículos de transporte coletivo de passageiros, no Lote 05, cujas linhas, área de abrangência e demais características estão definidas no Anexo II do Edital. Valor total: R\$ 1.690.729.236,60 (um bilhão, seiscentos e noventa milhões, setecentos e vinte e nove mil, duzentos e trinta e seis reais e sessenta centavos). Data de assinatura: 28/12/2012. Signatários: Pelo Distrito Federal: José Walter Vazquez Filho e Pela Concessionária: Vândir Lopes Júnior.

https://dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2013|01_Janeiro|DODF%20001%2002-01-2013|&arquivo=DODF%20001%2002-01-2013%20SECAO3.pdf

¹⁵ AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO LOTE 5

DA CONCORRÊNCIA Nº 01/2011-ST

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTES homologa o resultado do Lote 5 da Concorrência nº 01/2011-ST, Processo nº 090.000.455/2010, que tem por objeto a outorga de Concessão para Prestação e Exploração de Serviço Básico Rodoviário do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, e adjudica o objeto do **Lote 5** desse Certame à Expresso São José Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 01.627.142/0001-46, com **tarifa técnica de R\$ 2,7093**.

https://dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2012|12_Dezembro|DODF%20263%2028-12-2012|&arquivo=DODF%20263%2028-12-2012%20SECAO3.pdf

¹⁶ Processo: 090.000.455/2010 – Espécie: **Contrato de Concessão nº 007/2013 – ST/DF**. Partes: SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL e CONSÓRCIO HP-ITA (HP TRANSPORTES COLETIVOS LTDA. e ITA EMPRESA DE TRANSPORTES LTDA.). Objeto: A delegação da Prestação e Exploração de Serviço Básico Rodoviário do STPC – DF por meio de veículos de transporte coletivo de passageiros, no **Lote 03**, cujas linhas, área de abrangência e demais características estão definidas no Anexo II do Edital da Concorrência Pública nº 01/2011-ST - REABERTURA. Valor do Contrato: R\$ 1.399.601.456,24 (Um bilhão, trezentos e noventa e nove milhões, seiscentos e um mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e vinte e quatro centavos). **Valor da Tarifa Técnica: R\$ 2,8026** (dois reais, oito mil vinte e seis décimos de milésimos). Prazo de Vigência: O prazo de vigência da permissão será de 10 (dez) anos, prorrogável por igual período. Prazo de Início dos Serviços: 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de assinatura do contrato. Data de Assinatura: 26 de abril de 2013. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal - José Walter Vazquez Filho e pela Concessionária - Hailé Selassié de Goiás Pinheiro e Rubens Gama Dias.

https://dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2013|04_Abril|DODF%20087%2029-04-2013|&arquivo=DODF%20087%2029-04-2013%20SECAO3.pdf

¹⁷ Processo: 090.000.455/2010 – Espécie: **Contrato de Concessão nº 008/2013 – ST/DF**. Partes: SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL e **AUTO VIAÇÃO MARECHAL LTDA.** Objeto: A delegação da Prestação e Exploração de Serviço Básico Rodoviário do STPC-DF por meio de veículos de transporte coletivo de passageiros, no **Lote 04**, cujas linhas, área de abrangência e demais características estão definidas no Anexo II do Edital da Concorrência Pública nº 01/2011-ST - REABERTURA. Valor do Contrato: R\$ 1.393.216.599,46 (um bilhão, trezentos e noventa e três milhões, duzentos e dezesseis mil, quinhentos e noventa e nove reais e quarenta e seis centavos). **Valor da Tarifa Técnica: R\$ 2,7192** (dois reais, sete mil cento e noventa e dois centésimos de milésimos). Prazo de Vigência: O prazo de vigência da permissão será de 10 (dez) anos, prorrogável por igual período. Prazo de Início dos Serviços: 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de assinatura do contrato. Data de Assinatura: 26 de abril de 2013. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal - José Walter Vazquez Filho e pela Concessionária - Marco Antônio Gulin e Délio José Gulin.

https://dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2013|04_Abril|DODF%20087%2029-04-2013|&arquivo=DODF%20087%2029-04-2013%20SECAO3.pdf

¹⁸ Processo: 090.000.455/2010 – Espécie: **Contrato de Concessão nº 11/2013 – ST/DF**. Partes: SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL e **VIAÇÃO PIRACICABANA LTDA.** Objeto: Delegação da Prestação e Exploração de Serviço Básico Rodoviário do STPC-DF por meio de veículos de transporte coletivo de passageiros, no **Lote 01**, cujas linhas, área de abrangência e demais características estão definidas no Anexo II do Edital da Concorrência Pública nº

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 22.100/19e

Depois de celebrados os contratos de concessão, várias portarias foram publicadas pela Semob/DF no DODF com vistas a alterar o valor da tarifa técnica dos aludidos ajustes, ante a suposta necessidade de recomposição da equação econômico-financeira vencedora de cada lote da Concorrência Pública n.º 01/11 – ST, conforme detalhado a seguir.

Inicialmente, foi publicada, no DODF de 26.03.2015¹⁹, a **Portaria n.º 25/2015**²⁰ – **Semob/DF**, reproduzida a seguir:

*“(…) Art. 1º Tendo em vista o disposto nos artigos anteriores, HOMOLOGO o valor provisório das **tarifas técnicas do Contrato de Concessão n.º 01/2012 - Viação Pioneira Ltda e do Contrato de Concessão n.º 08/2013 – Auto Viação Marechal Ltda**, conforme descrito a seguir:*

Concessionária	Contrato	Valor atual da tarifa técnica	Percentual da revisão	Nova tarifa técnica
Viação Pioneira Ltda.	1/2012-ST	R\$ 2,8382	31,87%	R\$ 3,7427
Auto Viação Marechal Ltda.	8/2013-ST	R\$ 3,2617	45,91%	R\$ 4,7592

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, ficando condicionados os efeitos financeiros à partir do dia 24 de março de 2015, data da assinatura do ato de apostilamento ao Contrato de Concessão n.º 01/2012 - Viação Pioneira Ltda. e ao Contrato de Concessão nº 08/2013 – Auto Viação Marechal Ltda.”
(grifei)

Em 19.07.2016²¹, a Pasta de Mobilidade fez publicar a **Portaria n.º 22/2016**²² – **Semob/DF**, nestes termos:

01/2011-ST - REABERTURA. Valor do Contrato: R\$ 1.415.729.450,17 (um bilhão, quatrocentos e quinze milhões, setecentos e vinte e nove mil, quatrocentos e cinquenta reais e dezessete centavos). **Valor da Tarifa Técnica: R\$ 2,6555** (dois reais, seis mil quinhentos e cinquenta e cinco centésimos de milésimos). Prazo de Vigência: O prazo de vigência da Concessão será de 10 (dez) anos, prorrogável por igual período, por uma única vez. Prazo de Início dos Serviços: 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de assinatura do Contrato. Data de Assinatura: 4 de junho de 2013. SIGNATÁRIOS: Pelo Distrito Federal - José Walter Vazquez Filho e pela Concessionária - José Efraim Neves da Silva e Maria Zélia Rodrigues de Souza França.

https://dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2013|06_Junho|DODF%20114%2005-06-2013|&arquivo=DODF%20114%2005-06-2013%20SECAO3.pdf

https://dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2015|03_Mar%C3%A7o|DODF%20060%2026-03-2015|&arquivo=DODF%20060%2026-03-2015%20SECAO3.pdf

²⁰ O SECRETÁRIO DE ESTADO DE MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 128, XII, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto n.º 35.748, de 21 de agosto de 2014:

Considerando a necessidade de ser recomposta a equação econômico-financeira da Concessão nos termos do Contrato de Concessão n.º 01/2012 - Viação Pioneira Ltda e do Contrato de Concessão n.º 08/2013 – Auto Viação Marechal Ltda, pactuado com esteio na Concorrência n.º 1/2011-ST;

Considerando o acordo celebrado com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT, por meio da reunião realizada no dia 11 de fevereiro de 2015, na Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão – PRODEP/ MPDFT;

Considerando o resultado do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria n.º 11, de 11 de fevereiro de 2015, com objetivo de avaliar os estudos realizados no âmbito dos Processos Administrativos n.º 098.001.248/2014 e 090.001.307/2014, atinentes ao Contrato de Concessão n.º 01/2012 - Viação Pioneira Ltda e ao Contrato de Concessão n.º 08/2013 – Auto Viação Marechal Ltda, bem como realizar auditoria na metodologia dos cálculos utilizados nos valores das tarifas técnicas;

Considerando o disposto no Processo Administrativo n.º 090.001.002/2015;

Considerando que o Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS informa que espera concluir, em abril de 2015, a revisão de todas as Ordens de Serviços das cinco concessionárias e dos permissionários do Distrito Federal, para fins de divulgação e instrução dos cálculos tarifários e dos indicadores de qualidade dos serviços prestados, conforme preceitua os contratos e a legislação em vigor;

RESOLVE: (...)

²¹ https://dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2016|07_Julho|DODF%20137%2019-07-2016|&arquivo=DODF%20137%2019-07-2016%20SECAO1.pdf

²² O SECRETÁRIO DE ESTADO DE MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 128, XII, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto n.º 35.748, de 21 de agosto de 2014:

Considerando o disposto na Cláusula XVII - da Revisão da Tarifa, dos Contratos de Concessão firmados em face da Concorrência n.º 01/2011-ST, o qual estabelece que a tarifa técnica será revisada, a qualquer momento, para estabelecer equação originária entre os encargos da concessionária e as receitas da concessão.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 22.100/19e

“(…) Art. 1º Homologar o valor provisório das **tarifas técnicas dos Contratos de Concessão n.ºs 11/2013-ST - Viação Piracicabana Ltda, 01/2012-ST - Viação Pioneira Ltda, 07/2013-ST - Consórcio HP/ITA - Urbi Mobilidade Urbana, n.º 08/2013 - Auto Viação Marechal Ltda e 02/2012-ST - Expresso São José Ltda.**, conforme descrito a seguir:

Concessionária	Contrato	Valor atual da tarifa técnica	Percentual da revisão (Variação)	Nova tarifa técnica (Provisória)
Viação Piracicabana Ltda.	11/2013-ST	R\$ 3,4451	-0,44%	R\$ 3,4300
Viação Pioneira Ltda.	01/2012-ST	R\$ 4,0438	-17,66%	R\$ 3,3296
Consórcio HP/ITA - Urbi Mobilidade Urbana	07/2013-ST	R\$ 3,6360	5,18%	R\$ 3,8243
Auto Viação Marechal Ltda.	08/2013-ST	R\$ 5,1420	-17,24%	R\$ 4,2553
Expresso São José Ltda.	02/2012-ST	R\$ 3,5149	7,91%	R\$ 3,7931

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, ficando condicionados os efeitos financeiros a partir do dia 1º de julho de 2016.” (grifos nossos)

Vale lembrar que a Portaria n.º 22/2016 – Semob/DF foi questionada no TJDFT pela empresa Viação Pioneira Ltda., no bojo da ação de conhecimento n.º **2016.01.1.079632-4**. A sentença proferida em 09.08.2018 julgou:

“procedentes os pedidos formulados na inicial para: a) decretar a nulidade da Portaria nº 22/2016, editada pela Secretaria de Estado de Mobilidade; e b) determinar ao réu que instaure e decida sobre os pleitos formulados pela autora, na forma do item 6 da Cláusula XVII do Contrato de Concessão nº. 01/2012-ST/DF, no prazo de 60 (sessenta) dias, sob pena de aplicação de multa pecuniária diária de R\$ 1.000,00 (mil reais), além da imposição de outras medidas judiciais cabíveis em lei a fim de dar o efetivo cumprimento desta decisão.” (grifei)

Ocorre que, no dia 03.08.2018²³, a Semob/DF publicou as **Portarias n.ºs 55/2018**²⁴, **56/2018**²⁵, **57/2018**²⁶, **58/2018**²⁷, **59/2018**²⁸ e **60/2018**²⁹, conforme transcrito a seguir:

Considerando que somente no ano de 2015 o Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF foi consolidado e, passou a operar em sua totalidade (frota, linhas e demanda); Considerando a km operacional, de acordo com as Ordens de Serviço vigentes em 30/04/2016; a demanda anual, conforme a demanda observada nos últimos 12 meses (maio/15 - abril/16); e a frota vigente, segundo aquela cadastrada no DFTrans em 30/04/2016;

Considerando a necessidade de consolidar as variações na quilometragem rodada em relação aos montantes previstos no Anexo II do Edital de Licitação (Concorrência n.º 1/2011-ST), bem como de avaliar a variação na demanda de passageiros pagantes transportados pelas concessionárias, para mais ou para menos, em relação à utilizada como base na tarifa técnica em vigor e, a necessidade de composição de investimento em frota;

Considerando que esta Secretaria irá contratar Consultoria Independente para avaliação, revisão e repactuação, se necessário, dos contratos de concessão do serviço público de transporte coletivo de passageiros, e que o resultado das novas tarifas técnicas provisórias para cada bacia do STPC/DF também será objeto da Consultoria Independente, ao visto de fixar novas tarifas técnicas definitivas dos referidos contratos.

RESOLVE:

²³ https://dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2018|08_Agosto|DODF%20147%2003-08-2018|&arquivo=DODF%20147%2003-08-2018%20INTEGRA.pdf

²⁴ O SECRETÁRIO DE ESTADO DE MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, II, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto n.º 38.036, de 03 de março de 2017, Considerando o caráter provisório das Portarias n.º 25/2015 - SEMOB, de 24 de março de 2015, e n.º 22/2016 - SEMOB, de 18 de julho de 2016.

RESOLVE:

²⁵ O SECRETÁRIO DE ESTADO DE MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, II, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto n.º 38.036, de 03 de março de 2017,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 22.100/19e

Considerando o disposto na Cláusula XVII - da Revisão da Tarifa, dos Contratos de Concessão firmados em face da Concorrência n.º 01/2011-ST, o qual estabelece que a tarifa técnica será revisada, a qualquer momento, para estabelecer equação originária entre os encargos da concessionária e as receitas da concessão;

Considerando a identificação do desequilíbrio econômico-financeiro na relação contratual, por conta de fatores fugidios ao controle e vontade dos contratantes, sua revisão se impõe não apenas para restauração do estado de legalidade, mas para preservação da utilidade coletiva que deles se extrai (função social);

Considerando que é de responsabilidade da Administração Pública promover o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, com o objetivo de garantir a manutenção da equação inicialmente contratada, ou seja, manter a proporção entre os encargos imprescindíveis à execução da avença e a contraprestação ou remuneração pactuada, de forma que uma parte não se locuplete mediante empobrecimento da outra, nos termos do disposto no art. 29 da Lei nº 8987/1995;

Considerando a contratação de consultoria independente para a avaliação dos contratos de concessão do STPC/DF, resultando como contratada a Fundação Getúlio Vargas - FGV, por meio do Contrato nº 01/2017 que teve como objetivo promover avaliações no Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF;

Considerando que compete ao Poder Público delegante a fixação, o reajuste e a revisão da tarifa de remuneração da prestação do serviço, nos termos do inciso V, do artigo 29 da Lei n.º 8987, de 13 de fevereiro de 2015;

Considerando que esta Secretaria primou pelo exercício dos direitos ao contraditório e à ampla defesa, abrigados, em especial, nos Artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, ao enviar os resultados do estudo (referente à modelagem econômico-financeira) para as concessionárias, bem como responder os questionamentos apresentados;

Considerando ainda, que a consultoria se balizou nos dados reais da operação, quais sejam, passageiros transportados, frota utilizada e quilômetros percorridos (neste caso, quilometragem programada, calculada pelos quilômetros equivalentes às ordens de serviço efetivamente emitidas pela Entidade Gestora do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF.

RESOLVE:

²⁶ O SECRETÁRIO DE ESTADO DE MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, II, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto n.º 38.036, de 03 de março de 2017,

Considerando o disposto na Cláusula XVII - da Revisão da Tarifa, dos Contratos de Concessão firmados em face da Concorrência n.º 01/2011-ST, o qual estabelece que a tarifa técnica será revisada, a qualquer momento, para estabelecer equação originária entre os encargos da concessionária e as receitas da concessão;

Considerando a identificação do desequilíbrio econômico-financeiro na relação contratual, por conta de fatores fugidios ao controle e vontade dos contratantes, sua revisão se impõe não apenas para restauração do estado de legalidade, mas para preservação da utilidade coletiva que deles se extrai (função social);

Considerando que é de responsabilidade da Administração Pública promover o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, com o objetivo de garantir a manutenção da equação inicialmente contratada, ou seja, manter a proporção entre os encargos imprescindíveis à execução da avença e a contraprestação ou remuneração pactuada, de forma que uma parte não se locuplete mediante empobrecimento da outra, nos termos do disposto no art. 29 da Lei nº 8987/1995;

Considerando a contratação de consultoria independente para a avaliação dos contratos de concessão do STPC/DF, resultando como contratada a Fundação Getúlio Vargas - FGV, por meio do Contrato nº 01/2017 que teve como objetivo promover avaliações no Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF;

Considerando que compete ao Poder Público delegante a fixação, o reajuste e a revisão da tarifa de remuneração da prestação do serviço, nos termos do inciso V, do artigo 29 da Lei n.º 8987, de 13 de fevereiro de 2015;

Considerando que esta Secretaria primou pelo exercício dos direitos ao contraditório e à ampla defesa, abrigados, em especial, nos Artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, ao enviar os resultados do estudo (referente à modelagem econômico-financeira) para as concessionárias, bem como responder os questionamentos apresentados;

Considerando ainda, que a consultoria se balizou nos dados reais da operação, quais sejam, passageiros transportados, frota utilizada e quilômetros percorridos (neste caso, quilometragem programada, calculada pelos quilômetros equivalentes às ordens de serviço efetivamente emitidas pela Entidade Gestora do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF.

RESOLVE:

²⁷ O SECRETÁRIO DE ESTADO DE MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, II, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto n.º 38.036, de 03 de março de 2017,

Considerando o disposto na Cláusula XVII - da Revisão da Tarifa, dos Contratos de Concessão firmados em face da Concorrência n.º 01/2011-ST, o qual estabelece que a tarifa técnica será revisada, a qualquer momento, para estabelecer equação originária entre os encargos da concessionária e as receitas da concessão;

Considerando a identificação do desequilíbrio econômico-financeiro na relação contratual, por conta de fatores fugidios ao controle e vontade dos contratantes, sua revisão se impõe não apenas para restauração do estado de legalidade, mas para preservação da utilidade coletiva que deles se extrai (função social);

Considerando que é de responsabilidade da Administração Pública promover o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, com o objetivo de garantir a manutenção da equação inicialmente contratada, ou seja, manter a proporção entre os encargos imprescindíveis à execução da avença e a contraprestação ou remuneração pactuada, de forma que uma parte não se locuplete mediante empobrecimento da outra, nos termos do disposto no art. 29 da Lei nº 8987/1995;

Considerando a contratação de consultoria independente para a avaliação dos contratos de concessão do STPC/DF, resultando como contratada a Fundação Getúlio Vargas - FGV, por meio do Contrato nº 01/2017 que teve como objetivo promover avaliações no Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF;

Considerando que compete ao Poder Público delegante a fixação, o reajuste e a revisão da tarifa de remuneração da prestação do serviço, nos termos do inciso V, do artigo 29 da Lei n.º 8987, de 13 de fevereiro de 2015;

Considerando que esta Secretaria primou pelo exercício dos direitos ao contraditório e à ampla defesa, abrigados, em especial, nos Artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, ao enviar os resultados do estudo (referente à modelagem econômico-financeira) para as concessionárias, bem como responder os questionamentos apresentados;

Considerando ainda, que a consultoria se balizou nos dados reais da operação, quais sejam, passageiros transportados, frota utilizada e quilômetros percorridos (neste caso, quilometragem programada, calculada pelos quilômetros equivalentes às ordens de serviço efetivamente emitidas pela Entidade Gestora do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF.

RESOLVE:

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 22.100/19e

“PORTARIA Nº 55, DE 02 DE AGOSTO DE 2018

(...) Art. 1º ***Ficam revogadas as Portarias n.º 25/2015 - SEMOB, de 24 de março de 2015, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF n.º 60, de 26 de março de 2015, página 06, e n.º 22/2016 - SEMOB, de 18 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF n.º 137, de 19 de julho de 2016, página 10.***
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FÁBIO NEY DAMASCENO

PORTARIA Nº 56, DE 02 DE AGOSTO DE 2018

(...) Art. 1º ***HOMOLOGAR o valor da tarifa técnica do Contrato de Concessão n.º 11/2013-ST - Viação Piracicabana Ltda, que passa a ser de R\$ 3,9241 (três reais, noventa e dois centavos e quarenta e um centésimos de centavos).***
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, ficando condicionados os efeitos financeiros retroativo a 1º de janeiro de 2018.

FÁBIO NEY DAMASCENO

²⁸ O SECRETÁRIO DE ESTADO DE MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, II, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto n.º 38.036, de 03 de março de 2017, Considerando o disposto na Cláusula XVII - da Revisão da Tarifa, dos Contratos de Concessão firmados em face da Concorrência n.º 01/2011-ST, o qual estabelece que a tarifa técnica será revisada, a qualquer momento, para estabelecer equação originária entre os encargos da concessionária e as receitas da concessão; Considerando a identificação do desequilíbrio econômico-financeiro na relação contratual, por conta de fatores fúgidios ao controle e vontade dos contratantes, sua revisão se impõe não apenas para restauração do estado de legalidade, mas para preservação da utilidade coletiva que deles se extrai (função social); Considerando que é de responsabilidade da Administração Pública promover o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, com o objetivo de garantir a manutenção da equação inicialmente contratada, ou seja, manter a proporção entre os encargos imprescindíveis à execução da avença e a contraprestação ou remuneração pactuada, de forma que uma parte não se locuplete mediante empobrecimento da outra, nos termos do disposto no art. 29 da Lei nº 8987/1995; **Considerando a contratação de consultoria independente para a avaliação dos contratos de concessão do STPC/DF, resultando como contratada a Fundação Getúlio Vargas - FGV, por meio do Contrato nº 01/2017 que teve como objetivo promover avaliações no Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF;** Considerando que compete ao Poder Público delegante a fixação, o reajuste e a revisão da tarifa de remuneração da prestação do serviço, nos termos do inciso V, do artigo 29 da Lei nº 8987, de 13 de fevereiro de 2015; Considerando que esta Secretaria primou pelo exercício dos direitos ao contraditório e à ampla defesa, abrigados, em especial, nos Artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, ao enviar os resultados do estudo (referente à modelagem econômico-financeira) para as concessionárias, bem como responder os questionamentos apresentados; Considerando ainda, que a consultoria se balizou nos dados reais da operação, quais sejam, passageiros transportados, frota utilizada e quilômetros percorridos (neste caso, quilometragem programada, calculada pelos quilômetros equivalentes às ordens de serviço efetivamente emitidas pela Entidade Gestora do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF.

RESOLVE:

²⁹ O SECRETÁRIO DE ESTADO DE MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, II, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto n.º 38.036, de 03 de março de 2017, Considerando o disposto na Cláusula XVII - da Revisão da Tarifa, dos Contratos de Concessão firmados em face da Concorrência n.º 01/2011-ST, o qual estabelece que a tarifa técnica será revisada, a qualquer momento, para estabelecer equação originária entre os encargos da concessionária e as receitas da concessão; Considerando a identificação do desequilíbrio econômico-financeiro na relação contratual, por conta de fatores fúgidios ao controle e vontade dos contratantes, sua revisão se impõe não apenas para restauração do estado de legalidade, mas para preservação da utilidade coletiva que deles se extrai (função social); Considerando que é de responsabilidade da Administração Pública promover o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, com o objetivo de garantir a manutenção da equação inicialmente contratada, ou seja, manter a proporção entre os encargos imprescindíveis à execução da avença e a contraprestação ou remuneração pactuada, de forma que uma parte não se locuplete mediante empobrecimento da outra, nos termos do disposto no art. 29 da Lei nº 8987/1995; **Considerando a contratação de consultoria independente para a avaliação dos contratos de concessão do STPC/DF, resultando como contratada a Fundação Getúlio Vargas - FGV, por meio do Contrato nº 01/2017 que teve como objetivo promover avaliações no Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF;** Considerando que compete ao Poder Público delegante a fixação, o reajuste e a revisão da tarifa de remuneração da prestação do serviço, nos termos do inciso V, do artigo 29 da Lei nº 8987, de 13 de fevereiro de 2015; Considerando que esta Secretaria primou pelo exercício dos direitos ao contraditório e à ampla defesa, abrigados, em especial, nos Artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, ao enviar os resultados do estudo (referente à modelagem econômico-financeira) para as concessionárias, bem como responder os questionamentos apresentados; e Considerando ainda, que a consultoria se balizou nos dados reais da operação, quais sejam, passageiros transportados, frota utilizada e quilômetros percorridos (neste caso, quilometragem programada, calculada pelos quilômetros equivalentes às ordens de serviço efetivamente emitidas pela Entidade Gestora do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF.

RESOLVE:



PORTARIA Nº 57, DE 02 DE AGOSTO DE 2018

(...) Art. 1º HOMOLOGAR o valor da **tarifa técnica do Contrato de Concessão n.º 01/2012-ST - Viação Pioneira Ltda**, que passa a ser de **R\$ 3,6278** (três reais, sessenta e dois centavos e setenta e oito centésimos de centavos).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, ficando condicionados os efeitos financeiros retroativo a 1º de janeiro de 2018.

FÁBIO NEY DAMASCENO

PORTARIA Nº 58, DE 02 DE AGOSTO DE 2018

(...) Art. 1º HOMOLOGAR o valor da **tarifa técnica do Contrato de Concessão n.º 07/2013-ST - URBI Mobilidade Urbana**, que passa a ser de **R\$ 4,5120** (quatro reais, cinquenta e um centavos e vinte centésimos de centavos).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, ficando condicionados os efeitos financeiros retroativo a 1º de janeiro de 2018.

FÁBIO NEY DAMASCENO

PORTARIA Nº 59, DE 02 DE AGOSTO DE 2018

(...) Art. 1º HOMOLOGAR o valor da **tarifa técnica do Contrato de Concessão n.º 08/2013-ST - Auto Marechal Ltda**, que passa a ser de **R\$ 4,5060** (quatro reais, cinquenta centavos e sessenta centésimos de centavos).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, ficando condicionados os efeitos financeiros retroativo a 1º de janeiro de 2018.

FÁBIO NEY DAMASCENO

PORTARIA Nº 60, DE 02 DE AGOSTO DE 2018

(...) Art. 1º HOMOLOGAR o valor da **tarifa técnica do Contrato de Concessão n.º 02/2012-ST - Expresso São José Ltda**, que passa a ser de **R\$ 4,5739** (quatro reais, cinquenta e sete centavos e trinta e nove centésimos de centavos).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, ficando condicionados os efeitos financeiros retroativo a 1º de janeiro de 2018.

FÁBIO NEY DAMASCENO

”(grifos acrescidos)

Em 09.08.2018, a empresa Viação Pioneira Ltda., inconformada, ingressou Ação de Conhecimento com Pedido de Tutela de Urgência (Processo n.º **0707697-78.2018.8.07.0018**) junto ao TJDF, “em desfavor do DISTRITO FEDERAL, requerendo a concessão de tutela de urgência para: a) a imediata sustação dos efeitos da Portaria nº 57, de 02/08/2018, que homologou de modo unilateral a redução da tarifa técnica a ser praticada na Bacia operada pela autora; e b) impor ao requerido que exiba integralmente o material produzido pela Fundação Getúlio Vargas, em decorrência do Contrato nº 01/2017, inclusive da resposta aos requisitos reproduzidos pela Pioneira (ID nº 21029342)”.

No dia 28.08.2018, o Juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública do DF, Dr. Jansen Fialho de Almeida, mediante decisão interlocutória, **deferiu**:

“a Tutela Antecipada de Urgência para determinar a SUSTAÇÃO dos efeitos da Portaria nº 57 de 02/08/2018, que homologou unilateralmente a redução da tarifa técnica a ser praticada pela bacia operada pela autora, e DETERMINAR AO RÉU (DISTRITO



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

FEDERAL) que, no prazo máximo de 10 (dez) dias, entregue à Empresa ou exiba, na íntegra, nos autos, o material produzido pela FGV - Fundação Getúlio Vargas, em decorrência do Contrato nº 01/2017, inclusive da resposta aos requisitos reproduzidos pela Pioneira, sob pena de aplicação de multa pecuniária diária de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), além da imposição de outras medidas judiciais cabíveis em lei a fim de dar o efetivo cumprimento desta decisão.” (grifei)

Buscando enriquecer o debate, peço vênias para reproduzir os fundamentos lançados pelo n. Magistrado quando da concessão da tutela antecipada de urgência:

“O pleito antecipatório da autora consiste basicamente na suspensão dos efeitos da Portaria nº 57/2018 e na exibição integral do material produzido pela Fundação Getúlio Vargas, em decorrência do Contrato nº 01/2017, inclusive da resposta aos requisitos reproduzidos pela empresa ora autora.

Constata-se que as alegações da Viação Pioneira aludem à alteração unilateral e desatendimento, pelo Distrito Federal, de cláusulas econômicas do contrato de concessão firmado entre as partes.

Inicialmente, destaca-se o que dispõe a Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93), acerca da possibilidade de alteração nos contratos firmados com a Administração Pública, in verbis:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - por acordo das partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária extracontratual. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).



Nessa senda, a equação econômico-financeira constitui-se na relação que as partes inicialmente estabelecem no contrato, visando, obviamente, à justa remuneração de seu objeto. **Pontua-se que essa correlação encargo-remuneração deve ser conservada, independentemente de qualquer fator, durante a execução do acordo.**

Tal equilíbrio é fixado no procedimento licitatório e assegurado pela Constituição Federal. É o que se encontra previsto no art. 37, XXI e no art. 9º, § 4º, da Lei nº 8.987/95, que dispõem sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, previsto no art. 175³⁰ da CF, in verbis:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Art. 9º A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas nesta Lei, no edital e no contrato.

§ 4º Em havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, o poder concedente deverá restabelecê-lo, concomitantemente à alteração.

Atendendo à chamada "Teoria da Imprevisão" sempre que, comprovadamente, ocorrer um desequilíbrio na relação inicialmente estabelecida entre os encargos do contratado e a retribuição financeira para a justa remuneração pela execução contratual será necessária a devida modificação.

Assim, não se olvida que o poder de alteração e rescisão unilateral do contrato administrativo é inerente à Administração Pública, podendo ser exercido ainda que nenhuma cláusula expressa o consigne. **No entanto, tal alteração somente poderá atingir as denominadas cláusulas regulamentares, mais precisamente, aquelas que preconizam sobre o objeto do contrato e o modo de sua execução, conforme disposto no § 1º do art. 58 da Lei 8.666/93:**

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

II - rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 desta Lei;

³⁰ Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Parágrafo único. A lei disporá sobre:

I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;

II - os direitos dos usuários;

III - política tarifária;

IV - a obrigação de manter serviço adequado.



- III - fiscalizar-lhes a execução;
 - IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
 - V - nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo.
- § 1º As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.
- § 2º Na hipótese do inciso I deste artigo, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

Por conseguinte, não se podem modificar unilateralmente as cláusulas econômicas, quais sejam, aquelas que estabelecem a remuneração e os direitos do contratado perante a Administração e dispõem acerca da equação econômico-financeira do contrato administrativo.

É certo que a concessionária tem o dever de satisfazer as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas (art. 6º, § 1º, da Lei nº 8.987/95[2]). O não atendimento desses encargos importa a aplicação de penalidades que podem originar além de outras sanções, a extinção da concessão.

Lado outro, **por força das regras contidas nos arts. 175 e 37, XXI, da CF, o equilíbrio econômico-financeiro deverá ser restabelecido, de modo não só a restaurar-lhe os termos de igualdade, mas com o fito de assegurar a justa retribuição do capital.**

No caso em tela, malgrado tenham sido realizadas comunicações ao réu, pela autora, de que o trabalho da FGV não poderia gerar afronta às regras econômicas contratuais, a Administração Pública aprovou a Portaria nº 57/2018, a qual alterou as regras econômicas do contrato que são imutáveis, por definição legal, e ainda impondo maior desequilíbrio econômico na relação contratual.

Tanto é assim que o Senhor Secretário de Mobilidade, nos termos do Ofício SEI-GDF nº 4/2018-SEMOB/GAB (ID 21029861), informa que:

“... diante das recomendações propostas pela consultoria, a Semob busca ajustar os contratos de concessão nos pontos indicados, iniciando-se pelo modelo econômico-financeiro” e respaldado pelo art. 58 da Lei nº 8.666/93, fixou nova tarifa técnica, com as seguintes justificativas” (gn).

(...)

“Acrescente-se, ainda, que prevê a doutrina pátria vigente, (...), quanto à mutabilidade dos contratos administrativos, especialmente, como se pretende, ou seja, diante de bases jurídicas sólidas e ancoradas no respeito aos Princípios Constitucionais, Legais e na boa Gestão Pública”.

Discorre, também, sobre a mutabilidade e finalidade dos contratos regidos pelo direito público. Além de destacar que houve o exercício dos direitos ao contraditório e à ampla defesa, “ao enviar os resultados do estudo para as concessionárias e ao conceder prazo para suas manifestações” (p. 04).

E segue:

“(...)”



Importante ressaltar que se privilegiou, sempre que possível, o uso dos dados contidos nas propostas das operadoras. Essa premissa foi a regra do reequilíbrio realizado. No entanto, para uma adequada revisão, que corrija vícios apontados na Avaliação Independente contratada, bem como elementos apontados inclusive pelo TCDF e pela CGDF, foi necessária a modificação de alguns parâmetros, utilizando dados reais, ao invés dos dados da proposta que se apresentavam significativamente distorcidos da realidade.

Assim, no modelo, as premissas definidas para o cálculo da TIR baseiam-se, como não poderia deixar de ser, na operação real, já que seria desarrazoada a utilização de quaisquer parâmetros fictícios. Conforme diretriz que rege o contrato, a remuneração das empresas está alicerçada no valor da TIR, de modo que as remunerações extras atribuídas a eventuais ganhos em outros componentes dos custos não possuem respaldo contratual nem legal.

Dessa forma, as alterações realizadas buscam o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos. A prerrogativa de alteração unilateral dos contratos públicos é essencial para que o objeto pactuado atenda as necessidades da Administração Pública e, conseqüentemente, corresponda aos anseios da sociedade, em respeito ao Princípio da Supremacia do Interesse Público.”

Com relação aos questionamentos relativos ao uso da TIR (Tarifa Interna de Retorno) Modificada, consignou:

“... a única forma de manter os contratos de concessão válidos do ponto de vista de sua modelagem conceitual seria a utilização da TIRM em substituição à TIR, utilizando-se do instrumento da revisão contratual abrigada pelo Art. 58 da Lei nº 8666/93” (p. 7)”.

Ainda informou uma série de alterações e modificações, conforme se infere da leitura do documento acostado no ID 21029861.

Ora, a alteração unilateral de cláusulas econômicas pela Administração Pública é plenamente tutelável juridicamente por representar violação ao § 1º do art. 58 da lei de licitação.

Não merece prosperar a afirmação do DF de que o melhor caminho para a Administração Pública, e para o interesse público, seria a alteração das cláusulas econômico-financeiras e não a nulidade dos contratos vigentes, pois, como já mencionado, embora o contrato administrativo por parte da Administração tenha como destino o atendimento das necessidades públicas, por parte do contratado, objetiva um lucro, através da remuneração consubstanciada nas cláusulas econômicas e financeiras. Esse lucro há de ser assegurado, nos termos iniciais do ajuste, conquanto, se de um lado a Administração tem o poder de modificar as condições de execução do contrato e de exigir a prestação da outra parte; o particular contratado tem o direito de ver mantido a correlação encargo-remuneração estabelecida inicialmente, levando-se em conta que o seu objetivo - lícito e respeitável - ao participar da relação negocial foi, e continua sendo, o ganho pecuniário.

Nesses termos, a cláusula XVII, item 4 (ID 20129649, P.16), informa que: “... a aferição da TARIFA TÉCNICA, para reequilíbrio do CONTRATO será realizada por meio das planilhas apresentadas na PROPOSTA FINANCEIRA vencedora da licitação, **assegurando-se a proteção, ao longo o CONTRATO, dos elementos de mérito TIR (Taxa Interna de Retorno) e Valor Presente Líquido (VPL)**



indicados na planilha de fluxo de caixa apresentada pela CONCESSIONÁRIA na referida proposta,...”

Nesse ínterim, resta incontroverso que houve alteração sem concordância do contratado e, conseqüentemente, o desatendimento de cláusula econômica.

É justamente nesse contexto que a Administração Pública viola de maneira injustificável e unilateralmente, cláusulas contratuais, reduzindo a tarifa técnica a ser praticada na Bacia operada pela autora.

Partindo dessas premissas e considerando a necessidade do serviço prestado pela concessionária e a cláusula contratual prevendo a proteção dos elementos de mérito para a revisão tarifária, inevitável concluir que o direito da autora em ter o contrato cumprido foi frustrado pela ilegalidade praticada.” (grifos do original)

Em face da decisão liminar supracitada, o Distrito Federal interpôs o recurso de Agravo de Instrumento n.º **0716254-11.2018.8.07.0000**. No dia **14.09.2018**, o i. Desembargador Gilberto Pereira de Oliveira deferiu “o pedido de concessão de efeito suspensivo ao presente recurso, determinando o sobrestamento do feito na origem até que haja manifestação do colegiado sobre o aqui requerido”. Em seguida, o n. Magistrado, mediante Despacho de **27.09.2018**, corrigiu “de ofício o erro material constante da decisão anteriormente proferida delimitando que somente se determinou a suspensão dos efeitos da decisão agravada proferida pelo juízo da Terceira Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal, podendo o processo de origem tramitar normalmente”.

Em **25.01.2019**, foi exarada **sentença** no bojo do Processo n.º 0707697-78.2018.8.07.0018, confirmando a liminar deferida (em 28.08.2018) e julgando³¹:

“procedentes os pedidos formulados na inicial para decretar a nulidade da Portaria nº 57/2018, editada pela Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal, que unilateralmente reduziu a tarifa técnica a ser praticada pela bacia operada pela autora, retornando ao “status quo ante” no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de pagamento de multa pecuniária e diária que fixo em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), além da imposição de outras medidas judiciais cabíveis em lei a fim de dar o efetivo cumprimento desta decisão, lembrando-se que a tutela de urgência foi suspensa por decisão do MM Desembargador Relator do AGI nº 0716254-11.2018.8.07, cuja cópia desta sentença lhe deverá ser enviada.” (grifei)

Novamente, peço vênias para reproduzir as considerações lançadas pelo titular da 3ª Vara da Fazenda Pública do DF quando da prolação da retrocitada sentença:

“Cediço que o objetivo de todo procedimento licitatório é a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, devendo resultar, sempre, no melhor negócio; e, por melhor

³¹ Também foi determinada, àquela época, “a realização de prova pericial contábil, em eventual liquidação de julgado, a fim de se apurar o valor líquido, certo e justo da tarifa de ônibus a ser paga/cobrada, sob a égide do contraditório e ampla defesa frente às normas aplicáveis à espécie e o bom senso que gera a Justiça!”. Porém, em 12.03.2019, o i. Juiz Jansen Fialho de Almeida, mediante decisão interlocutória, em face de Embargos de Declaração opostos pela Viação Pioneira Ltda., retirou “da sentença a parte que determinou sua liquidação por via de prova pericial”, uma vez que “o pedido se limitou à anulação da Portaria 57/2018 que homologou unilateralmente a redução de sua tarifa técnica. Assim, não há pedido de revisão da tarifa ou até mesmo dos critérios adotados para a redução, mas tão somente da possibilidade ou não do DF praticá-la unilateralmente”.



negócio, entenda-se a aquisição do melhor e mais adequado produto ou serviço pelo menor preço possível.

Uma vez realizado o procedimento licitatório e assinado o contrato entre a Administração Pública e um particular, objetivando a execução de obras ou serviços, cada uma das partes possui interesses diferentes. Enquanto a Administração pretende ver realizado o objeto contratado, dentro dos parâmetros inicialmente traçados unilateralmente por ela própria (buscando a satisfação de um interesse público), o particular tem por desiderato principal o recebimento do valor do pagamento pelos serviços prestados, visando, obviamente, o lucro.

Nessa senda, a equação econômico-financeira constitui-se na relação que as partes inicialmente estabelecem no contrato, no escopo, logicamente, à justa remuneração de seu objeto e, o seu equilíbrio é fixado no procedimento licitatório alicerçado pela Constituição Federal, consoante estabelece o disposto no art. 37, XXI, da CF, in verbis:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

*XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, **mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.***

A compensação econômica do contratado também está prevista no art. 9º, §4º, da Lei nº 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, previsto no art. 175 da CF, in litteris:

Art. 9º A tarifa do serviço público concedido será fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação e preservada pelas regras de revisão previstas nesta Lei, no edital e no contrato.

§ 4º Em havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, o poder concedente deverá restabelecê-lo, concomitantemente à alteração.

O equilíbrio econômico-financeiro do contrato é, portanto, corolário do interesse dos contratantes na sua fiel execução, não se podendo desconsiderar a possibilidade de ocorrerem fenômenos internos ou externos, previsíveis ou não – incluídos caso fortuito ou força maior –, ou mesmo ingerência da Administração, no exercício de seu poder de império, assegurando-se, como princípio basilar do direito à recomposição financeira, pena de enriquecimento ilícito ou sem causa.

Nesse sentido, colaciono julgado do col. STJ:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS DECORRENTES DA QUEBRA DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DE CONTRATO DE CONCESSÃO. TRANSPORTE AÉREO. CONGELAMENTO TARIFÁRIO. VULTOSOS PREJUÍZOS CAUSADOS À CONCESSIONÁRIA. EVIDENTE RUPTURA DA EQUAÇÃO FINANCEIRA ORIGINALMENTE PACTUADA. DIREITO À



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 22.100/19e

RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO ORIGINAL. ATENÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA CONFIANÇA E DA SEGURANÇA JURÍDICA. INDENIZAÇÃO DEVIDA. ORIENTAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: RE 1.831.180/DF, RELATOR MINISTRO OCTAVIO GALLOTTI E RE 571.969/DF, RELATORA MINISTRA CARMEM LÚCIA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO PARA RECONHECER O DEVER DA UNIÃO DE INDENIZAR A AUTORA, EM MONTANTE A SER APURADO EM FUTURA LIQUIDAÇÃO.

(...)

3. Os contratos de concessão têm garantida a manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, de modo a viabilizar que as obrigações assumidas pelo contratante no momento do ajuste encontre correspondência na compensação econômica adequada; é assegurada durante todo o período de execução do contrato a real e efetiva correlação entre a execução do contrato e a sua remuneração, conforme preconizam, de forma uníssona, doutrinadores excelentes como os Professores HELY LOPES MEIRELLES, CELSO ANTONIO BANDEIRA DE MELO e CAIO TÁCITO.

4. A manutenção da equação financeira original do contrato de concessão é mais que uma orientação doutrinária vitoriosa, com respaldo jurisprudencial; na verdade, constitui princípio erigido sob a égide constitucional desde a Carta de 1969, no art. 167, II, hoje repetido na Constituição Cidadã de 1988, no art. 37, XXI. À época da relação contratual sob exame a legislação infraconstitucional, do mesmo modo, referendava a adoção do aludido princípio, consoante depreende-se do teor do art. 55, II, d do Decreto-Lei 2.300/86 e dos arts. 57, § 1º. e 2º. e 58 da Lei 8.666/93.

5. A garantia de estabilidade da relação jurídico-administrativa contratada entre Poder Concedente e a Concessionária é expressão clara do princípio da segurança jurídica, assegurando àqueles que assumem a execução de um serviço de interesse público a preservação das circunstâncias e expectativas que levaram à assunção do contrato. A quebra da equação por ato omissivo ou comissivo do Poder Concedente gera, por conseguinte, o dever de recomposição do equilíbrio, não somente em nome da almejada segurança jurídica como da inegável importância da continuidade da prestação do Serviço Público, até para não gerar desconfiância na firmeza dos tratos públicos.

(...) (REsp 1248237/DF, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/09/2014, DJe 01/10/2014)

Cabe ressaltar que no caso dos contratos administrativos a teoria da imprevisão foi expressamente acolhida pela Constituição Federal, ao garantir ao particular que as condições das propostas seriam mantidas durante a sua execução, atendendo, a um dos princípios básicos a que Administração está sujeita, o da legalidade. Assim, o estabelecimento dos critérios contratuais de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, estarão ligados à existência de eventos aleatórios e ao princípio rebus sic stantibus (teoria da imprevisão).

Nesse diapasão, no contrato administrativo denota-se um interesse que pode ser alterado à medida que o interesse público o exija, existindo, assim, a possibilidade de alteração unilateral do contrato por parte do contratante, tendo em vista que este representa um



interesse que se sobrepõe ao interesse do particular. Tal prerrogativa assegura a supremacia do interesse público sobre o privado.

Nada obstante, as cláusulas econômico-financeiras, dos contratos administrativos, são intocáveis, porquanto destinadas a manter o equilíbrio contratual não deixando o particular a mercê das vontades do administrador. Tais cláusulas fixam a remuneração e os direitos do contratado perante a Administração e estabelecem a equação financeira.

O Estatuto de Licitações e Contratos da Administração Pública, Lei nº 8.666/93, alberga tal proibição, conforme se depreende do §1º do art. 58.

Nesse íterim, o desequilíbrio da equação econômico-financeira poderá ser solucionado, ou por meio do reajuste (art. 40, XI e 55, III, da Lei 8.666/93), ou por meio da revisão de preços (art. 65, “d”, inciso II, da Lei 8.666/93).

No caso dos autos, a parte autora é concessionária do serviço público de transporte coletivo de passageiros e, por ter se sagrado vencedora do Lote/Bacia 02 da Concorrência Pública nº 01/2011 - ST do Governo do Distrito Federal firmou o Contrato de Concessão nº 01/2012, para a prestação e exploração do serviço básico rodoviário do STPC/DF por meio de veículos de transporte coletivo de passageiros, no referido Lote.

No curso da avença sobreveio a revisão da Tarifa Técnica com a edição e publicação da Portaria nº 57/2018 que, segundo a concessionária, ignorou e alterou unilateralmente as regras econômicas do contrato de concessão isto porque imutáveis por definição legal, resultando no rompimento do equilíbrio econômico financeiro do mesmo. Nesses termos, ajuizou a presente ação, consistente na anulação da Portaria.

O requerido, por seu turno, alegou necessidade em adequar a avença, adaptando a tarifa aos parâmetros reais, utilizando-se a TIR-M por ser a mais sólida do ponto de vista do interesse público.

A controvérsia cinge-se, portanto, em aferir se a revisão contratual se deu nos moldes estabelecidos pela legislação de regência.

Como mencionado, a revisão está expressamente prevista no art. 65, II, d, da Lei 8.666/93, vejamos:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

II - por acordo das partes:

(...)

*d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, **na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.***

Da leitura do dispositivo legal, verifica-se que ele é claro ao condicionar a revisão à efetiva ocorrência de fatos imprevisíveis que tenham o condão de romper o equilíbrio inicial entre as obrigações das partes. Em outras palavras, para a alteração do contrato com



escopo de reequilibrar as prestações assumidas pelas partes é condição *sine qua non* a superveniência de circunstância de fato.

In casu, a requerente alegou, em síntese, que sua proposta de preço, apresentada por ocasião da licitação, foi unilateralmente modificada quando da revisão que originou a Portaria nº 57/2018, impondo uma redução ilegal à sua tarifa técnica, reduzindo sua margem de lucro e acarretando o desequilíbrio econômico-financeiro e, por consequência, inviabilizando economicamente suas atividades.

Lado outro, o Senhor Secretário de Mobilidade, por intermédio da Circular SEI-GDF nº 4/2018 – SEMOB/GAB (ID 21029861), comunicou à empresa autora que, em razão de diversos questionamentos sobre os contratos de concessão em vigor, tomou diversas medidas, dentre elas a contratação em 2017 da FGV, cujo término deu-se em março de 2018.

A partir do relatório conclusivo e diante das recomendações propostas pela consultoria, buscou-se ajustar os contratos de concessão quanto ao modelo econômico-financeiro e outros tópicos, ensejando a Portaria nº 57/2018, que homologou a redução da tarifa técnica a ser praticada na Bacia operada pela Viação Pioneira.

Como motivação para o ato, o documento se reporta aos artigos 58 e 65 da Lei de Licitações (8.666/93), com o seguinte teor, naquilo que se fizer relevante, confira-se:

Primeiramente, é importante destacar a motivação da contratação de Consultoria Independente para avaliação dos contratos de concessão do serviço de transporte público coletivo por ônibus atualmente em vigor do Distrito Federal. Como exposto no Termo de Referência da contratação da consultoria, apenas em 2015 o Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF passou a operar em sua totalidade. Ainda assim, são diversos os questionamentos acerca dos contratos de concessão atualmente em vigor, tais como: a Solicitação de Ação Corretiva n.º 09/2015 da Controladoria-Geral do Distrito Federal — CGDF, de 31 de agosto de 2015; o Relatório de Auditoria Especial nº 1/2015 - CGDF, de 18 de dezembro de 2015; o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito — CPI do Transporte Público do Distrito Federal; o Processo nº 5964/2015 do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), o qual questionou esta Secretaria sobre fatos levantados no âmbito do processo licitatório e do instrumento contratual, que poderiam ensejar a nulidade dos contratos de concessão vigentes, e a decisão da 19ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal em janeiro de 2016, no sentido de anular os contratos de concessão, mas que aguarda os resultados da avaliação contratada pelo Poder Concedente.

(...)

Assim, ao término do trabalho de avaliação e diante das recomendações propostas pela consultoria, a Semob busca, desde então, ajustar os contratos de concessão nos pontos indicados. **Inicia-se, como não poderia deixar de ser, pelo tópico mais significativo às operadoras, qual seja, o modelo econômico-financeiro, razão pela qual foram encaminhados os relatórios afetos a esse tema por meio dos Ofícios de 16 a 20-SEMOB/GAB, todos datados de 27 de abril de 2018.**

Tal prerrogativa de modificação contratual respalda-se no disposto no Art. 58 da Lei 8.666/93, adiante transcrito:



(...)

Em harmonia com o dispositivo legal acima, o art. 65 da Lei de Licitações, contempla as hipóteses em que a modificação unilateral do contrato é viável juridicamente:

(...)

Os fluxos de caixa dos projetos analisados apresentam inversão de sinal ao longo do período da concessão, devido à necessidade de investimento na renovação das frotas de ônibus. Segundo a teoria de finanças (Barbieri et al, 2007), neste caso, a adoção da TIR Modificada, ao invés da TIR, é a decisão mais adequada, uma vez que a TIR não atende a todas as possíveis situações, mas a TIR Modificada sim.

A natureza da concessão de transporte necessariamente envolve a inversão do sinal do fluxo de caixa mais de uma vez, em especial nos eventos de renovação de frota. Dessa forma, conceitualmente não é adequado utilizar uma modelagem que possa ser eivada de vício, tendo em vista a natureza do negócio. É, portanto, necessária a utilização de modelagem robusta, compatível com a concessão ora avaliada.

Assim, a única forma de manter os contratos de concessão válidos do ponto de vista de sua modelagem conceitual seria a utilização da TIRM em substituição à TIR, utilizando-se do instrumento da revisão contratual abrigada pelo Art. 58 da Lei n- 8666/93:

(...) grifei.

Da motivação expendida pelo requerido, vê-se que a causa apontada para a revisão foi a superveniência de circunstância que acarretou desequilíbrio econômico-financeiro do contrato em questão, qual seja, a TIR apresentada pela licitante, eivada de vício e a utilização da TIR-M por ser a mais sólida do ponto de vista do interesse público, tendo sido indicado, como fundamento legal para a edição do ato, a possibilidade da alteração unilateral pela Administração do contrato administrativo, com fulcro nos artigos 58 e 65 da Lei nº 8.666/93.

No entanto, embora seja conferido à Administração modificar unilateralmente o contrato administrativo, como dito alhures, nos termos do §1º do art. 58 da Lei de Licitações, vedado alterar as cláusulas econômicas-financeiras sem a prévia concordância do contratado.

E mais, consoante inciso I do art. 65, o contrato poderá ser alterado unilateralmente apenas quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos ou quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei.

Nesta hipótese de revisão, a alteração deve estar calcada numa imposição de circunstâncias supervenientes, devendo-se manter o valor inicial atualizado. Todavia, tal situação não ocorreu no caso vertente.

Nessas circunstâncias, a alteração unilateral de cláusulas econômicas pela Administração Pública é plenamente tutelável juridicamente pelas empresas prejudicadas por representar violação ao dispositivo supra.

Isso porque, para que a motivação do ato administrativo seja considerada válida e, por conseguinte, o próprio ato também o seja,



os pressupostos fáticos e jurídicos indicados como motivos da decisão devem se verificar no âmbito, na esfera da realidade fática. No contrato de concessão firmado entre as partes, a cláusula XII, em seu item 3, cita que a manutenção da equação financeira deverá ser assegurada, além disso, os casos em que haverá revisão estão previstos na cláusula XVII (ID 21029649).

Certo é que o cálculo da revisão aplicado na tarifa técnica da autora deverá seguir os parâmetros definidos pelo contrato que, frise-se, fora confeccionado pela própria Administração Pública.

As Cláusulas XV e XVII estabeleceram que a equação econômica-financeira levaria em conta a proposta da empresa e não os preços praticados cotidianamente, assegurando proteção do TIR e VPL, cheque-se:

Cláusula XVII

(...)

4. Nos processos de revisão tarifária, a aferição da TARIFA TÉCNICA, para reequilíbrio do CONTRATO será realizada por meio das planilhas apresentadas na PROPOSTA FINANCEIRA vencedora da licitação, assegurando-se a proteção, ao longo do CONTRATO, dos elementos de mérito TIR (Taxa Interna de Retorno) e Valor Presente Líquido (VPL) indicados na planilha de fluxo de caixa apresentada pela CONCESSIONÁRIA na referida proposta, ressaltando o disposto nos itens 7 e 9 da cláusula sexta do presente instrumento

Caberá aos licitantes, por conseguinte, na proposta financeira, apresentar suas planilhas de custos individuais e específicas, que balizarão a proteção de equilíbrio econômico financeiro durante toda a concessão.

No caso sub judice, a licitação foi feita para se adjudicar o menor preço, **com regras pré-definidas para as realizações das revisões tarifárias.**

Como bem consignou a parte autora, não se pode alterar as regras na vigência do contrato: “tanto por não haver previsão legal, quanto pelo motivo de que em todo processo licitatório de menor preço os licitantes consideram as regras pré-definidas em seus projetos econômicos-financeiros”. Os elementos de méritos TIR e VPL, como foi o caso da licitação em comento, são os termômetros que deverão ser utilizados para que os preços ofertados na licitação respeitem o equilíbrio econômico-financeiro durante todo o prazo contratual”.

Destarte, os parâmetros para que a tarifa técnica da requerente seja revisada deve utilizar os previstos no contrato e nas planilhas apresentadas na proposta financeira, as quais foram avaliadas na segunda fase do processo de licitação.

Incontroverso que houve alteração sem concordância do contratado e, conseqüentemente, o desatendimento de cláusula econômica.

Não é crível que, após 5 (cinco) anos de vigência contratual, o cedente afirme que a TIR e o VPL apresentados pela concessionária na sua proposta financeira estejam eivadas de vícios.

Ao contrário do que afirmado pelo requerido, o relatório da FGV deixa claro que os cálculos da Taxa Interna de Retorno das propostas foram calculadas utilizando-se a metodologia padrão, confira-se (ID 23843130, p. 17):

3.7.2 Taxa Interna de Retorno Modificada (TIRM)

Com o cálculo dos fluxos de caixa, FCFF e FCFE, é possível então proceder ao cálculo da Taxa Interna de Retorno, para



avaliar os projetos. As Taxas Internas de Retorno das propostas foram calculadas utilizando a metodologia padrão, conforme definida a seguir. Porém, quando o fluxo de caixa de algum projeto apresenta mais de uma inversão de sinal (entre negativo, positivo, negativo novamente e positivo, e assim por diante), como ocorre neste caso, pois as concessionárias precisam renovar suas frotas ao longo do período de concessão, a metodologia padrão resulta em mais de uma solução. Desta forma, a utilização da TIR pela metodologia padrão não é correta, sendo necessária a utilização da chamada Taxa Interna de Retorno Modificada (TIRM), cujo detalhe é apresentado a seguir.

Ainda, nos termos do relatório da FGV (ID 23843122, p. 47/48):
(...)

O modelo não reflete na própria estrutura de remuneração importantes fatores cuja oscilação são risco público: demanda e quilometragem. Assim, como a variação destes dois aspectos é inerente aos serviços de transporte, a relação contratual entre Concedente e Concessionárias tende a caracterizar-se por discussões permanentes sobre a recomposição do equilíbrio contratual. Saliente-se que o modelo de demanda não previa variação ao longo dos 10 anos, nem mesmo proporcional à oscilação da população do DF. Claramente este seria um aspecto a exigir renegociações futuras

Em um contrato que fixasse a remuneração por quilômetro, por exemplo, a variação da quilometragem definida pelo poder público automaticamente alteraria a remuneração da concessionária, não havendo que se falar em reequilíbrio. Da mesma forma, a variação de demanda, como risco público, não afetaria a remuneração percebida pelo operador (a utilização de tarifas por quilômetro tem outras desvantagens, não incentivando, por exemplo, esforços para a satisfação dos usuários, nem eficiência de trajetos).

Além disso, este tipo de remuneração não se utiliza de todos os possíveis incentivos para a prestação do serviço com qualidade, na medida em que o prestador não tem estímulos para atrair mais usuários por meio da oferta de um serviço de melhor qualidade. Como cabe pleito de reequilíbrio pela variação de demanda, o operador, ainda que o processo de reequilíbrio se alongue, será futuramente compensado em caso de redução do número de usuários.

(...)

A própria consultora propõe temas a contribuir para um melhor relacionamento entre o Poder Concedente, regulador e regulados, e atuação mais efetiva por parte do Poder Público, bem como, a adoção de modelos de remuneração que combinem fatores relacionados tanto à quilometragem quanto à demanda.

Não merece prosperar também a afirmação do DF de que o melhor caminho para a Administração Pública, e para o interesse público, seria a alteração das cláusulas econômico-financeiras e não a nulidade dos contratos vigentes, pois, como já mencionado, embora o contrato administrativo por parte da Administração tenha como destino o atendimento das necessidades públicas, por parte do contratado, objetiva um lucro, através da remuneração consubstanciada nas cláusulas econômicas e financeiras.

E Esse lucro há de ser assegurado, nos termos iniciais do ajuste, conquanto, se de um lado a Administração tem o poder de modificar as condições de execução do contrato e de exigir a



prestação da outra parte; o particular contratado tem o direito de ver mantido a correlação encargo-remuneração estabelecida inicialmente, levando-se em conta que o seu objetivo - lícito e respeitável - ao participar da relação negocial foi, e continua sendo, o ganho pecuniário.

Conclui-se que a SEMOB ao calcular a revisão da tarifa técnica, a alterou sem qualquer embasamento legal, a proposta vencedora da licitante, reduzindo a TIR e o VPL, portanto, descabe a pretendida redução na tarifa técnica da licitante.
(grifos do original)

Vale esclarecer que, quando da prolação da sentença retrocitada (em 25.01.2019), também foi determinada “a realização de prova pericial contábil, em eventual liquidação de julgado, a fim de se apurar o valor líquido, certo e justo da tarifa de ônibus a ser paga/cobrada, sob a égide do contraditório e ampla defesa frente às normas aplicáveis à espécie e o bom senso que gera a Justiça!”. Porém, em 12.03.2019, o i. Juiz Jansen Fialho de Almeida, mediante decisão interlocutória exarada em face de Embargos de Declaração opostos pela Viação Pioneira Ltda., retirou “da sentença a parte que determinou sua liquidação por via de prova pericial”, uma vez que:

“o pedido se limitou à anulação da Portaria 57/2018 que homologou unilateralmente a redução de sua tarifa técnica. Assim, não há pedido de revisão da tarifa ou até mesmo dos critérios adotados para a redução, mas tão somente da possibilidade ou não do DF praticá-la unilateralmente”.

No dia 04.09.2019³², a Semob/DF publicou as **Portarias n.os 71/2019³³ e 72/2019³⁴**, reproduzidas a seguir, relacionadas exclusivamente à tarifa técnica do Contrato de Concessão n.º 01/2012-ST, celebrado com a Viação Pioneira Ltda.:

“PORTARIA Nº 71, DE 02 DE SETEMBRO DE 2019

(...) Art. 1º **Anular a Portaria n.º 57/2018**, de 02 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF n.º 147, de 03 de agosto de 2018, página 26.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 72, DE 02 DE SETEMBRO DE 2019

(...) Art. 1º Homologar o valor da **tarifa técnica do Contrato de Concessão n.ºs 01/2012-ST - Viação Pioneira Ltda**, que passa a ser de **R\$ 4,3729** (quatro reais, trinta e sete centavos e vinte e nove centésimos de centavos).

³²

https://dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2019|09_Setembro|DODF%20168%2004-09-2019|&arquivo=DODF%20168%2004-09-2019%20INTEGRA.pdf

³³ O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, II, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto n.º 38.036, de 03 de março de 2017, resolve:

³⁴ O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, II, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto n.º 38.036, de 03 de março de 2017,

Considerando o disposto na Cláusula XVII - da Revisão da Tarifa, dos Contratos de Concessão firmados em face da Concorrência n.º 01/2011-ST, o qual estabelece que a tarifa técnica será revisada, a qualquer momento, para estabelecer a equação originária entre os encargos da concessionária e as receitas da concessão;

Considerando que as revisões das tarifas técnicas devem se amoldar ao disposto no art. 9º da Lei n. 8987/95, no art. 58, § 1º da Lei n. 8.666/93 e aos termos do Edital e das propostas;

Considerando o Relatório SEI-GDF n.º 2/2019 - SEMOB/GAB/AJL, SEI 26244396, que versa sobre os estudos realizados pelo do Grupo de Trabalho da Portaria Conjunta n. 10/2019, que teve como objetivo de reavaliar as revisões das tarifas técnicas das Concessionárias do STPC/DF, homologadas entre 2015 e 2018;

Considerando que esta Secretaria primou pelo exercício dos direitos ao contraditório e à ampla defesa, abrigados, em especial, nos Artigos 1º, 2º e 3º da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 22.100/19e

Art. 2º Os efeitos financeiros desta Portaria terão eficácia a partir de 1º de junho de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.”
(grifei)

Aqui cabe destacar que, ainda que não conste como fundamentação para edição das Portarias n.ºs 71/2019 e 72/2019 – Semob/DF a sentença exarada em 25.01.2019 no bojo do Processo n.º 0707697-78.2018.8.07.0018, que julgou “*procedentes os pedidos formulados na inicial para decretar a nulidade da Portaria nº 57/2018*”, a publicação das aludidas portarias ocorreu em harmonia com o deliberado pelo Poder Judiciário naquele feito.

Não se pode afirmar, porém, que a edição dessas novas portarias equivaleria ao reconhecimento da Pasta de Mobilidade pela procedência do pedido da empresa Viação Pioneira Ltda. naquela ação judicial, uma vez que, à época da publicação das Portarias n.ºs 71 e 72/2019, ainda havia recursos protocolados pelo DF e pelo MPDFT pendentes de julgamento pela 2ª Instância do TJDF.

Nesse sentido, manifestou-se o n. Desembargador Gilberto Pereira de Oliveira em decisão interlocutória de 16.01.2020, assim:

“(…) não se pode equiparar a edição de novas portarias pelo Governo do Distrito Federal ao reconhecimento da procedência do pedido, por ter se chegado ao mesmo resultado prático, qual seja, o equacionamento administrativo da pretensão da autora.

Afinal, a publicação das Portarias nº 71 e 72 se deu em 04/09/2019 (ID nº 11039620), sendo que o direito da autora de manter a tarifa técnica prevista no contrato de concessão já havia sido julgado procedente em 25/01/2019 (ID nº 8207448), sentença da qual o Distrito Federal recorreu (ID nº 8207469).

Ou seja, houve, por parte do ente distrital e durante um considerável lapso temporal, pretensão resistida ao pedido formulado pela Viação Pioneira, o que enseja a incidência dos honorários advocatícios fixados, bem como, por não ter havido propriamente o reconhecimento do pedido, não há que se falar na pretendida aplicação do artigo 90, §4º do CPC.” (destaquei)

No dia 16.09.2019, o Consórcio Urbi Mobilidade Urbana protocolou a Representação de e-DOC 6B81FAB2-c (e aditamento de e-DOC BA310D1E-c), que ensejou a constituição destes autos, versando sobre supostas irregularidades na edição das Portarias n.ºs 71/2019 e 72/2019 – Semob/DF.

Em 09.10.2019³⁵, a Semob/DF fez publicar no DODF as **Portarias n.ºs 80/2019**³⁶ e **81/2019**³⁷, dispondo sobre a tarifa técnica prevista no Contrato de

35

https://dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2019|10_Outubro|DODF%20193%2009-10-2019|&arquivo=DODF%20193%2009-10-2019%20INTEGRA.pdf

36 O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, II, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto n.º 38.036, de 03 de março de 2017, e; Considerando as conclusões alcançadas no Relatório SEI-GDF nº 2/2019 - SEMOB/GAB/AJL, SEI 26244396, do Grupo de Trabalho que teve como objetivo reavaliar as revisões das tarifas técnicas das Concessionárias do STPC/DF, homologadas entre 2015 e 2018;

Considerando que as revisões das tarifas técnicas devem se amoldar ao disposto no art. 9º da Lei n. 8987/95, no art. 58, § 1º da Lei n. 8.666/93 e aos termos do Edital e das propostas, conforme disposto no item “a” do Relatório SEI-GDF nº 2/2019 - SEMOB/GAB/AJL, SEI 26244396;

Considerando que as revisões de tarifas que se operaram ao abrigo das Portarias SEMOB n.ºs. 22/2016 e n.ºs. 56, 57, 58, 59 e 60 de 2018, questionadas na Nota Técnica SEI-GDF n. 2/2019, foram objeto de estudo e análise da Diretoria de Custos, Tarifas e Receitas, pela Nota Técnica SEI nº 01/2019 - SEMOB/ST/SUACOG/DITAR (26007748);

Considerando a análise do grupo de trabalho de toda a documentação acostada aos autos, e com fundamento na Nota Técnica SEI n.º 01/2019, da Diretoria de Custos, Tarifas e Receitas (26007748), chegou-se à conclusão de que as revisões das tarifas

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 22.100/19e

Concessão n.º 11/2013 – ST, celebrado com a Viação Piracicabana Ltda., conforme reproduzido a seguir:

“PORTARIA Nº 80, DE 1º DE OUTUBRO DE 2019

(...) Art. 1º **Anular a Portaria n.º 56/2018**, de 02 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF n.º 147, de 03 de agosto de 2018, página 26.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PORTARIA Nº 81, DE 1º DE OUTUBRO DE 2019

(...) Art. 1º Homologar o valor da **tarifa técnica do Contrato de Concessão n.ºs 011/2013-ST – Viação Piracicabana Ltda**, que passa a ser de **R\$ 4,2169** (quatro reais, vinte e um centavos e sessenta e nove centésimos de centavos).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, ficando condicionados os efeitos financeiros retroativos a 1º de junho de 2019.” (grifos nossos)

Em 22.10.2019, o Plenário do TCDF, mediante **Decisão n.º 3.635/2019**³⁸, dentre outras medidas, tomou conhecimento da Representação formulada pela Urbi Mobilidade Urbana e fixou prazo³⁹ para manifestação da Semob/DF, da Viação Pioneira Ltda. e da Viação Piracicabana Ltda. acerca das Portarias n.ºs 71/2019, 72/2019, 80/2019 e 81/2019.

No dia 31.10.2019, o i. Desembargador Gilberto Pereira de Oliveira, ao analisar duplo apelo cível interposto pelo DF e pelo MPDFT contra sentença proferida pelo Juízo da 3ª Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal (em 25.01.2019) no âmbito do Processo n.º 0707697-78.2018.8.07.0018, julgou:

“a perda superveniente do interesse de agir das partes, diante da revisão tarifária procedida por meio da edição, em 04 de setembro de 2019, pelo DISTRITO FEDERAL, das Portarias nº 71 e 72, inexistindo, assim, necessidade e utilidade do provimento jurisdicional invocado, o que acarreta a extinção do feito, sem apreciação do mérito, nos termos do artigo 485, VI do Código de Processo Civil.” (grifos nossos)

Depois dessa deliberação, foram exaradas novas decisões relacionadas ao valor do percentual fixado para os honorários. Ante a irresignação

técnicas ocorridas por meio das Portarias 22/2016 e 56 a 60/2018, estão em desacordo com o edital/contrato, legislação que rege a matéria e, desnaturam os termos das propostas vencedoras, onerando indevidamente e significativamente os cofres do GDF;

Considerando ainda, que a simulação dos cenários de revisão tarifária, realizada pela Diretoria de Custos, Tarifas e Receitas (Nota Técnica SEI 01/2019 e cálculos (doc. 26003797), nos termos das propostas vencedoras, sem a TIR Modificada, em comparação com os estudos da FGV, que propôs a utilização da TIR Modificada, implicou na edição das Portarias nºs. 25/2015, 26/2016 e 56 a 60 do ano de 2018, que devem ser anuladas pelos vícios apontados, nos termos do Relatório SEI-GDF n.º 2/2019 - SEMOB/GAB/AJL, SEI 26244396, resolve:

³⁷ O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, II, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto n.º 38.036, de 03 de março de 2017, Considerando o disposto na Cláusula XVII - da Revisão da Tarifa, dos Contratos de Concessão firmados em face da Concorrência n.º 01/2011-ST, o qual estabelece que a tarifa técnica será revisada, a qualquer momento, para estabelecer a equação originária entre os encargos da concessionária e as receitas da concessão;

Considerando que as revisões das tarifas técnicas devem se amoldar ao disposto no art. 9º da Lei n. 8987/95, no art. 58, § 1º da Lei n. 8.666/93 e aos termos do Edital e das propostas;

Considerando o Relatório SEI-GDF n.º 2/2019 - SEMOB/GAB/AJL, SEI 26244396, que versa sobre os estudos realizados pelo do Grupo de Trabalho da Portaria Conjunta n. 10/2019, que teve como objetivo de reavaliar as revisões das tarifas técnicas das Concessionárias do STPC/DF, homologadas entre 2015 e 2018;

Considerando que esta Secretaria primou pelo exercício dos direitos ao contraditório e à ampla defesa, abrigados, em especial, nos Artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

³⁸ e-DOC 7A923E6E-e

³⁹ Por meio da **Decisão n.º 3.882/2019** (e-DOC 6AEF0382-e), de 05.11.2019, foi concedida prorrogação de prazo para manifestação da Semob/DF e a Viação Piracicabana Ltda.



do Distrito Federal, os autos de n.º 0707697-78.2018.8.07.0018 foram remetidos ao Superior Tribunal de Justiça – STJ, para tratar de Agravo no Recurso Especial.

No dia 08.11.2019, o Processo n.º 23.220/2019-e⁴⁰ foi apensado ao presente feito, em atendimento ao item II⁴¹ da Decisão n.º 3.760/2019 (exarada naquele feito).

Em 10.12.2019, este Tribunal de Contas, mediante **Decisão n.º 4.277/2019**⁴², denegou a medida cautelar requerida na Representação ofertada pela Urbi Mobilidade Urbana (objeto destes autos) e reiterou à Semob/DF os itens “II.b” e “II.c” da Decisão n.º 3.635/2019.

No dia 20.02.2020, o TCDF, por intermédio da **Decisão n.º 474/2020**⁴³, tomou conhecimento do *“recurso nominado interposto pela URBI Mobilidade Urbana em face do inciso II da Decisão n.º 4.277/19, para, no mérito, negar-lhe provimento, visto que estão ausentes os requisitos previstos no art. 277 do Regimento Interno do TCDF”*.

No dia 06.05.2020, o MPDFT ajuizou ação civil pública com pedido de tutela de urgência (Processo n.º **0703048-02.2020.8.07.0018**) para *“decretar a nulidade do ato de concessão do intitulado “auxílio emergencial” editado nos autos do Processo Administrativo n. 00090.00008369/2020-97 – SEMOB; suspender novos repasses a título de “auxílio emergencial” e determinar o bloqueio das respectivas quantias, via BACENJUD, nas contas bancárias das empresas rés, ou alternativamente a glosa das quantias ordinárias devidas”*.

Em 07.05.2020, a i. Juíza de Direito da 6ª Vara da Fazenda Pública do DF, Drª. Sandra Cristina Candeira de Lira, no bojo da ação civil supracitada, **suspendeu** *“novos repasses às Rés de qualquer quantia referente ao denominado “auxílio emergencial”, constante do Processo Administrativo o n.º 00090.00008369/2020-97 – SEMOB/DF”, tendo como fundamentos o seguinte:*

“A princípio, salutar se faz a análise sobre o pedido de concessão de tutela de urgência no ponto da decretação de nulidade do ato administrativo de concessão do denominado “auxílio emergencial”.

Com efeito, a cognição sumária que se faz própria no presente momento processual, exige requisitos mínimos de aferição, esses expressamente normatizados pelo artigo 300 do CPC, de plena adequabilidade no rito das ações civis públicas, tal o dispositivo permissivo da Lei 7.347/85, artigo 19.

Então, estabelecendo a normativa citada a probabilidade do direito e o perigo do dano como elementos limites aqui, evidentemente que a pretensão de se decretar a nulidade do ato administrativo de concessão do benefício não terá cabimento. É irrefutável que o resultado dessa pretensão se enquadra em conteúdo declaratório-constitutivo, o que somente tem cabimento após larga instrução e dilação probatória.

Portanto, limite posto, tem-se que a parte autora aporta os fundamentos da probabilidade do direito no fato de que não existe

⁴⁰ Requerimento n.º 989/2019, de autoria do Deputado Distrital CHICO VIGILANTE, encaminhado pela Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, por intermédio do Ofício n.º 383/2019 – GMD (e-DOC E9B02450-c), solicitando a realização de “auditoria nos dados que levam à tarifa técnica no sistema de transporte público coletivo do Distrito Federal”.

⁴¹ II – apensar o feito em exame ao Processo n.º 22.100/2019, de modo a subsidiar o exame da matéria objeto daqueles autos.

⁴² e-DOC 12A7B717-e

⁴³ e-DOC 25A95C2A-e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 22.100/19e

*previsão legal para a concessão do referido benefício às rés. Igualmente que, **a solução emergencial de socorro não tem previsão no orçamento da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade, na medida em que o instrumento apropriado para prover o equilíbrio econômico-financeiro será a revisão da tarifa técnica.***

No ponto, é certo afirmar que há razoabilidade na argumentação da parte autora, sobretudo em se considerando que o deferimento do pedido foi feito administrativamente e fundado na comprovada baixa de consumo do produto transporte público. No documento juntado em Id 62526348 da lavra da Subsecretaria de Arrecadação, Gestão e Controle de Gratuidades - DITAR, foi realmente identificada a redução do movimento no transporte público após 11.03.20, fato que por si só, não aponta para a legalidade na concessão do “auxílio emergencial”, já que não há base legal verificada para a liberação do recurso.

Deveras, toda atividade administrativa pressupõe uma norma jurídica que a autorize – artigo 37, caput da CF/88, devendo ter reflexo positivo ao interesse público, na medida em que o interesse da atividade privada não pode se lhe sobrepor. Por esse viés, acertadamente demonstra a parte autora que não se observou o devido processo legal, esse dimensionado pelas disposições normativas da Lei n. 4.011/2007, que criou o Sistema Transporte Público e Decreto Distrital nº 33.559, de 01/03/2012.

Oportuna a transcrição das normativas, respectivamente, para que se registre a realidade de que a contraprestação devida às empresas rés será feita com base nas receitas oriundas dos créditos de viagem:

Lei n. 4.011/2007

Art. 18. Os serviços do STPC/DF serão remunerados pelo produto da arrecadação tarifária.

§ 1º As receitas provenientes da execução de outros serviços vinculados ao STPC/DF poderão ser revertidas em benefício da modicidade da tarifa.

§ 2º A efetivação das disposições contidas no § 1º deste artigo será objeto de regulamentação específica pela Secretaria de Estado de Transportes.

Art. 19. A legislação que vier a instituir isenções ou reduções tarifárias de qualquer natureza e quaisquer outros custos deverá dispor expressamente sobre as fontes específicas de recursos para seu financiamento, nos termos do art. 35 da Lei federal nº 9.074/1995 e da legislação distrital pertinente.

Art. 20. Os delegatários dos serviços de transporte público coletivo serão remunerados pelas seguintes receitas:

I – receitas operacionais, advindas do recebimento em espécie e do resgate de créditos de viagem registrados;

II – receitas não-operacionais, advindas da exploração de publicidade nos veículos e de outras que lhes forem destinadas, ouvido o CTPC/DF.

Decreto n. 33.559, de 01/03/2012

Art. 3º Os recursos necessários ao pagamento da remuneração dos delegatários do serviço básico rodoviário de transporte público coletivo serão consolidados em uma conta de compensação e advirão:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 22.100/19e

I – da arrecadação de receita tarifária em dinheiro, nos ônibus e, quando houver, nos terminais e estações de transbordo do Sistema;

II – da comercialização de créditos de viagem;

III – de eventuais subsídios destinados ao custeio de gratuidades e benefícios tarifários; e

IV – de eventuais receitas acessórias, na forma prevista nos instrumentos contratuais.

§ 1º As tarifas a serem pagas pelos usuários para utilização do serviço básico rodoviário de transporte público coletivo serão fixadas por ato do Chefe do Poder Executivo Distrital, de acordo com a política tarifária implementada pelo Governo do Distrito Federal, não se confundindo com as tarifas técnicas de remuneração tratadas nos dispositivos anteriores.

§ 2º O Governo do Distrito Federal poderá decretar tarifas diferenciadas para utilização dos serviços pelos usuários, em razão da forma de pagamento, do tipo de serviço, de integração temporal entre linhas e serviços, entre outros fatores, nos termos do art. 13 da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, não se confundindo tais tarifas com as tarifas técnicas a que se refere.

E em se contrapondo as normas à justificativa administrativa para a liberação da verba a título de “auxílio emergencial” – Id 62526348 – vê-se claramente que não se embasou no contrato que regula a atividade, a saber:

“Após o dia 12 de março os números foram reduzindo gradativamente em virtude da publicação dos novos decretos do Governo do Distrito Federal, que restringiram o funcionamento do comércio e de serviços públicos.

Na data de 23 de março de 2020 foi registrado um total de 312.000 (trezentos e doze mil) acessos, o que representa uma queda de aproximadamente 75% da demanda. Em função dessa queda acentuada da demanda, foi autorizado pela Secretaria de Transporte e Mobilidade a aplicação da tabela de férias a partir do dia 24/03/2020.

Com base nessa orientação foi emitido novo Comunicado 37470322, autorizando a operação das linhas de ônibus do STPC/DF com redução de viagens, obedecendo a programação prevista para o período de férias escolares de dezembro de 2019 e janeiro de 2020. Tal programação readequa as tabelas horárias de 200 linhas, das 830 que atualmente estão autorizadas a operar no Sistema Básico de Transporte Coletivo, representando mudanças em 24% das linhas.

Cabe esclarecer que isso não representa uma redução de 24% da oferta total de viagens do STPC aos passageiros. Levando-se em conta que as alterações nos meses de férias escolares reduzem cerca de 25% das viagens apenas nas linhas afetadas, temos uma redução de apenas 6% da oferta total (25% de 24%). Com essas readequações, que culminaram na redução de 146 veículos que representam 5% da frota em operação, conforme quadro (37579667), foi possível afastar de suas atividades 553 colaboradores das empresas (motoristas, cobradores, despachantes, etc.), que têm mais de 60 anos, os quais se enquadram no grupo de risco da COVID-19.

Pois bem. Conforme evidenciado, as medidas de enfrentamento editadas pelo Poder Público Distrital gerou reflexos diretos no transporte público coletivo, com a redução de viagens em decorrência da queda acentuada...”



Faz parecer crer o gestor que a postura administrativa se fez como modo de compensação pelas medidas restritivas para a contenção da pandemia no Distrito Federal, pois não demonstraram contabilmente as empresas rés no pedido administrativo deduzido – Id 62526348 - a inviabilização do regular exercício das atividades. Existe uma planilha de feito próprio com uma prospecção de valores sem a prova correspondente. Sucede que essa não é uma medida legítima, a princípio. Desemboca então, como afirma a parte autora, em um repasse de verba sem a observância do regimento próprio, o que não se mostra até aqui cabível.

Convém ainda que se anote que houve a adoção de medidas que pudessem minorar eventuais maiores prejuízos – concessão de férias antecipadas, redução de frota e remodelação de rotas – todas no sentido de adequar o fluxo ao reduzido movimento. Há que se considerar então que em tendo havido uma remodelação, isso corresponde a um menor número de ônibus em circulação, a um menor gasto com manutenção de frota e diesel.

*Acréscase, em sequência, que **em outubro de 2019 o Governo do Distrito Federal por meio das Portarias n. 71, 72 e 81/2019 – Id 62526363 e 62526364 - e Decreto n. 40381/20, proveu o aumento do valor das tarifas do transporte coletivo, tendo como justificativa estabilizar o contrato de concessão, implica dizer, o equilíbrio contratual dentro das perspectivas jurídicas cabíveis.***

Ademais, o reflexo das medidas restritivas não se projetou só sobre as associadas DFMob, mas sobre toda a coletividade ativa e comercial, estudantil, de lazer e empreendedorismo, e não consta tenham sido “socorridas” em igualdade de condições, até mesmo porque isso se mostraria inviável com os recursos distritais – Id 62526348.

O cenário atual nacional demonstra que foi o Governo Federal quem se sentiu no dever de prestar o “auxílio emergencial” aos vulneráveis, isso através das Medidas Provisórias n. 936/2020 e 937/2020. Não há notícia de que o Governo Distrital tenha editado decreto para prestar idêntico socorro aos empresários do transporte coletivo por concessão, por extrema necessidade.

O que de fato se tem notícia é quanto ao trabalho do Governo Distrital em ponderar sobre os interesses em jogo – saúde e estabilidade econômica e produtiva – tanto que o Decreto n. 40.612/20 vem flexibilizando e liberou o funcionamento de setores moveleiro e de eletroeletrônica, as atividades do sistema S, sem qualquer restrição, estando agora a estudar como o fará quanto aos demais seguimentos, com maior afinco após a decisão judicial proferida pela Justiça Federal, em que deve comprovar a sua eficiência em gestão para evitar maior disseminação do vírus, ou seja, para a liberação paulatina que deseja realizar.

No que tange ao perigo da demora, há que se considerar a vultosidade da quantia em comento e a possibilidade de que a liberação a cada 30 dias, sem a corresponde prova da legalidade, como fatos e realidade convincente quanto à potencialidade do dano ao erário e a evasão do dinheiro público sem a corresponde observância do princípio da legalidade. Notadamente nos dias atuais em que os recursos públicos têm sido, em todas as esferas federal, estadual e municipal, essenciais a prover a estrutura razoável de um sistema de saúde até então relegado.



Convencimento externado, faço a seguinte ponderação quanto aos pedidos deduzidos em sede de tutela de urgência, ressaltando e reprisando o não cabimento da decretação de nulidade do ato em sede de cognição sumária:

I - O quadro pandêmico pelo Covid-19 guarda o seu risco. Não se pode descurar que em eventual dilação probatória comprovem os réus terem pautado a liberação da quantia já dispendida como única possibilidade de não se inviabilizar os serviços de transporte público de concessão, isso em considerando que a presente convicção vem de fase simples, sem a preciosidade do contraditório.

Portanto, prudente que não se acolha o pedido de bloqueio da verba já liberada às rés, decisão que não padece da pecha de irreversibilidade em virtude da continuidade da prestação dos serviços, o que acarreta a possibilidade de eventual glosa da verba ordinária para a restituição ao erário de verbas indevidas em caso de procedência do pedido principal, já que dele consta a pretensão de condenação das rés à devolução da referida quantia.

II – Ponderando-se a questão posta dentro do âmbito da preservação da legalidade e do quadro de pandemia exposto, vislumbra-se que a mais razoável alternativa está na suspensão de novos repasses do denominado “auxílio emergencial” até nova deliberação deste Juízo, adiante mais bem pautado em sede de contraditório.

Para tanto, quando da intimação da presente decisão às rés, e citação regular, determina-se apresentem documentação apropriada acerca do estudo técnico realizado para a afirmação da necessidade da concessão do “auxílio emergencial” e para a diminuição do valor pretendido para R\$ 90.307.985,91, segundo Parecer DITAR- Id 62526348 - e outros mais que tenham elaborado para justificar a possibilidade de interrupção do regular exercício das atividades das rés em caso de não concessão do “socorro” em comento.

*Ante o exposto, **CONCEDO EM PARTE A TUTELA DE URGÊNCIA PARA, por ora, SUSPENDER NOVOS REPASSES ÀS RÉS DE QUALQUER QUANTIA REFERENTE AO DENOMINADO “AUXÍLIO EMERGENCIAL”, constante do Processo Administrativo o nº 00090.00008369/2020-97 – SEMOB/DF.*** (grifei)

No dia 13.05.2020, a liminar supracitada foi mantida e o Pedido de Reconsideração deduzido pela Urbi Mobilidade Urbana (Consórcio HP-Ita) foi indeferido, uma vez que, segundo a i. Magistrada, a “*alternativa às partes para a manutenção permanente do equilíbrio contratual (...) [dos contratos de concessão decorrentes da Concorrência Pública nº 01/2011-ST se dá] unicamente pelo **ajuste da Tarifa Técnica***”.

Inclusive, naquele momento, ponderou-se o seguinte:

*“No particular, a requerida enfatiza que **o risco do contrato está expressamente atribuído ao Poder Concedente**, decorrendo daí não ser a Tarifa Técnica o único meio de balizar o equilíbrio contratual, como fortemente defende o autor.*

Decerto a sua menção está pautada na Cláusula XI do Contrato de Concessão (Id 62526352 e seguintes) em que se confere ao Poder Concedente a assunção dos riscos nos seguintes termos:

1. O CONCEDENTE assumirá o risco de redução da quantidade de passageiros pagantes em relação aos



números apresentados no PROJETO BÁSICO, que nortearam a elaboração da PROPOSTA FINANCEIRA, promovendo o ajuste do equilíbrio financeiro, quando for o caso, nos termos deste CONTRATO.

De fato, não há como se negar que a cláusula referida evidencie a responsabilidade direta do Poder Público quanto à álea. Todavia, o mesmo termo contratual dispõe que o ajuste se fará “...nos termos do contrato”, implicando dizer, tal qual já posto, que se foi convencionado que a Tarifa Técnica se presta a esse fim, notadamente é ela que limita a abrangência e o conteúdo econômico do risco.

Estabelecido o limite, frágil fica a argumentação de que os recursos públicos podem ser utilizados de modo descomensurado, porque isso certamente impacta em uma outra conjuntura, qual seja, a de desestabilizar outros segmentos que importam muito a toda uma coletividade, sendo tão essenciais como são o de transporte coletivo. Oportuna, então, a transcrição da cláusula XII, item 3 e cláusula XV, item 5 dos contratos – Id 6252648, respectivamente:

3. A TARIFA TÉCNICA será preservada pelas regras de reajuste e de revisão previstas neste CONTRATO, **com a finalidade de que seja assegurada, em caráter permanente, a manutenção da equação econômico-financeira do CONTRATO.**

5. Para fins de aplicação de reajustamentos e revisões tarifários, ao longo da concessão, será o valor de TARIFA TÉCNICA o balizador do equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão. (grifo nosso)

Acresça-se que a menção ao artigo 37, inciso XXI da CF/88 e artigo 9º da Lei 8.987/95 em nada desnatura a concepção da idoneidade do contrato firmado a regular a relação em comento, conquanto certo que ao preverem em ordem a manutenção das condições exigidas na proposta e estabelecer um mecanismo de revisão de tarifas, nada mais fizeram do que nortear os termos dos contratos firmados, na medida em que há prevista a forma desta preservação.” (grifei)

Em 14.05.2020, a i. Desembargadora Gislene Pinheiro de Oliveira, no bojo do Agravo de Instrumento n.º 0711644-29.2020.8.07.0000, “interposto pelo DISTRITO FEDERAL (réu), contra a decisão interlocutória proferida pelo Juízo da 6ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal (Id. 15970566 – pp. 26/33) que, nos autos da Ação Civil Pública (Processo n.º 0703048-02.2020.8.07.0018), deferiu parcialmente o pedido de antecipação de tutela para suspender novos repasses às empresas rés de qualquer quantia referente ao denominado “auxílio emergencial”, constante no Processo Administrativo nº 00090.00008369/2020-97 – SEMOB/DF”, indeferiu “o pedido de antecipação da tutela recursal, reservando-me, portanto, do direito de reapreciar o pedido, por ocasião do julgamento do mérito.”.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 22.100/19e

Em 15.10.2020⁴⁴, foram publicadas as **Portarias n.ºs 151/2020**⁴⁵, **152/2020**⁴⁶, **153/2020**⁴⁷, **154/2020**⁴⁸, **155/2020**⁴⁹, **156/2020**⁵⁰, **157/2020**⁵¹ e

44

https://dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2020|10_Outubro|DODF%20196%2015-10-2020|&arquivo=DODF%20196%2015-10-2020%20INTEGRA.pdf

⁴⁵ O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, II, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto n.º 38.036, de 03 de março de 2017, Considerando as conclusões objeto do Relatório SEI-GDF nº 2/2019 - SEMOB/GAB/AJL, SEI 26244396, do Grupo de Trabalho da portaria n. 10/19, que teve como objetivo reavaliar as revisões das tarifas técnicas das Concessionárias do STPC/DF, homologadas entre 2015 e 2018;

Considerando os termos da Informação Técnica SEI-GDF nº 4/2019 - SEMOB/GAB/AJL, SEI 28847760, reportadas ao Grupo de Trabalho em face das contestações apresentadas pela Urbi Mobilidade Urbana, contidas no Ofício nº 258/2019-URBI (28155342, 28155599, 28155747);

Considerando que as revisões das tarifas técnicas devem se amoldar ao disposto no art. 9º da Lei n. 8987/95, no art. 58, § 1º da Lei n. 8.666/93 e aos termos do Edital e das propostas, conforme disposto no item "a" do Relatório SEI-GDF nº 2/2019 - SEMOB/GAB/AJL, SEI 26244396; Considerando que as revisões de tarifas que se operaram ao abrigo das Portarias SEMOB nº s. 22/2016 e nº s. 56, 57, 58, 59 e 60 de 2018, questionadas na Nota Técnica SEI-GDF n. 2/2019, foram objeto de estudo e análise da Diretoria de Custos, Tarifas e Receitas, pela Nota Técnica SEI n. 01/2019 - SEMOB/ST/SUACOG/DITAR (26007748);

Considerando a análise do grupo de trabalho de toda a documentação acostada aos autos, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 01/2019, da Diretoria de Custos, Tarifas e Receitas (26007748), chegou-se à conclusão de que as revisões das tarifas técnicas ocorridas por meio das Portarias 22/2016 e 56 a 60/2018, estão em desacordo com o edital/contrato, legislação que rege a matéria e, desnaturam os termos das propostas vencedoras, onerando indevidamente e significativamente os cofres do GDF;

Considerando ainda, que a simulação dos cenários de revisão tarifária, realizada pela Diretoria de Custos, Tarifas e Receitas (Nota Técnica SEI 01/2019 e cálculos (doc. 26003797), nos termos das propostas vencedoras, sem a TIR Modificada, em comparação com os estudos da FGV, que propôs a utilização da TIR Modificada, implicou na edição das Portarias nº s. 25/2015, 26/2016 e 56 a 60 do ano de 2018, que devem ser anuladas pelos vícios apontados, nos termos do Relatório SEI-GDF nº 2/2019 - SEMOB/GAB/AJL, SEI 26244396; resolve:

⁴⁶ O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, II, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 38.036, de 03 de março de 2017, e:

Considerando o disposto na Cláusula XVII – Da Revisão da Tarifa, dos Contratos de Concessão firmados em face da Concorrência nº 01/2011-ST, o qual estabelece que a tarifa técnica será revisada, a qualquer momento, para restabelecer a equação originária entre os encargos da concessionária e as receitas da concessão;

Considerando que as revisões das tarifas técnicas devem se amoldar ao disposto no art. 9º da Lei nº 8.987/95, no art. 58, § 1º da Lei nº 8.666/93 e aos termos do Edital e das propostas;

Considerando o Relatório SEI-GDF nº 2/2019 - SEMOB/GAB/AJL, SEI 26244396, do Grupo de Trabalho da Portaria Conjunta nº 10/2019, que teve como objetivo reavaliar as revisões das tarifas técnicas das Concessionárias do STPC/DF, homologadas entre 2015 e 2018;

Considerando a recomendação de anulação da Portaria n. 58/2018 no Relatório SEIGDF nº 2/2029-SEMOB/GAB/AJL, por estarem em desacordo com o Edital/contrato e legislação de regência (Lei n. 8.987/95, art. 58§ 1º da Lei n. 8.666/93;

Considerando a anulação da Portaria nº 58/2018, de 02/08/2018;

Considerando os termos da Nota Informativa nº 8/2020 - SEMOB/GAB/AESP, SEI 43888054, exarada pela Assessoria Especial de Parcerias/SEMOB, que elucida a divergência de resultados entre duas planilhas propostas para o cálculo da tarifa técnica do STPC-DF, visando preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato das Concessionárias do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF; e

Considerando a fundamentação consignada pela MM Juíza da 6ª Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal, no bojo da decisão de cognição sumária exarada na Ação Civil Pública n. 0703048-02.2020.8.07.0018, proposta pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, de que:

"Igualmente que, a solução emergencial de socorro não tem previsão no orçamento da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade, na medida em que o instrumento apropriado para prover o equilíbrio econômico-financeiro será a revisão da tarifa técnica".

Considerando a análise da Procuradoria-Geral de Contencioso no Despacho PGDF/GAB/PRODEC, de 06 de outubro (48521043) e Despacho - PGDF/PGCONS/CHEFIA de 07 de outubro de 2020;

Considerando os termos da Nota Jurídica 212 (48750202);

Considerando que nos termos da Cláusula XI-Do Risco Geral de Redução da Quantidade de Passageiros, "O CONCEDENTE assumirá o risco de redução da quantidade de passageiros pagantes em relação aos números apresentados no PROJETO BÁSICO, que nortearam a elaboração da PROPOSTA FINANCEIRA, promovendo o ajuste do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, nos termos deste CONTRATO"

Considerando a Cláusula XII - Do Equilíbrio Econômico-Financeiro do CONTRATO, item 3 que "A TARIFA TÉCNICA será preservada pelas regras de reajuste e de revisão previstas neste CONTRATO, como finalidade de que seja assegurada, em caráter permanente, a manutenção da equação econômico-financeira do CONTRATO.

Considerando a Cláusula XV - Do Sistema Tarifário, item 2 de que "A remuneração da CONCESSIONÁRIA corresponderá ao valor de sua TARIFA TÉCNICA, devidamente atualizado conforme as hipóteses de reajuste e revisão previstas neste CONTRATO DE CONCESSÃO, multiplicado pelo número de PASSAGEIROS PAGANTES TRANSPORTADOS por ela;

Considerando a Cláusula XVII - Da Revisão da TARIFA, item 1 de que "A TARIFA TÉCNICA será revisada, a qualquer momento, para restabelecer a equação originária entre os encargos da CONCESSIONÁRIA e as receitas da concessão, formadas pelas regras do presente CONTRATO e do Edital de Licitação, bem como pelas planilhas apresentadas na PROPOSTA FINANCEIRA vencedora da licitação, sempre que ocorrerem quaisquer situações que afetem o equilíbrio econômico-financeiro da concessão;

Considerando a Cláusula XVII - Da Revisão da TARIFA, item 2 de que "Qualquer alteração nos encargos da CONCESSIONÁRIA, sem o proporcional ajuste de remuneração, importará na obrigação do CONCEDENTE de recompor o equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 22.100/19e

Considerando o disposto no item 3 da mesma Cláusula XVII de que "Para os efeitos previstos nos itens anteriores, a revisão dar-se-á, dentre outros, nos seguintes casos, além daqueles já previstos no presente instrumento, que poderão ocorrer simultaneamente ou não: ... "b sempre que ocorrer variação na demanda de passageiros pagantes transportados pela CONCESSIONÁRIA, para mais ou para menos, em relação à utilizada como base da TARIFA TÉCNICA em vigor, Considerando sempre a média apurada no período retroativo de 12 (doze) meses".

Considerando o disposto no item 4 da Cláusula XII de que "Nos processos de revisão tarifária, a aferição da TARIFA TÉCNICA, para reequilíbrio do CONTRATO será realizada por meio das planilhas apresentadas na PROPOSTA FINANCEIRA vencedora da licitação, assegurando-se a proteção, ao longo do CONTRATO, dos elementos de mérito TIR(Taxa Interna de Retorno) e Valor Presente Líquido (VPL) indicados na planilha de fluxo de caixa apresentada pela CONCESSIONÁRIA na referida proposta, ressalvado o disposto nos itens 7 e 9 da cláusula sexta do presente instrumento.

Considerando o disposto no item 5 da Cláusula XII de que "O processo de revisão será realizado sempre que ocorrer qualquer das situações, previstas no presente CONTRATO, que imponha a sua ocorrência e terá início, de ofício, pelo CONCEDENTE, ou mediante requerimento formulado pela CONCESSIONÁRIA.

Considerando o disposto no item 6 da Cláusula XII de que "O CONCEDENTE terá o prazo de até 60 (sessenta) dias para decidir o processo a que alude o item anterior, contado da data de sua instauração de ofício ou mediante requerimento da CONCESSIONÁRIA, assegurando, previamente, no período, as garantias do contraditório, dos esclarecimentos e das justificativas que se façam necessários por parte da CONCESSIONÁRIA.

Considerando o disposto no item 7 da Cláusula XII de que "Uma vez confirmada a necessidade de revisão da TARIFA TÉCNICA, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, a SECRETARIA expedirá ato administrativo alterando o valor da TARIFA TÉCNICA e encaminhará o processo ao Chefe do Poder Executivo do Distrito Federal, a quem caberá decretar os valores de TARIFA USUÁRIO e/ou ajustar, se for o caso, o SUBSÍDIO em montante suficiente para incrementar recursos na CONTA DE COMPENSAÇÃO e garantir o pagamento da REMUNERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA"

Considerando o disposto na CLÁUSULA XXX - Da Alteração do Contrato, item 4 de que "Os reajustes e revisões do valor da TARIFA TÉCNICA, nos casos previstos neste CONTRATO, não caracterizam alteração contratual;

Considerando que esta Secretaria primou pelo exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, previstos, em especial, no art. 5º, LV da Constituição Federal e nos Artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; resolve:

⁴⁷ O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, II, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 38.036, de 03 de março de 2017,

Considerando as conclusões alcançadas no Relatório SEI-GDF nº 2/2019 -SEMOB/GAB/AJL, SEI 26244396, do Grupo de Trabalho que teve como objetivo reavaliar as revisões das tarifas técnicas das Concessionárias do STPC/DF, homologadas entre 2015 e 2018;

Considerando que as revisões das tarifas técnicas devem se amoldar ao disposto no art. 9º da Lei n. 8.987/95, no art. 58, § 1º da Lei n. 8.666/93 e aos termos do Edital e das propostas, conforme disposto no item "a" do Relatório SEI-GDF nº 2/2019 -SEMOB/GAB/AJL, SEI 26244396;

Considerando que as revisões de tarifas que se operaram ao abrigo das Portarias SEMOB nº s. 22/2016 e nº s. 56, 57, 58, 59 e 60 de 2018, questionadas na Nota Técnica SEI-GDF n. 2/2019, foram objeto de estudo e análise da Diretoria de Custos, Tarifas e Receitas, pela Nota Técnica SEI n. 01/2019 - SEMOB/ST/SUACOG/DITAR (26007748);

Considerando a análise do grupo de trabalho de toda a documentação acostada aos autos, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 01/2019, da Diretoria de Custos, Tarifas e Receitas (26007748), chegou-se à conclusão de que as revisões das tarifas técnicas ocorridas por meio das Portarias 22/2016 e 56 a 60/2018, estão em desacordo com o edital/contrato, legislação que rege a matéria e, desnaturam os termos das propostas vencedoras, onerando indevidamente e significativamente os cofres do GDF;

Considerando ainda, que a simulação dos cenários de revisão tarifária, realizada pela Diretoria de Custos, Tarifas e Receitas (Nota Técnica SEI 01/2019 e cálculos (doc. 26003797), nos termos das propostas vencedoras, sem a TIR Modificada, em comparação com os estudos da FGV, que propôs a utilização da TIR Modificada, implicou na edição das Portarias nº s. 25/2015, 26/2016 e 56 a 60 do ano de 2018, que devem ser anuladas pelos vícios apontados, nos termos do Relatório SEI-GDF nº 2/2019 - SEMOB/GAB/AJL, SEI 26244396; resolve:

⁴⁸ O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, II, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 38.036, de 03 de março de 2017, e:

Considerando o disposto na Cláusula XVII – Da Revisão da Tarifa, dos Contratos de Concessão firmados em face da Concorrência nº 01/2011-ST, o qual estabelece que a tarifa técnica será revisada, a qualquer momento, para restabelecer a equação originária entre os encargos da concessionária e as receitas da concessão;

Considerando que as revisões das tarifas técnicas devem se amoldar ao disposto no art. 9º da Lei nº 8.987/95, no art. 58, § 1º da Lei nº 8.666/93 e aos termos do Edital e das propostas;

Considerando o Relatório SEI-GDF nº 2/2019 - SEMOB/GAB/AJL, SEI 26244396, que versa sobre os estudos realizados pelo do Grupo de Trabalho da Portaria Conjunta nº 10/2019, que teve como objetivo reavaliar as revisões das tarifas técnicas das Concessionárias do STPC/DF, homologadas entre 2015 e 2018;

Considerando os termos da Nota Informativa nº 8/2020 - SEMOB/GAB/AESP, SEI 43888054, exarada pela Assessoria Especial de Parcerias/SEMOB que elucida a divergência de resultados entre duas planilhas propostas para o cálculo da tarifa técnica do STPC-DF, visando preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato das Concessionárias do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF; e

Considerando a fundamentação consignada pela MM Juíza da 6ª Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal, no bojo da decisão de cognição sumária exarada na Ação Civil Pública n. 0703048-02.2020.8.07.0018, proposta pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, de que: "Igualmente que, a solução emergencial de socorro não tem previsão no orçamento da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade, na medida em que o instrumento apropriado para prover o equilíbrio econômico-financeiro será a revisão da tarifa técnica".

Considerando a análise da Procuradoria-Geral de Contencioso no Despacho PGDF/GAB/PRODEC, de 06 de outubro (48521043) e Despacho - PGDF/PGCONS/CHEFIA de 07 de outubro de 2020;

Considerando os termos da Nota Jurídica 212 (48750202);

Considerando que nos termos da Cláusula XI- Do Risco Geral de Redução da Quantidade de Passageiros, " O CONCEDENTE assumirá o risco de redução da quantidade de passageiros pagantes em relação aos números apresentados no PROJETO BÁSICO, que nortearam a elaboração da PROPOSTA FINANCEIRA, promovendo o ajuste do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, nos termos deste CONTRATO"

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 22.100/19e

Considerando a Cláusula XII - Do Equilíbrio Econômico-Financeiro do CONTRATO, item 3 que "A TARIFA TÉCNICA será preservada pelas regras de reajuste e de revisão previstas neste CONTRATO, com finalidade de que seja assegurada, em caráter permanente, a manutenção da equação econômico-financeira do CONTRATO.

Considerando a Cláusula XV - Do Sistema Tarifário, item 2 de que "A remuneração da CONCESSIONÁRIA corresponderá ao valor de sua TARIFA TÉCNICA, devidamente atualizado conforme as hipóteses de reajuste e revisão previstas neste CONTRATO DE CONCESSÃO, multiplicado pelo número de PASSAGEIROS PAGANTES TRANSPORTADOS por ela;

Considerando a Cláusula XVII - Da Revisão da TARIFA, item 1 de que "A TARIFA TÉCNICA será revisada, a qualquer momento, para restabelecer a equação originária entre os encargos da CONCESSIONÁRIA e as receitas da concessão, formadas pelas regras do presente CONTRATO e do Edital de Licitação, bem como pelas planilhas apresentadas na PROPOSTA FINANCEIRA vencedora da licitação, sempre que ocorrerem quaisquer situações que afetem o equilíbrio econômico-financeiro da concessão;

Considerando a Cláusula XVII - Da Revisão da TARIFA, item 2 de que "Qualquer alteração nos encargos da CONCESSIONÁRIA, sem o proporcional ajuste de remuneração, importará na obrigação do CONCEDENTE de recompor o equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO.

Considerando o disposto no item 3 da mesma Cláusula XVII de que "Para os efeitos previstos nos itens anteriores, a revisão dar-se-á, dentre outros, nos seguintes casos, além daqueles já previstos no presente instrumento, que poderão ocorrer simultaneamente ou não: ... "b sempre que ocorrer variação na demanda de passageiros pagantes transportados pela CONCESSIONÁRIA, para mais ou para menos, em relação à utilizada como base da TARIFA TÉCNICA em vigor,

Considerando sempre a média apurada no período retroativo de 12 (doze) meses"

Considerando o disposto no item 4 da Cláusula XII de que "Nos processos de revisão tarifária, a aferição da TARIFA TÉCNICA, para reequilíbrio do CONTRATO será realizada por meio das planilhas apresentadas na PROPOSTA FINANCEIRA vencedora da licitação, assegurando-se a proteção, ao longo do CONTRATO, dos elementos de mérito TIR(Taxa Interna de Retorno) e Valor Presente Líquido (VPL) indicados na planilha de fluxo de caixa apresentada pela CONCESSIONÁRIA na referida proposta, ressalvado o disposto nos itens 7 e 9 da cláusula sexta do presente instrumento.

Considerando o disposto no item 5 da Cláusula XII de que "O processo de revisão será realizado sempre que ocorrer qualquer das situações, previstas no presente CONTRATO, que imponha a sua ocorrência e terá início, de ofício, pelo CONCEDENTE, ou mediante requerimento formulado pela CONCESSIONÁRIA.

Considerando o disposto no item 6 da Cláusula XII de que "O CONCEDENTE terá o prazo de até 60 (sessenta) dias para decidir o processo a que alude o item anterior, contado da data de sua instauração de ofício ou mediante requerimento da CONCESSIONÁRIA, assegurando, previamente, no período, as garantias do contraditório, dos esclarecimentos e das justificativas que se façam necessários por parte da CONCESSIONÁRIA.

Considerando o disposto no item 7 da Cláusula XII de que "Uma vez confirmada a necessidade de revisão da TARIFA TÉCNICA, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, a SECRETARIA expedirá ato administrativo alterando o valor da TARIFA TÉCNICA e encaminhará o processo ao Chefe do Poder Executivo do Distrito Federal, a quem caberá decretar os valores de TARIFA USUÁRIO e/ou ajustar, se for o caso, o SUBSÍDIO em montante suficiente para incrementar recursos na CONTA DE COMPENSAÇÃO e garantir o pagamento da REMUNERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA"

Considerando o disposto na CLÁUSULA XXX - Da Alteração do Contrato, item 4 de que "Os reajustes e revisões do valor da TARIFA TÉCNICA, nos casos previstos neste CONTRATO, não caracterizam alteração contratual;

Considerando que esta Secretaria primou pelo exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, previstos, em especial, no art. 5º, LV da Constituição Federal e nos Artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; resolve:

⁴⁹ O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, II, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 38.036, de 03 de março de 2017, e:

Considerando o disposto na Cláusula XVII - Da Revisão da Tarifa, dos Contratos de Concessão firmados em face da Concorrência nº 01/2011-ST, o qual estabelece que a tarifa técnica será revisada, a qualquer momento, para restabelecer a equação originária entre os encargos da concessionária e as receitas da concessão;

Considerando que as revisões das tarifas técnicas devem se amoldar ao disposto no art. 9º da Lei nº 8.987/95, no art. 58, § 1º da Lei nº 8.666/93 e aos termos do Edital e das propostas;

Considerando o Relatório SEI-GDF nº 2/2019 - SEMOB/GAB/AJL, SEI 26244396, que versa sobre os estudos realizados pelo do Grupo de Trabalho da Portaria Conjunta nº 10/2019, que teve como objetivo reavaliar as revisões das tarifas técnicas das Concessionárias do STPC/DF, homologadas entre 2015 e 2018;

Considerando os termos da Nota Informativa nº 8/2020 - SEMOB/GAB/AESP, SEI 43888054, exarada pela Assessoria Especial de Parcerias/SEMOB que elucida a divergência de resultados entre duas planilhas propostas para o cálculo da tarifa técnica do STPC-DF, visando preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato das Concessionárias do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF; e

Considerando a fundamentação consignada pela MM Juíza da 6ª Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal, no bojo da decisão de cognição sumária exarada na Ação Civil Pública n. 0703048-02.2020.8.07.0018, proposta pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, de que: "Igualmente que, a solução emergencial de socorro não tem previsão no orçamento da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade, na medida em que o instrumento apropriado para prover o equilíbrio econômico-financeiro será a revisão da tarifa técnica".

Considerando a análise da Procuradoria-Geral de Contencioso no Despacho PGDF/GAB/PRODEC, de 06 de outubro (48521043) e Despacho - PGDF/PGCONS/CHEFIA de 07 de outubro de 2020;

Considerando os termos da Nota Jurídica 212 (48750202);

Considerando que nos termos da Cláusula XI- Do Risco Geral de Redução da Quantidade de Passageiros, " O CONCEDENTE assumirá o risco de redução da quantidade de passageiros pagantes em relação aos números apresentados no PROJETO BÁSICO, que nortearam a elaboração da PROPOSTA FINANCEIRA, promovendo o ajuste do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, nos termos deste CONTRATO"

Considerando a Cláusula XII - Do Equilíbrio Econômico-Financeiro do CONTRATO, item 3 que "A TARIFA TÉCNICA será preservada pelas regras de reajuste e de revisão previstas neste CONTRATO, com finalidade de que seja assegurada, em caráter permanente, a manutenção da equação econômico-financeira do CONTRATO.

Considerando a Cláusula XV - Do Sistema Tarifário, item 2 de que "A remuneração da CONCESSIONÁRIA corresponderá ao valor de sua TARIFA TÉCNICA, devidamente atualizado conforme as hipóteses de reajuste e revisão previstas neste CONTRATO DE CONCESSÃO, multiplicado pelo número de PASSAGEIROS PAGANTES TRANSPORTADOS por ela;

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 22.100/19e

Considerando a Cláusula XVII - Da Revisão da TARIFA, item 1 de que "A TARIFA TÉCNICA será revisada, a qualquer momento, para restabelecer a equação originária entre os encargos da CONCESSIONÁRIA e as receitas da concessão, formadas pelas regras do presente CONTRATO e do Edital de Licitação, bem como pelas planilhas apresentadas na PROPOSTA FINANCEIRA vencedora da licitação, sempre que ocorrerem quaisquer situações que afetem o equilíbrio econômico-financeiro da concessão;

Considerando a Cláusula XVII - Da Revisão da TARIFA, item 2 de que "Qualquer alteração nos encargos da CONCESSIONÁRIA, sem o proporcional ajuste de remuneração, importará na obrigação do CONCEDENTE de recompor o equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO.

Considerando o disposto no item 3 da mesma Cláusula XVII de que "Para os efeitos previstos nos itens anteriores, a revisão dar-se-á, dentre outros, nos seguintes casos, além daqueles já previstos no presente instrumento, que poderão ocorrer simultaneamente ou não: ... "b sempre que ocorrer variação na demanda de passageiros pagantes transportados pela CONCESSIONÁRIA, para mais ou para menos, em relação à utilizada como base da TARIFA TÉCNICA em vigor,

Considerando sempre a média apurada no período retroativo de 12 (doze) meses"

Considerando o disposto no item 4 da Cláusula XII de que "Nos processos de revisão tarifária, a aferição da TARIFA TÉCNICA, para reequilíbrio do CONTRATO será realizada por meio das planilhas apresentadas na PROPOSTA FINANCEIRA vencedora da licitação, assegurando-se a proteção, ao longo do CONTRATO, dos elementos de mérito TIR(Taxa Interna de Retorno) e Valor Presente Líquido (VPL) indicados na planilha de fluxo de caixa apresentada pela CONCESSIONÁRIA na referida proposta, ressalvado o disposto nos itens 7 e 9 da cláusula sexta do presente instrumento.

Considerando o disposto no item 5 da Cláusula XII de que "O processo de revisão será realizado sempre que ocorrer qualquer das situações, previstas no presente CONTRATO, que imponha a sua ocorrência e terá início, de ofício, pelo CONCEDENTE, ou mediante requerimento formulado pela CONCESSIONÁRIA.

Considerando o disposto no item 6 da Cláusula XII de que "O CONCEDENTE terá o prazo de até 60 (sessenta) dias para decidir o processo a que alude o item anterior, contado da data de sua instauração de ofício ou mediante requerimento da CONCESSIONÁRIA, assegurando, previamente, no período, as garantias do contraditório, dos esclarecimentos e das justificativas que se façam necessários por parte da CONCESSIONÁRIA.

Considerando o disposto no item 7 da Cláusula XII de que "Uma vez confirmada a necessidade de revisão da TARIFA TÉCNICA, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, a SECRETARIA expedirá ato administrativo alterando o valor da TARIFA TÉCNICA e encaminhará o processo ao Chefe do Poder Executivo do Distrito Federal, a quem caberá decretar os valores de TARIFA USUÁRIO e/ou ajustar, se for o caso, o SUBSÍDIO em montante suficiente para incrementar recursos na CONTA DE COMPENSAÇÃO e garantir o pagamento da REMUNERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA"

Considerando o disposto na CLÁUSULA XXX - Da Alteração do Contrato, item 4 de que "Os reajustes e revisões do valor da TARIFA TÉCNICA, nos casos previstos neste CONTRATO, não caracterizam alteração contratual;

Considerando que esta Secretaria primou pelo exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, previstos, em especial, no art. 5º, LV da Constituição Federal e nos Artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; resolve:

⁵⁰ O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, II, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 38.036, de 03 de março de 2017,

Considerando as conclusões objeto do Relatório SEI-GDF nº 2/2019 - SEMOB/GAB/AJL, SEI 26244396, do Grupo de Trabalho que teve como objetivo reavaliar as revisões das tarifas técnicas das Concessionárias do STPC/DF, homologadas entre 2015 e 2018;

Considerando que as revisões das tarifas técnicas devem se amoldar ao disposto no art. 9º da Lei n. 8.987/95, no art. 58, § 1º da Lei n. 8.666/93 e aos termos do Edital e das propostas, conforme disposto no item "a" do Relatório SEI-GDF nº 2/2019 - SEMOB/GAB/AJL, SEI 26244396;

Considerando que as revisões de tarifas que se operaram ao abrigo das Portarias SEMOB nº s. 22/2016 e nº s. 56, 57, 58, 59 e 60 de 2018, questionadas na Nota Técnica SEI-GDF n. 2/2019, foram objeto de estudo e análise da Diretoria de Custos, Tarifas e Receitas, pela Nota Técnica SEI n. 01/2019 - SEMOB/ST/SUACOG/DITAR (26007748);

Considerando a análise do grupo de trabalho de toda a documentação acostada aos autos, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 01/2019, da Diretoria de Custos, Tarifas e Receitas (26007748), chegou-se à conclusão de que as revisões das tarifas técnicas ocorridas por meio das Portarias 22/2016 e 56 a 60/2018, estão em desacordo com o edital/contrato, legislação que rege a matéria e, desnaturam os termos das propostas vencedoras, onerando indevidamente e significativamente os cofres do GDF;

Considerando ainda, que a simulação dos cenários de revisão tarifária, realizada pela Diretoria de Custos, Tarifas e Receitas (Nota Técnica SEI 01/2019 e cálculos (doc. 26003797), nos termos das propostas vencedoras, sem a TIR Modificada, em comparação com os estudos da FGV, que propôs a utilização da TIR Modificada, implicou na edição das Portarias nº s. 22/2016 e 56 a 60 do ano de 2018, que devem ser anuladas pelos vícios apontados, nos termos do Relatório SEI-GDF nº 2/2019 - SEMOB/GAB/AJL, SEI 26244396; resolve:

⁵¹ O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, II, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 38.036, de 03 de março de 2017, e:

Considerando o disposto na Cláusula XVII – Da Revisão da Tarifa, dos Contratos de Concessão firmados em face da Concorrência nº 01/2011-ST, o qual estabelece que a tarifa técnica será revisada, a qualquer momento, para restabelecer a equação originária entre os encargos da concessionária e as receitas da concessão;

Considerando que as revisões das tarifas técnicas devem se amoldar ao disposto no art. 9º da Lei nº 8.987/95, no art. 58, § 1º da Lei nº 8.666/93 e aos termos do Edital e das propostas;

Considerando o Relatório SEI-GDF nº 2/2019 - SEMOB/GAB/AJL, SEI 26244396, que versa sobre os estudos realizados pelo do Grupo de Trabalho da Portaria Conjunta nº 10/2019, que teve como objetivo reavaliar as revisões das tarifas técnicas das Concessionárias do STPC/DF, homologadas entre 2015 e 2018;

Considerando os termos da Nota Informativa nº 8/2020 - SEMOB/GAB/AESP, SEI 43888054, exarada pela Assessoria Especial de Parcerias/SEMOB que elucida a divergência de resultados entre duas planilhas propostas para o cálculo da tarifa técnica do STPC-DF, visando preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato das Concessionárias do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF; e

Considerando a fundamentação consignada pela MM Juíza da 6ª Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal, no bojo da decisão de cognição sumária exarada na Ação Civil Pública n. 0703048-02.2020.8.07.0018, proposta pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, de que: "Igualmente que, a solução emergencial de socorro não tem previsão no orçamento da

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 22.100/19e

158/2020⁵² – Semob/DF, que, em suma, anularam a Portaria n.º 22/2016 e aquelas editadas com base no estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV que

Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade, na medida em que o instrumento apropriado para prover o equilíbrio econômico-financeiro será a revisão da tarifa técnica".

Considerando a análise da Procuradoria-Geral de Contencioso no Despacho PGDF/GAB/PRODEC, de 06 de outubro (48521043) e Despacho - PGDF/PGCONS/CHEFIA de 07 de outubro de 2020;

Considerando os termos da Nota Jurídica 212 (48750202);

Considerando que nos termos da Cláusula XI- Do Risco Geral de Redução da Quantidade de Passageiros, "O CONCEDENTE assumirá o risco de redução da quantidade de passageiros pagantes em relação aos números apresentados no PROJETO BÁSICO, que nortearam a elaboração da PROPOSTA FINANCEIRA, promovendo o ajuste do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, nos termos deste CONTRATO"

Considerando a Cláusula XII - Do Equilíbrio Econômico-Financeiro do CONTRATO, item 3 que "A TARIFA TÉCNICA será preservada pelas regras de reajuste e de revisão previstas neste CONTRATO, coma finalidade de que seja assegurada, em caráter permanente, a manutenção da equação econômico-financeira do CONTRATO.

Considerando a Cláusula XV - Do Sistema Tarifário, item 2 de que "A remuneração da CONCESSIONÁRIA corresponderá ao valor de sua TARIFA TÉCNICA, devidamente atualizado conforme as hipóteses de reajuste e revisão previstas neste CONTRATO DE CONCESSÃO, multiplicado pelo número de PASSAGEIROS PAGANTES TRANSPORTADOS por ela;

Considerando a Cláusula XVII - Da Revisão da TARIFA, item 1 de que "A TARIFA TÉCNICA será revisada, a qualquer momento, para restabelecer a equação originária entre os encargos da CONCESSIONÁRIA e as receitas da concessão, formadas pelas regras do presente CONTRATO e do Edital de Licitação, bem como pelas planilhas apresentadas na PROPOSTA FINANCEIRA vencedora da licitação, sempre que ocorrerem quaisquer situações que afetem o equilíbrio econômico-financeiro da concessão;

Considerando a Cláusula XVII - Da Revisão da TARIFA, item 2 de que "Qualquer alteração nos encargos da CONCESSIONÁRIA, sem o proporcional ajuste de remuneração, importará na obrigação do CONCEDENTE de recompor o equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO.

Considerando o disposto no item 3 da mesma Cláusula XVII de que "Para os efeitos previstos nos itens anteriores, a revisão dar-se-á, dentre outros, nos seguintes casos, além daqueles já previstos no presente instrumento, que poderão ocorrer simultaneamente ou não: ... "b sempre que ocorrer variação na demanda de passageiros pagantes transportados pela CONCESSIONÁRIA, para mais ou para menos, em relação à utilizada como base da TARIFA TÉCNICA em vigor,

Considerando sempre a média apurada no período retroativo de 12 (doze) meses"

Considerando o disposto no item 4 da Cláusula XII de que "Nos processos de revisão tarifária, a aferição da TARIFA TÉCNICA, para reequilíbrio do CONTRATO será realizada por meio das planilhas apresentadas na PROPOSTA FINANCEIRA vencedora da licitação, assegurando-se a proteção, ao longo do CONTRATO, dos elementos de mérito TIR(Taxa Interna de Retorno) e Valor Presente Líquido (VPL) indicados na planilha de fluxo de caixa apresentada pela CONCESSIONÁRIA na referida proposta, ressalvado o disposto nos itens 7 e 9 da cláusula sexta do presente instrumento.

Considerando o disposto no item 5 da Cláusula XII de que "O processo de revisão será realizado sempre que ocorrer qualquer das situações, previstas no presente CONTRATO, que imponha a sua ocorrência e terá início, de ofício, pelo CONCEDENTE, ou mediante requerimento formulado pela CONCESSIONÁRIA.

Considerando o disposto no item 6 da Cláusula XII de que "O CONCEDENTE terá o prazo de até 60 (sessenta) dias para decidir o processo a que alude o item anterior, contado da data de sua instauração de ofício ou mediante requerimento da CONCESSIONÁRIA, assegurando, previamente, no período, as garantias do contraditório, dos esclarecimentos e das justificativas que se façam necessários por parte da CONCESSIONÁRIA.

Considerando o disposto no item 7 da Cláusula XII de que "Uma vez confirmada a necessidade de revisão da TARIFA TÉCNICA, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, a SECRETARIA expedirá ato administrativo alterando o valor da TARIFA TÉCNICA e encaminhará o processo ao Chefe do Poder Executivo do Distrito Federal, a quem caberá decretar os valores de TARIFA USUÁRIO e/ou ajustar, se for o caso, o SUBSÍDIO em montante suficiente para incrementar recursos na CONTA DE COMPENSAÇÃO e garantir o pagamento da REMUNERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA"

Considerando o disposto na CLÁUSULA XXX - Da Alteração do Contrato, item 4 de que "Os reajustes e revisões do valor da TARIFA TÉCNICA, nos casos previstos neste CONTRATO, não caracterizam alteração contratual;

Considerando que esta Secretaria primou pelo exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, previstos, em especial, no art. 5º, LV da Constituição Federal e nos Artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; resolve:

⁵² O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, II, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 38.036, de 03 de março de 2017, e:

Considerando o disposto na Cláusula XVII – Da Revisão da Tarifa, dos Contratos de Concessão firmados em face da Concorrência nº 01/2011-ST, o qual estabelece que a tarifa técnica será revisada, a qualquer momento, para restabelecer a equação originária entre os encargos da concessionária e as receitas da concessão;

Considerando que as revisões das tarifas técnicas devem se amoldar ao disposto no art. 9º da Lei nº 8.987/95, no art. 58, § 1º da Lei nº 8.666/93 e aos termos do Edital e das propostas;

Considerando o Relatório SEI-GDF nº 2/2019 - SEMOB/GAB/AJL, SEI 26244396, que versa sobre os estudos realizados pelo do Grupo de Trabalho da Portaria Conjunta nº 10/2019, que teve como objetivo reavaliar as revisões das tarifas técnicas das Concessionárias do STPC/DF, homologadas entre 2015 e 2018;

Considerando os termos da Nota Informativa nº 8/2020 - SEMOB/GAB/AESP, SEI 43888054, exarada pela Assessoria Especial de Parcerias/SEMOB que elucida a divergência de resultados entre duas planilhas propostas para o cálculo da tarifa técnica do STPC-DF, visando preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato das Concessionárias do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF; e

Considerando o disposto na Cláusula XVII – Da Revisão da Tarifa, dos Contratos de Concessão firmados em face da Concorrência nº 01/2011-ST, o qual estabelece que a tarifa técnica será revisada, a qualquer momento, para restabelecer a equação originária entre os encargos da concessionária e as receitas da concessão;

Considerando que as revisões das tarifas técnicas devem se amoldar ao disposto no art. 9º da Lei nº 8.987/95, no art. 58, § 1º da Lei nº 8.666/93 e aos termos do Edital e das propostas;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 22.100/19e

ainda estavam em vigor (de n.ºs 58/2018 a 60/2018), bem como revisaram as tarifas técnicas dos Contratos de Concessão celebrados com as empresas Viação Pioneira Ltda. e Viação Piracicabana Ltda., conforme reproduzido a seguir:

"PORTARIA Nº 151, DE 09 DE OUTUBRO DE 2020

(...) Art. 1º Anular as Portarias nº 22/2016 de 18/7/16 e nº 58/2018, de 02 de agosto de 2018, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF nº 147, de 03 de agosto de 2018, página 26.

Considerando o Relatório SEI-GDF nº 2/2019 - SEMOB/GAB/AJL, SEI 26244396, do Grupo de Trabalho da Portaria Conjunta nº 10/2019, que teve como objetivo reavaliar as revisões das tarifas técnicas das Concessionárias do STPC/DF, homologadas entre 2015 e 2018;

Considerando a recomendação de anulação da Portaria n. 58/2018 no Relatório SEI-GDF nº 2/2029-SEMOB/GAB/AJL, por estarem em desacordo com o Edital/contrato e legislação de regência (Lei n. 8.987/95, art. 58§ 1º da Lei n. 8.666/93;

Considerando a anulação da Portaria nº 58/2018, de 02/08/2018;

Considerando os termos da Nota Informativa nº 8/2020 - SEMOB/GAB/AESP, SEI 43888054, exarada pela Assessoria Especial de Parcerias/SEMOB, que elucida a divergência de resultados entre duas planilhas propostas para o cálculo da tarifa técnica do STPC-DF, visando preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato das Concessionárias do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF; e

Considerando a fundamentação consignada pela MM Juíza da 6ª Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal, no bojo da decisão de cognição sumária exarada na Ação Civil Pública n. 0703048-02.2020.8.07.0018, proposta pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, de que: "Igualmente que, a solução emergencial de socorro não tem previsão no orçamento da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade, na medida em que o instrumento apropriado para prover o equilíbrio econômico-financeiro será a revisão da tarifa técnica".

Considerando a análise da Procuradoria-Geral de Contencioso no Despacho PGDF/GAB/PRODEC, de 06 de outubro (48521043) e Despacho - PGDF/PGCONS/CHEFIA de 07 de outubro de 2020;

Considerando os termos da Nota Jurídica 212 (48750202);

Considerando que nos termos da Cláusula XI- Do Risco Geral de Redução da Quantidade de Passageiros, "O CONCEDENTE assumirá o risco de redução da quantidade de passageiros pagantes em relação aos números apresentados no PROJETO BÁSICO, que nortearam a elaboração da PROPOSTA FINANCEIRA, promovendo o ajuste do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, nos termos deste CONTRATO"

Considerando a Cláusula XII - Do Equilíbrio Econômico-Financeiro do CONTRATO, item 3 que "A TARIFA TÉCNICA será preservada pelas regras de reajuste e de revisão previstas neste CONTRATO, coma finalidade de que seja assegurada, em caráter permanente, a manutenção da equação econômico-financeira do CONTRATO.

Considerando a Cláusula XV - Do Sistema Tarifário, item 2 de que "A remuneração da CONCESSIONÁRIA corresponderá ao valor de sua TARIFA TÉCNICA, devidamente atualizado conforme as hipóteses de reajuste e revisão previstas neste CONTRATO DE CONCESSÃO, multiplicado pelo número de PASSAGEIROS PAGANTES TRANSPORTADOS por ela;

Considerando a Cláusula XVII - Da Revisão da TARIFA, item 1 de que "A TARIFA TÉCNICA será revisada, a qualquer momento, para restabelecer a equação originária entre os encargos da CONCESSIONÁRIA e as receitas da concessão, formadas pelas regras do presente CONTRATO e do Edital de Licitação, bem como pelas planilhas apresentadas na PROPOSTA FINANCEIRA vencedora da licitação, sempre que ocorrerem quaisquer situações que afetem o equilíbrio econômico-financeiro da concessão;

Considerando a Cláusula XVII - Da Revisão da TARIFA, item 2 de que "Qualquer alteração nos encargos da CONCESSIONÁRIA, sem o proporcional ajuste de remuneração, importará na obrigação do CONCEDENTE de recompor o equilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO.

Considerando o disposto no item 3 da mesma Cláusula XVII de que "Para os efeitos previstos nos itens anteriores, a revisão dar-se-á, dentre outros, nos seguintes casos, além daqueles já previstos no presente instrumento, que poderão ocorrer simultaneamente ou não: ... "b sempre que ocorrer variação na demanda de passageiros pagantes transportados pela CONCESSIONÁRIA, para mais ou para menos, em relação à utilizada como base da TARIFA TÉCNICA em vigor,

Considerando sempre a média apurada no período retroativo de 12 (doze) meses"

Considerando o disposto no item 4 da Cláusula XII de que "Nos processos de revisão tarifária, a aferição da TARIFA TÉCNICA, para reequilíbrio do CONTRATO será realizada por meio das planilhas apresentadas na PROPOSTA FINANCEIRA vencedora da licitação, assegurando-se a proteção, ao longo do CONTRATO, dos elementos de mérito TIR(Taxa Interna de Retorno) e Valor Presente Líquido (VPL) indicados na planilha de fluxo de caixa apresentada pela CONCESSIONÁRIA na referida proposta, ressalvado o disposto nos itens 7 e 9 da cláusula sexta do presente instrumento.

Considerando o disposto no item 5 da Cláusula XII de que "O processo de revisão será realizado sempre que ocorrer qualquer das situações, previstas no presente CONTRATO, que imponha a sua ocorrência e terá início, de ofício, pelo CONCEDENTE, ou mediante requerimento formulado pela CONCESSIONÁRIA.

Considerando o disposto no item 6 da Cláusula XII de que "O CONCEDENTE terá o prazo de até 60 (sessenta) dias para decidir o processo a que alude o item anterior, contado da data de sua instauração de ofício ou mediante requerimento da CONCESSIONÁRIA, assegurando, previamente, no período, as garantias do contraditório, dos esclarecimentos e das justificativas que se façam necessários por parte da CONCESSIONÁRIA.

Considerando o disposto no item 7 da Cláusula XII de que "Uma vez confirmada a necessidade de revisão da TARIFA TÉCNICA, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, a SECRETARIA expedirá ato administrativo alterando o valor da TARIFA TÉCNICA e encaminhará o processo ao Chefe do Poder Executivo do Distrito Federal, a quem caberá decretar os valores de TARIFA USUÁRIO e/ou ajustar, se for o caso, o SUBSÍDIO em montante suficiente para incrementar recursos na CONTA DE COMPENSAÇÃO e garantir o pagamento da REMUNERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA"

Considerando o disposto na CLÁUSULA XXX - Da Alteração do Contrato, item 4 de que "Os reajustes e revisões do valor da TARIFA TÉCNICA, nos casos previstos neste CONTRATO, não caracterizam alteração contratual;

Considerando que esta Secretaria primou pelo exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, previstos, em especial, no art. 5º, LV da Constituição Federal e nos Artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; resolve:



Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA

PORTARIA Nº 152, DE 09 DE OUTUBRO DE 2020

(...) Art. 1º Revisar, de forma provisória, o **valor da tarifa técnica, até o deslinde da ACP n. 0703048-02.2020.8.07.0018 ou da Decisão no âmbito do AI n. 0711644-29.2020.8.07.0000**, sem desmero das futuras revisões nos termos do Contrato de Concessão e da Lei n. 8987/95, conforme seja.

Art. 2º Homologar o **valor da tarifa técnica do Contrato de Concessão nº 07/2013-ST - Urbi Mobilidade Urbana Ltda**, no valor de **R\$ 4,1272** (quatro reais, doze centavos e setenta e dois milésimos de real), por conta da anulação das Portarias n. 22/16 de 18/7/16 e n. 58/2018, de 02 de agosto de 2018 (DODF de 03/08/18).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando condicionados os efeitos financeiros retroativos a 1º de julho de 2020.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA

PORTARIA Nº 153, DE 09 DE OUTUBRO DE 2020

(...) Art. 1º **Anular as Portarias nºs 22/2016 de 18/7/2016 e nº 60/2018, de 02 de agosto de 2018**, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF nº 147, de 03 de agosto de 2018, páginas 26 e 27.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA

PORTARIA Nº 154, DE 09 DE OUTUBRO DE 2020

(...) Art. 1º Revisar, de forma provisória, o **valor da tarifa técnica, até o deslinde da ACP n. 0703048-02.2020.8.07.0018 ou da Decisão no âmbito do AI n. 0711644-29.2020.8.07.0000**, sem desmero das futuras revisões nos termos do Contrato de Concessão e da Lei n. 8987/95, conforme seja.

Art. 2º Homologar o valor da **tarifa técnica do Contrato de Concessão nº 02/2012-ST - Expresso São José Ltda**, no valor de **R\$ 8,0262** (oito reais, dois centavos e sessenta e dois milésimos de real), por conta da anulação das Portarias n. 22/2016 de 18/7/16 e n. 60/2018, de 02 de agosto de 2018 (DODF de 03/08/18).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando condicionados os efeitos financeiros retroativos a 1º de julho de 2020.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA

PORTARIA Nº 155, DE 09 DE OUTUBRO DE 2020

Art. 1º **Anular as Portarias nºs 22/2016 de 18/7/2016 e nº 59/2018, de 02 de agosto de 2018**, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF nº 147, de 03 de agosto de 2018, página 26.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA

PORTARIA Nº 156, DE 09 DE OUTUBRO DE 2020

Art. 1º Revisar, de forma provisória, o **valor da tarifa técnica, até o deslinde da ACP n. 0703048-02.2020.8.07.0018 ou da Decisão no âmbito do AI n. 0711644-29.2020.8.07.0000**, sem desmero das futuras revisões nos termos do Contrato de Concessão e da Lei n. 8987/95, conforme seja.

Art. 2º Homologar o **valor da tarifa técnica do Contrato de Concessão nº 08/2013-ST - Auto Viação Marechal LTDA**, no valor de **R\$ 5,1778** (cinco reais, dezessete centavos e setenta e oito



milésimos de real), por conta da anulação das Portarias n. 22/2016 de 18/7/16 e nº 59/2018, de 02 de agosto de 2018 (DODF de 03/08/18).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando condicionados os efeitos financeiros retroativos a 1º de julho de 2020.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA

PORTARIA Nº 157, DE 09 DE OUTUBRO DE 2020

(...) Art. 1º **Revisar, de forma provisória, o valor da tarifa técnica, até o deslinde da ACP n. 0703048-02.2020.8.07.0018 ou da Decisão no âmbito do AI n. 0711644-29.2020.8.07.0000, sem desmero das futuras revisões nos termos do Contrato de Concessão e da Lei n. 8987/95, conforme seja.**

Art. 2º Homologar o **valor da tarifa técnica do Contrato de Concessão nº 01/2012-ST - Viação Pioneira Ltda.**, que passa a ser de **R\$ 7,5864** (sete reais e cinquenta e oito centavos e sessenta e quatro milésimos de real).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando condicionados os efeitos financeiros retroativos a 1º de julho de 2020.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA

PORTARIA Nº 158, DE 09 DE OUTUBRO DE 2020

(...) Art. 1º **Revisar, de forma provisória, o valor da tarifa técnica, até o deslinde da ACP n. 0703048-02.2020.8.07.0018 ou da Decisão no âmbito do AI n. 0711644-29.2020.8.07.0000, sem desmero das futuras revisões nos termos do Contrato de Concessão e da Lei n. 8987/95, conforme seja.**

Art. 2º Homologar o **valor da tarifa técnica do Contrato de Concessão nº 11/2013-ST - Viação Piracicabana LTDA.**, que passa a ser de **R\$ 4,9578** (quatro reais, noventa e cinco centavos e setenta e oito milésimos de real).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando condicionados os efeitos financeiros retroativos a 1º de julho de 2020.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA" (grifei)

Irresignada, a empresa Urbi Mobilidade Urbana ingressou com "ação declaratória de nulidade de ato administrativo, com pedido de tutela provisória de urgência, (...) contra DISTRITO FEDERAL, por meio da qual pretende suspender os efeitos e anular as portarias números 151 a 158, publicadas em 15 de outubro de 2.020, sob o argumento de que promoveram revisão tarifária ilegal" (Processo n.º 0706922-92.2020.8.07.0018).

No dia 24.10.2020, o n. Juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública do DF, Dr. Daniel Eduardo Branco Carnacchioni, ao se manifestar no bojo da ação judicial supracitada, mediante decisão interlocutória, **restringiu "o pedido (...) apenas e tão somente à suspensão dos efeitos e a nulidade da portaria n.º 152, que se refere exclusivamente à tarifa técnica da autora"** e **indeferiu** o pedido de tutela provisória de urgência requerido, com base nos argumentos a seguir:

"1. Trata-se de ação declaratória de nulidade de ato administrativo, com pedido de tutela provisória de urgência, proposta por URBI MOBILIDADE URBANA contra DISTRITO FEDERAL, por meio da qual pretende suspender os efeitos e anular as portarias números 151 a 158, publicadas em 15 de outubro de 2.020, sob o argumento



de que promoveram revisão tarifária ilegal. Afirma que o fundamento para a realização da revisão tarifária é a decisão proferida pelo juízo da 6ª Vara da Fazenda Pública, nos autos da ACP n.º 0703048-02.2020.8.07.0018, que suspendeu, em caráter liminar, o repasse de auxílio emergencial em favor das concessionárias do serviço de transporte público. De acordo com a autora, a decisão proferida na referida ACP não autoriza qualquer revisão tarifária, o que evidencia vício de motivo e finalidade nos atos administrativos impugnados (portarias).

Como as portarias n.º 151 a 158/2020 promoveram revisão tarifária, motivada no fato de estar cumprindo determinação judicial (decisão liminar proferida na ACP) e, como a decisão judicial não ostenta tal conteúdo/comando, tais atos administrativos seriam ilegais, segundo tese defendida pela autora na inicial.

Por estes motivos, em caráter liminar, requer a suspensão dos efeitos das portarias.

É o relato necessário. Decido.

- Competência e Conexão:

Em primeiro lugar, cumpre ressaltar que o juízo da 6ª Vara da Fazenda Pública, para onde os autos foram distribuídos por prevenção, a pedido da parte autora, declarou que não há conexão entre a presente ação e a ACP, razão pela qual determinou a distribuição aleatória. De fato, não há conexão entre as ações, a justificar o reconhecimento de conexão, tendo em vista que o fundamento/causa de pedir da ACP (discussão sobre auxílio emergencial) é diverso do conteúdo desta ação anulatória (discussão sobre possível ilegalidade de portarias que determinam revisão tarifária). O fato de a administração pública, eventualmente, ter justificado a revisão tarifária com base na decisão judicial proferida na ACP não é suficiente para a identidade entre as ações, tanto em relação à causa de pedir quanto ao pedido.

Por isso, firmo a competência deste juízo.

- Legitimidade Ativa:

Em relação à legitimidade ativa, a autora, concessionária de serviço de transporte público, não pode, em nome próprio, buscar a tutela de eventual defesa de interesse da coletividade (prejuízo ao erário em relação ao alegado abuso no aumento das tarifas de transporte). A autora não ostenta tal legitimidade, restrita para determinadas pessoas e instituições, conforme evidencia o microssistema das tutelas coletivas (ACP, ação popular, etc.). Por isso, a presente ação não pode ser utilizada como sucedâneo de ação coletiva. Na ação coletiva, os titulares do direito material não são os legitimados para as ações. Há legitimação extraordinária e substituição processual. O eventual prejuízo (dano) ao patrimônio público decorrente do aumento de tarifas públicas, por conta de supostas e alegadas irregularidades, interessa à coletividade e, por isso, somente pode ser questionada pelos legitimados em ação coletiva, o que não é o caso da autora. Por estes motivos, todas as alegações relacionadas ao valor da tarifa, excessos e danos ao patrimônio público, não será levado em consideração, porque o autor, em nome próprio, não tem legitimidade para defender o interesse da coletividade.

Neste caso, a legitimidade do autor será restrita à repercussão do ato administrativo no seu interesse específico, ou seja, será apurado apenas e tão somente se há vício na portaria que trata da tarifa da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 22.100/19e

autora, jamais das portarias que tratam da tarifa das demais concessionárias, pois não há legitimidade para tanto.

A portaria que define o valor da tarifa técnica da autora é a de n.º 152/2020. Portanto, a legitimidade da autora será restrita para discutir os efeitos e a legalidade desta portaria, que homologou o valor da tarifa técnica para a autora.

A autora não tem legitimidade e interesse para pretender suspender os efeitos das portarias que revisaram e estabeleceram os valores para as tarifas técnicas das demais concessionárias de serviço público. Neste caso, estaria a autora, em nome próprio, pretendendo discutir direito alheio, o que é vedado.

Neste caso, de ofício, por ausência de legitimidade, será restringida a ação para redução do pedido em relação às portarias que fazem referência às demais concessionárias de serviço público. Cabe aos entes legitimados, inclusive o MP, se o caso, discutir, em ação coletiva, a legalidade dos valores tarifários estabelecidos pelo Distrito Federal em relação às demais concessionárias de serviço público.

Por isso, reconheço a ilegitimidade da autora para requerer a suspensão e a nulidade dos atos administrativos, portarias números 154, 156, 157 e 158, cuja pretensão exclui da lide, por manifesta ilegitimidade ativa, com o que reduzo objetivamente a demanda. Portanto, o pedido ficará restrito apenas e tão somente à suspensão dos efeitos e a nulidade da portaria n.º 152, que se refere exclusivamente à tarifa técnica da autora.

Em razão da exclusão dos pedidos de suspensão e nulidade de portarias relacionados a outras concessionárias de serviços públicos, não há que se cogitar em intervenção das demais pessoas jurídicas, seja como terceiras assistentes, seja como litisconsortes. INDEFIRO a intervenção no feito das demais concessionárias de serviços públicos, porque o pedido de suspensão e nulidade das portarias a elas relacionados está definitivamente excluída da lide, por absoluta ilegitimidade ativa da autora.

No mais, não há que se cogitar em intervenção das demais concessionárias. Apenas haveria intervenção das demais pessoas jurídicas, concessionárias de serviço público, indicadas na inicial, na condição de litisconsortes necessárias, se a mesma portaria incluísse a revisão da tarifa técnica de todas, caso em que a relação jurídica material seria incindível, nos termos do artigo 114 do CPC.

No caso, a administração pública disciplinou a revisão da tarifa técnica de cada uma das concessionárias de serviço de transporte público, de forma autônoma e independente, motivo pelo qual a suspensão ou invalidade de um destes atos administrativos (no caso, aquele que trata da revisão da tarifa técnica da autora), não influenciará nos demais atos administrativos. Assim, como a portaria 152, que disciplinou a revisão da tarifa técnica da autora, não possui qualquer vínculo jurídico administrativo com as demais portarias, que revisaram as tarifas técnicas das demais concessionárias, não há que se cogitar em litisconsórcio necessário entre as concessionárias no presente caso.

A autora, como já ressaltado, não tem legitimidade ativa para questionar os efeitos e a validade de portarias, atos administrativos, que repercutem na esfera jurídica de terceiros, ou seja, das demais concessionárias de serviço de transporte público. A legitimidade ativa da autora é restrita ao ato administrativo que disciplinou a revisão de



sua própria tarifa técnica. Tal restrição retira a legitimidade ativa para questionar as portarias das demais concessionárias, impede o litisconsórcio (porque a relação matéria não é incindível) e leva à redução necessária e obrigatória dos pedidos, para limitá-lo ao ato administrativo que repercute na esfera jurídica da autora.

Isto posto, em conclusão, reconheço a ilegitimidade ativa da autora para requerer a suspensão e a nulidade dos atos administrativos, portarias números 154, 156, 157 e 158. Tal pretensão fica excluída da lide, por manifesta ilegitimidade ativa, com o que reduz o objetivamente a demanda. Portanto, o pedido ficará restrito apenas e tão somente à suspensão dos efeitos e a nulidade da portaria n.º 152, que se refere exclusivamente à tarifa técnica da autora.

Em razão da exclusão dos pedidos de suspensão e nulidade de portarias relacionados a outras concessionárias de serviços públicos, não há que se cogitar em intervenção das demais pessoas jurídicas, seja como terceiras assistentes, seja como litisconsortes necessárias.

INDEFIRO a intervenção no feito das demais concessionárias de serviços públicos, porque o pedido de suspensão e nulidade das portarias a elas relacionados está definitivamente excluída da lide, por absoluta ilegitimidade ativa da autora. O pedido remanescente não repercutirá na esfera jurídica das demais concessionárias.

DETERMINO a exclusão do processo, com a devolução aos procuradores, de todas as petições e documentos indevidamente juntados aos autos pelas demais concessionárias, que não tem legitimidade para peticionar, porque não são partes e não foram admitidas no processo como terceiras interessadas. Restitua-se às demais concessionárias as petições e documentos acostados aos autos, porque não são partes processuais. Ademais, peticionaram sem autorização do juízo e não requereram a intervenção com base em qualquer instituto processual que disciplina a intervenção de terceiros. A intervenção feita, sem terem a condição de parte e sem autorização do juízo, na condição de terceiras, é indevida. Apenas se houver requerimento formal com base em instituto de intervenção de terceiro adequado ao caso (se houver), será apreciado o pedido. Neste momento, as demais concessionárias não podem tumultuar o processo, com manifestações sem serem partes ou terceiras intervenientes.

Por isso, **indefiro** todos os requerimentos formulados pelas demais concessionárias e determino a exclusão do processo de todas as petições e documentos juntados pelas mesmas.

Passo a apreciar o pedido liminar, agora restrito à portaria que disciplina a revisão da tarifa técnica da autora.

A tutela provisória de urgência somente pode ser concedida se houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito alegado e risco de ineficácia da decisão ou urgência, tudo conforme artigo 300, caput, do CPC.

A tese central da autora para justificar o pedido de suspensão liminar dos efeitos das portarias 151/158 do ano de 2.020, elaboradas pela Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade, órgão que integra a administração direta do Distrito Federal, seria o fato da motivação da revisão tarifária ter como justificativa a decisão proferida na ACP pelo juízo da 6ª Vara da Fazenda Pública.



No caso, ao menos neste momento processual, não há evidência de que as portarias números 151 a 158/2020, ID 75109253, que disciplinaram revisão tarifária do sistema de transporte público do Distrito Federal, estão motivadas na decisão proferida pelo juízo da 6ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal. Embora faça referência a todas as portarias na inicial, o objeto desta demanda ficou restrito apenas àquela que repercute diretamente na esfera jurídica da autora.

As portarias promoveram revisão tarifária (tarifas técnicas) com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão. A portaria n.º 151/2020, 153/2020 e 155/2020 não fazem qualquer referência à ACP. As portarias n.º 152/2020, 154/2020, 156/2020, 157/2020 e 158/2020 apenas mencionam em “considerandos” que a decisão proferida pelo juízo da 6ª Vara da Fazenda Pública em ACP considerou que a “solução emergencial de socorro não tem previsão no orçamento”, pois o instrumento adequado para prover o equilíbrio econômico-financeiro é a “revisão da tarifa técnica”. No caso, houve mera referência à decisão judicial, mas o motivo da revisão tarifária não é a decisão proferida na ACP, mas os termos das obrigações pactuadas nos contratos de concessão, que admitem expressamente a possibilidade de revisão da tarifa técnica, como bem salientado na decisão daquele juízo. Aliás, no mesmo sentido foi o parecer da procuradoria do DF mencionado na inicial, de que a ACP não determinou revisão tarifária. A decisão proferida na ACP não determina qualquer revisão tarifária, porque esse não é o objeto da ACP. A decisão apenas considerou ilegal o auxílio emergencial, por ausência de previsão orçamentária, legal e contratual e, para justificar a decisão, anotou que o equilíbrio econômico e financeiro deve ser obtido pela revisão da tarifa técnica, nos termos do contrato de concessão.

A questão é extremamente simples: **A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão de transporte público é direito subjetivo das concessionárias. Todavia, tal equilíbrio econômico e financeiro deve ocorrer conforme pactuado pelas partes contratantes no contrato de concessão, qual seja, revisão da tarifa técnica, desde que presentes os pressupostos fáticos (previstos no contrato) para tanto, jamais por meio de auxílio emergencial, que não tem previsão orçamentária, legal e contratual.** É simples assim. No caso, a autora pretende distorcer o comando da decisão judicial, proferida pela 6ª Vara da Fazenda Pública, que apenas esclareceu o modo correto para a revisão tarifária. A portaria que repercute na esfera jurídica da autora, que determinou a revisão da tarifa técnica, não foi editada para cumprir ordem judicial, como sugerido na inicial. Não é o que se depreende da portaria. Nas portarias, em especial na n.º 152, restou consignado que a ACP negou o auxílio emergencial, porque este não é o meio legal/legítimo para a correção das tarifas e, qualquer ação para manter o equilíbrio econômico e financeiro seria por meio de revisão tarifária. Em nenhum momento o juízo da 6ª Vara da Fazenda Pública determinou revisão tarifária, até porque se trata de questão contratual, que depende da presença dos pressupostos fáticos que a justificam.



A menção à decisão na ACP, que vedou o auxílio emergencial, não induz que a decisão judicial determinou a revisão tarifária de acordo com o contrato. E, **no caso, a revisão tarifária deve ser de acordo com o contrato de concessão, a partir da presença de seus pressupostos fáticos**. Se há erro no cálculo da tarifa ou prejuízo para a autora, deverá demonstrar tal questão por meio de perícia técnica. Tal argumento depende de ampla dilação probatória, como aliás já mencionado em outra demanda proposta pela mesma autora, que tramita por este juízo. O ato administrativo tem presunção de legitimidade e veracidade, ou seja, presume-se que o ato está de acordo com a lei e os fatos. Tal presunção, atributo destes atos administrativos, o que incluiu as portarias, somente pode ser desqualificado por prova em sentido contrário. Portanto, a discussão sobre os prejuízos da revisão tarifária da autora devem estar baseados em prova técnica. No caso, a questão central é a motivação da portaria e, ao menos neste momento, **não se vislumbra que a portaria revisou a tarifa para cumprir determinação judicial e sim porque é o único meio para manter o equilíbrio econômico e financeiro, conforme contrato de concessão**.

Como destacado, a alegação de que a revisão tarifária promovida pelas portarias seria mais onerosa do que o auxílio emergencial é questão completamente diversa dos fatos que fundamentam a ACP e a presente ação de nulidade. Na ACP a discussão envolve a ilegalidade do auxílio emergencial. Nesta ação de nulidade, a autora pretende suspender os efeitos do ato administrativo porque as portarias teriam motivado a revisão tarifária, a pretexto de cumprir determinação judicial, o que não corresponde à realidade.

Segundo a autora, há vício de motivo e desvio de finalidade, porque o fundamento da portaria seria a decisão judicial. É óbvio que se demonstrada que a revisão tarifária é abusiva e onera sem justificativa os cofres públicos, poderá tal questão ser discutido em ação coletiva, na defesa do patrimônio público, pelos legitimados. Como já ressaltado, a autora não tem legitimidade para discutir essa questão, porque o titular deste direito material (defesa do patrimônio público) é a coletividade e a autora não pode agir como substituta processual. Aliás, a diferença de gastos para os cofres públicos não é e não pode ser o fundamento desta ação de nulidade. De fato, cabe ao Distrito Federal manter o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos de concessão de transporte público com base nas cláusulas do contrato de concessão, que admitem expressamente a revisão da tarifa técnica, desde que presentes os pressupostos fáticos que a justificam. Todavia, se houve erro de cálculo, onerosidade excessiva ou qualquer outro fator que possa causar prejuízo ao erário, tal fato pode ser objeto de questionamento pelos legitimados que defendem o patrimônio público, mas não por meio de tutela individual. A autora tem plena legitimidade para discutir apenas o ato administrativo que repercute diretamente na sua esfera jurídica, ou seja, aquela que revisa a sua tarifa técnica. Não há vício de motivo aparente no presente caso, porque a revisão das tarifas não decorre de determinação judicial, mas de previsão contratual. Tanto que no conteúdo das portarias a referência é justamente as cláusulas do contrato de concessão.

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 22.100/19e

O aumento de gasto com a revisão tarifária, se comparado com o auxílio emergencial, poderá ser objeto de questionamento apenas em ação coletiva. Será essencial apurar, por meio de perícias complexas, se a revisão está de acordo com os parâmetros técnicos, fáticos e jurídicos previstos no contrato de concessão, mas tal questão não pode ser objeto desta ação.

Em relação às alegadas ilegalidades que teriam sido praticadas pela SEMOB, inclusive com citação do estudo da FGV e inquérito civil instaurado, como já mencionado, a parte autora não tem legitimidade para, em nome próprio, questionar tais questões que envolvem terceiros e os demais contratos de concessão. Poderá acionar o MP para que a instituição, se o caso, promova a ação coletiva para tal discussão.

Ademais, **não deixa de ser contraditória a pretensão da autora, porque ajuizou ação contra o Distrito Federal, processo n.º 0706632-77.2020.8.07.0018, que tramita nesta 2ª Vara da Fazenda Pública, onde requereu justamente a revisão da tarifa técnica.** Ora, se a autora ajuizou ação para pedir a revisão da tarifa técnica e, se as portarias impugnadas nesta ação anulatória promoveram a revisão das tarifas técnicas, não se compreende, em termos lógicos e jurídicos, qual a real pretensão da autora. Tal fato também evidencia e reforça a ausência de probabilidade em relação ao direito invocado.

Diante destes elementos preliminares, não vislumbro razões mínimas capazes de evidenciar qualquer probabilidade no direito alegado, motivo pelo qual a tutela provisória deverá ser indeferida.

Isto posto, **INDEFIRO o pedido de tutela provisória de urgência.**

Cite-se o réu para apresentar contestação no prazo legal, com o registro de que o pedido de suspensão dos efeitos e nulidade de ato administrativo é restrito à portaria que repercute na esfera jurídica da autora.

Não é o caso de designação de audiência de conciliação, porque o direito material em conflito não admite transação.

Intime-se.

Sem prejuízo, notifique-se o MP para tomar ciência desta demanda e, se entender que a interesse que justifique sua intervenção, se manifeste nos autos, requerendo o que entender de direito.” (grifos nossos)

Em 20.01.2021⁵³, a Semob/DF novamente alterou o valor das tarifas técnicas dos contratos de concessão derivados da Concorrência Pública n.º 01/11-ST, por meio das **Portarias n.os 19/2021**⁵⁴, **20/2021**⁵⁵, **21/2021**⁵⁶, **22/2021**⁵⁷ e

53

https://dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2021|01_Janeiro|DODF%20013%2020-01-2021|&arquivo=DODF%20013%2020-01-2021%20INTEGRA.pdf

⁵⁴ O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, II, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto n.º 38.036, de 03 de março de 2017, e:

Considerando a edição da Portaria n.º 158/2020-SEMOB, de 09 de outubro de 2020, que homologou de forma provisória, o valor da tarifa técnica até o deslinde da ACP n.º 0707184-42.2020.8.07.0018 (Doc. SEI 51264951);

Considerando a decisão monocrática proferida nos autos do Agravo de Instrumento n.º 0751872-46.2020.8.07.0000 (Doc. SEI 52585191);

Considerando a manifestação da Procuradoria-Geral do Distrito Federal exarada por meio do Ofício n.º 600/2020-PGDF/PGCONT (53311491);

Considerando as manifestações da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal emitidas por meio do Despacho - SEEC/GAB/AJL/UNOP 51496877 e do Despacho - SEEC/SEORC/SUOP 52300248.

Considerando as manifestações da Subsecretaria de Arrecadação, Gestão e Controle de Gratuidades, Despacho - SEMOB/SUACOG/DITAR SEI/GDF (Docs. SEI 53789209 e 52917277);

Considerando a manifestação da Assessoria Jurídico--Legislativa, Despacho - SEMOB/GAB/AJL SEI/GDF (Doc. SEI 53874492);

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 22.100/19e

23/2021⁵⁸, nestes termos:

Considerando o disposto nas cláusulas dos Contratos de Concessão firmados em face da Concorrência nº 01/2011-ST, as quais estabelecem que a tarifa técnica será revisada, a qualquer momento, para restabelecer a equação originária entre os encargos da concessionária e as receitas da concessão;

Considerando que as revisões das tarifas técnicas devem se amoldar ao disposto no art. 9º da Lei nº 8.987/95, no art. 58, § 1º da Lei nº 8.666/93 e aos termos do Edital e das propostas, sem prejuízo das futuras revisões tarifárias, resolve:

⁵⁵ O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, II, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 38.036, de 03 de março de 2017, e:

Considerando a edição da Portaria nº 157/2020-SEMOB, de 09 de outubro de 2020, que homologou de forma provisória, o valor da tarifa técnica até o deslinde da ACP nº 0707184-42.2020.8.07.0018 (Doc. SEI 51264951);

Considerando a decisão monocrática proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº 0751872-46.2020.8.07.0000 (Doc. SEI 52585191);

Considerando a manifestação da Procuradoria-Geral do Distrito Federal exarada por meio do Ofício nº 600/2020-PGDF/PGCONT (Doc. SEI 53311491);

Considerando as manifestações da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal emitidas por meio do Despacho - SEEC/GAB/AJL/UNOP (Doc. SEI 51496877) e do Despacho - SEEC/SEORC/SUOP (Doc. SEI 52300248).

Considerando as manifestações da Subsecretaria de Arrecadação, Gestão e Controle de Gratuidades, Despacho - SEMOB/SUACOG/DITAR SEI/GDF (Docs. SEI 53789209 e 52917277);

Considerando a manifestação da Assessoria Jurídico--Legislativa, Despacho - SEMOB/GAB/AJL SEI/GDF (Doc. SEI 53874492);

Considerando o disposto nas cláusulas dos Contratos de Concessão firmados em face da Concorrência nº 01/2011-ST, as quais estabelecem que a tarifa técnica será revisada, a qualquer momento, para restabelecer a equação originária entre os encargos da concessionária e as receitas da concessão;

Considerando que as revisões das tarifas técnicas devem se amoldar ao disposto no art. 9º da Lei nº 8.987/95, no art. 58, § 1º da Lei nº 8.666/93 e aos termos do Edital e das propostas, sem prejuízo das futuras revisões tarifárias, resolve:

⁵⁶ O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, II, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 38.036, de 03 de março de 2017, e:

Considerando a edição da Portaria nº 156/2020-SEMOB, de 09 de outubro de 2020, que homologou de forma provisória, o valor da tarifa técnica até o deslinde da ACP nº 0707184-42.2020.8.07.0018 (Doc. SEI 51264951);

Considerando a decisão monocrática proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº 0751872-46.2020.8.07.0000 (Doc. SEI 52585191);

Considerando a manifestação da Procuradoria-Geral do Distrito Federal exarada por meio do Ofício nº 600/2020-PGDF/PGCONT (53311491);

Considerando as manifestações da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal emitidas por meio do Despacho - SEEC/GAB/AJL/UNOP 51496877 e do Despacho - SEEC/SEORC/SUOP 52300248.

Considerando as manifestações da Subsecretaria de Arrecadação, Gestão e Controle de Gratuidades, Despacho - SEMOB/SUACOG/DITAR SEI/GDF (Docs. SEI 53789209 e 52917277);

Considerando a manifestação da Assessoria Jurídico--Legislativa, Despacho - SEMOB/GAB/AJL SEI/GDF (Doc. SEI 53874492);

Considerando o disposto nas cláusulas dos Contratos de Concessão firmados em face da Concorrência nº 01/2011-ST, as quais estabelecem que a tarifa técnica será revisada, a qualquer momento, para restabelecer a equação originária entre os encargos da concessionária e as receitas da concessão;

Considerando que as revisões das tarifas técnicas devem se amoldar ao disposto no art. 9º da Lei nº 8.987/95, no art. 58, § 1º da Lei nº 8.666/93 e aos termos do Edital e das propostas, sem prejuízo das futuras revisões tarifárias, resolve:

⁵⁷ O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, II, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 38.036, de 03 de março de 2017, e:

Considerando a edição da Portaria nº 152/2020-SEMOB, de 09 de outubro de 2020, que homologou de forma provisória, o valor da tarifa técnica até o deslinde da ACP nº 0707184-42.2020.8.07.0018 (Doc. SEI 51264951);

Considerando a decisão monocrática proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº 0751872-46.2020.8.07.0000 (Doc. SEI 52585191);

Considerando a manifestação da Procuradoria-Geral do Distrito Federal exarada por meio do Ofício nº 600/2020-PGDF/PGCONT (53311491);

Considerando as manifestações da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal emitidas por meio do Despacho - SEEC/GAB/AJL/UNOP 51496877 e do Despacho - SEEC/SEORC/SUOP 52300248.

Considerando as manifestações da Subsecretaria de Arrecadação, Gestão e Controle de Gratuidades, Despacho - SEMOB/SUACOG/DITAR SEI/GDF (Docs. SEI 53789209 e 52917277);

Considerando a manifestação da Assessoria Jurídico--Legislativa, Despacho - SEMOB/GAB/AJL SEI/GDF (Doc. SEI 53874492);

Considerando o disposto nas cláusulas dos Contratos de Concessão firmados em face da Concorrência nº 01/2011-ST, os quais estabelecem que a tarifa técnica será revisada, a qualquer momento, para restabelecer a equação originária entre os encargos da concessionária e as receitas da concessão;

Considerando que as revisões das tarifas técnicas devem se amoldar ao disposto no art. 9º da Lei nº 8.987/95, no art. 58, § 1º da Lei nº 8.666/93 e aos termos do Edital e das propostas, sem prejuízo das futuras revisões tarifárias, resolve:

⁵⁸ O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, II, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 38.036, de 03 de março de 2017, e:

Considerando a edição da Portaria nº 154/2020-SEMOB, de 09 de outubro de 2020, que homologou de forma provisória, o valor da tarifa técnica até o deslinde da ACP nº 0707184-42.2020.8.07.0018 (Doc. SEI 51264951);

Considerando a decisão monocrática proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº 0751872-46.2020.8.07.0000 (Doc. SEI 52585191);

Considerando a manifestação da Procuradoria-Geral do Distrito Federal exarada por meio do Ofício nº 600/2020-PGDF/PGCONT (53311491);



“PORTARIA Nº 19, DE 18 DE JANEIRO DE 2021

(...) Art. 1º Alterar, de forma provisória, o **valor da tarifa técnica, homologada por meio da PORTARIA Nº 158/2020 – SEMOB, DE 09 DE OUTUBRO DE 2020, até o deslinde da ACP 0707184-42.2020.8.07.0018** (Doc. SEI 51264951).

Art. 2º Homologar o valor provisório da tarifa técnica do **Contrato de Concessão nº 11/2013-ST - Viação Piracicabana LTDA.**, que passa a ser de **R\$ 6,7256** (seis reais, setenta e dois centavos e cinquenta e seis milésimos de real).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando os efeitos financeiros retroativos a 1º de novembro de 2020.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA

PORTARIA Nº 20, DE 18 DE JANEIRO DE 2021

(...) Art. 1º Alterar, de forma provisória, o **valor da tarifa técnica, homologada por meio da PORTARIA Nº 157/2020 – SEMOB, DE 09 DE OUTUBRO DE 2020, até o deslinde da ACP 0707184-42.2020.8.07.0018** (Doc. SEI 51264951).

Art. 2º Homologar o valor provisório da tarifa técnica do **Contrato de Concessão nº 01/2012- ST - Viação Pioneira Ltda.**, que passa a ser de **R\$ 8,0479** (oito reais, quatro centavos e setenta e nove milésimos de reais).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando os efeitos financeiros retroativos a 1º de novembro de 2020.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA

PORTARIA Nº 21, DE 18 DE JANEIRO DE 2021

(...) Art. 1º Alterar, de forma provisória, o **valor da tarifa técnica, homologada por meio da PORTARIA Nº 156/2020 – SEMOB, DE 09 DE OUTUBRO DE 2020, até o deslinde da ACP 0707184-42.2020.8.07.0018** (Doc. SEI 51264951).

Art. 2º Homologar o valor provisório da tarifa técnica do **Contrato de Concessão n.º 08/2013-ST - Auto Viação Marechal LTDA**, que passa a ser de **R\$ 7,7597** (sete reais, setenta e cinco centavos e noventa e sete milésimos de real).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando os efeitos financeiros retroativos a 1º de novembro de 2020.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA

PORTARIA Nº 22, DE 18 DE JANEIRO DE 2021

(...) Art. 1º Alterar, de forma provisória, o **valor da tarifa técnica, homologada por meio da PORTARIA Nº 152/2020 – SEMOB, DE 09 DE OUTUBRO DE 2020, até o deslinde da ACP 0707184-42.2020.8.07.0018** (Doc. SEI 51264951).

Art. 2º Homologar o valor provisório da tarifa técnica do **Contrato de Concessão n.º 07/2013-ST - Urbi Mobilidade Urbana Ltda**, que passa a ser de **R\$ 6,0545** (seis reais, cinco centavos e quarenta e cinco milésimos de real).

Considerando as manifestações da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal emitidas por meio do Despacho - SEEC/GAB/AJL/UNOP 51496877 e do Despacho - SEEC/SEORC/SUOP 52300248.

Considerando as manifestações da Subsecretaria de Arrecadação, Gestão e Controle de Gratuidades, Despacho - SEMOB/SUACOG/DITAR SEI/GDF (Docs. SEI 53789209 e 52917277);

Considerando a manifestação da Assessoria Jurídico--Legislativa, Despacho - SEMOB/GAB/AJL SEI/GDF (Doc. SEI 53874492);

Considerando o disposto nas cláusulas dos Contratos de Concessão firmados em face da Concorrência nº 01/2011-ST, as quais estabelecem que a tarifa técnica será revisada, a qualquer momento, para restabelecer a equação originária entre os encargos da concessionária e as receitas da concessão;

Considerando que as revisões das tarifas técnicas devem se amoldar ao disposto no art. 9º da Lei nº 8.987/95, no art. 58, § 1º da Lei nº 8.666/93 e aos termos do Edital e das propostas, sem prejuízo das futuras revisões tarifárias, resolve:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 22.100/19e

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando os efeitos financeiros retroativos a 1º de novembro de 2020.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA

PORTARIA Nº 23, DE 18 DE JANEIRO DE 2021

(...) Art. 1º Alterar, de forma provisória, o valor da **tarifa técnica, homologada por meio da PORTARIA Nº 154/2020 – SEMOB, DE 09 DE OUTUBRO DE 2020, até o deslinde da ACP 0707184-42.2020.8.07.0018** (Doc. SEI51264951).

Art. 2º Homologar o valor provisório da tarifa técnica do **Contrato de Concessão nº 02/2012-ST - Expresso São José Ltda**, que passa a ser de **R\$ 9,4782** (nove reais quarenta e sete centavos e oitenta e dois milésimos de real).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando os efeitos financeiros retroativos a 1º de novembro de 2020.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA” (grifou-se)

No dia 27.01.2021, a 7ª Turma Cível do TJDF, mediante **Acórdão n.º 1311335**, cuja Ementa está reproduzida a seguir, proferido no Agravo de Instrumento n.º 0712575-32.2020.8.07.0000, manteve a decisão interlocutória proferida pelo Juízo de Direito da 6ª Vara da Fazenda Pública do DF que, nos autos da Ação Civil Pública n.º 0703048-02.2020.8.07.0018, “deferiu o pedido inicial de tutela provisória de urgência e determinou ao DISTRITO FEDERAL que suspendesse novos repasses de qualquer quantia referente ao denominado “Auxílio Emergencial” decorrente do PA SEMOB-DF n.º. 00090.00008369/2020-97 as concessionárias de serviço público VIACAO PIRACICABANA, CONSORCIO HP - ITA, AUTO VIACAO MARECHAL, EXPRESSO SÃO JOSÉ LTDA e VIACAO PIONEIRA LTDA”:

“AGRAVOS DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA PROPOSTA PELO MPDFT. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA DEFERIDA NA ORIGEM. AGRAVO INTERNO PREJUDICADO. CONTROLE JUDICIAL DE ATO ADMINISTRATIVO. POSSIBILIDADE. ATO ADMINISTRATIVO QUE CONCEDEU AUXÍLIO EMERGENCIAL ÀS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE TERRESTRE DO DISTRITO FEDERAL. COVID-19. LEGALIDADE QUESTIONADA. APARENTE INOBSERVÂNCIA AS REGRAS CONTIDAS NA LEI DISTRITAL 4.011/2007 E DECRETO DISTRITAL 33.559/2012. REQUISITOS DO ART. 300 DO CPC PRESENTES. DECISÃO MANTIDA.

1. Primando pela celeridade no trâmite dos atos processuais, julga-se prejudicado o agravo interno que trata dos mesmos fatos deduzidos no recurso principal, quando este se encontra pronto para imediato julgamento.

2. Para o deferimento da tutela provisória de urgência, o artigo 300 do CPC estabelece que “a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”, sendo previsto pelo §3º do mesmo dispositivo que “a tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão”.

3. É possível ao Poder Judiciário apreciar ato administrativo tido por ilícito ou abusivo emanado de outros poderes da república, sem que isto importe em violação ao princípio da separação dos poderes, conforme assente jurisprudência do egrégio Supremo Tribunal



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 22.100/19e

Federal. 3.1. Mostra-se possível o controle judicial de legalidade de ato administrativo emanado do Poder Executivo que tenha concedido a pessoas jurídicas de direito privado concessionárias de serviço público de transporte um repasse de verbas públicas a título de auxílio emergencial por força de evento extraordinário.

4. Em atenção ao presente cenário absolutamente excepcional de crise sanitária decorrente da pandemia do COVID-19, o Poder Judiciário – em especial o Supremo Tribunal Federal – vem admitindo que os entes federativos (Estados, municípios e Distrito Federal) possam suspender suas obrigações para redirecionar seus recursos ao combate das consequências nocivas da pandemia (cf. SL 1321, rel. Ministro Presidente Dias Toffoli, decisão de 17/08/2020; ACO 3378 TP, rel. Min. Alexandre de Moraes, decisão de 03/04/2020). 4.1. Contudo, mostra-se prudente consignar que a relativização de certos deveres legais não defere ao gestor uma discricionariedade absoluta ou ilimitada, devendo sempre ser observados os princípios basilares da administração pública, em especial aqueles previstos no art. 37, caput, da Constituição da República (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência). Tratando-se, no caso, de controle de legalidade do ato administrativo, o princípio em questão assegura que a Administração Pública só pode agir em nome da lei e respaldada por ela.

5. Mostra-se acertada a decisão recorrida da origem, pois os requisitos do art. 300 do CPC foram suficientemente evidenciados. 5.1. A probabilidade do direito restou evidenciada, pois a concessão do auxílio emergencial pelo DISTRITO FEDERAL as concessionárias de serviço público de transporte do DF ocorreu por ato administrativo a revelia das hipóteses previstas na Lei Distrital 4.011/2007 e Decreto Distrital 33.559/2012, existindo risco de dano grave diante do vultoso valor já empenhado do tesouro distrital em favor delas, sendo imprescindível a ocorrência de dilação probatória junto ao feito originário para verificar a licitude e necessidade deste benefício.

6. Agravos de Instrumento conhecidos, mas desprovidos. Agravo interno prejudicado.”

Em 28.01.2021, a 7ª Turma Cível do TJDF, mediante **Acórdão n.º 1311341**⁵⁹ exarado no âmbito do AI 0711644-29.2020.8.07.0000, manteve a

⁵⁹ AGRAVOS DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA PROPOSTA PELO MPDFT. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA DEFERIDA NA ORIGEM. AGRAVO INTERNO PREJUDICADO. CONTROLE JUDICIAL DE ATO ADMINISTRATIVO. POSSIBILIDADE. ATO ADMINISTRATIVO QUE CONCEDEU AUXÍLIO EMERGENCIAL ÀS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE TERRESTRE DO DISTRITO FEDERAL. COVID-19. LEGALIDADE QUESTIONADA. APARENTE INOBSERVÂNCIA AS REGRAS CONTIDAS NA LEI DISTRITAL 4.011/2007 E DECRETO DISTRITAL 33.559/2012. REQUISITOS DO ART. 300 DO CPC PRESENTES. DECISÃO MANTIDA.

1. Primando pela celeridade no trâmite dos atos processuais, julga-se prejudicado o agravo interno que trata dos mesmos fatos deduzidos no recurso principal, quando este se encontra pronto para imediato julgamento.

2. Para o deferimento da tutela provisória de urgência, o artigo 300 do CPC estabelece que “a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”, sendo previsto pelo §3º do mesmo dispositivo que “a tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão”.

3. É possível ao Poder Judiciário apreciar ato administrativo tido por ilícito ou abusivo emanado de outros poderes da república, sem que isto importe em violação ao princípio da separação dos poderes, conforme assente jurisprudência do egrégio Supremo Tribunal Federal. 3.1. Mostra-se possível o controle judicial de legalidade de ato administrativo emanado do Poder Executivo que tenha concedido a pessoas jurídicas de direito privado concessionárias de serviço público de transporte um repasse de verbas públicas a título de auxílio emergencial por força de evento extraordinário.

4. Em atenção ao presente cenário absolutamente excepcional de crise sanitária decorrente da pandemia do COVID-19, o Poder Judiciário – em especial o Supremo Tribunal Federal – vem admitindo que os entes federativos (Estados, municípios e Distrito Federal) possam suspender suas obrigações para redirecionar seus recursos ao combate das consequências nocivas da pandemia (cf. SL 1321, rel. Ministro Presidente Dias Toffoli, decisão de 17/08/2020; ACO 3378 TP, rel. Min. Alexandre de Moraes, decisão de 03/04/2020). 4.1. Contudo, mostra-se prudente consignar que a relativização de certos deveres legais não defere ao gestor uma discricionariedade absoluta ou ilimitada, devendo sempre ser observados os princípios basilares da



decisão interlocutória proferida pelo Juízo de Direito da 6ª Vara da Fazenda Pública do DF, nos autos da ACP 0703048-02.2020.8.07.0018, que “*deferiu o pedido inicial de tutela provisória de urgência e determinou ao DISTRITO FEDERAL que suspendesse novos repasses de qualquer quantia referente ao denominado “Auxílio Emergencial” decorrente do PA SEMOB-DF nº. 00090.00008369/2020-97 as concessionárias de serviço público VIACAO PIRACICABANA, CONSORCIO HP - ITA, AUTO VIACAO MARECHAL, EXPRESSO SÃO JOSÉ LTDA e VIACAO PIONEIRA LTDA.*”.

No dia 15.03.2021, a i. Juíza da 8ª Vara da Fazenda Pública do DF, Drª. Mara Silda Nunes de Almeida, no bojo da ação judicial n.º 0706922-92.2020.8.07.0018, extinguiu “o processo sem resolução de mérito”, mediante **sentença**⁶⁰ reproduzida a seguir:

“(…) O autor requereu a extinção do feito sem julgamento do mérito, haja vista que a Portaria questionada foi alterada por nova norma. Por seu turno, o réu concordou com o pedido, requerendo a fixação de honorários advocatícios.

Dessa forma, tendo em vista a perda do objeto e consequentemente a ausência de interesse do autor na continuidade da demanda, impõe-se a extinção do feito sem julgamento do mérito, consoante artigo 485, inciso VI do Código de Processo Civil.

Com relação à sucumbência, dispõe o § 10 do artigo 85 do Código de Processo Civil que, nos casos de perda do objeto, os honorários serão devidos por quem deu causa ao processo. Ora, somente após a propositura da ação, o réu alterou a portaria questionada, o que demonstra que foi ele quem deu causa ao processo.

Assim, incide a norma do § 3º, inciso I, do artigo 85, que estabelece os percentuais entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) do valor atualizado da causa ou proveito econômico. A causa não apresenta nenhuma complexidade, por isso o percentual será fixado no mínimo legal.

Considerando que os honorários advocatícios serão fixados em percentual sobre o valor da causa, necessário o estabelecimento de critérios para a sua atualização, devendo o valor atribuído pelo autor ser corrigido monetariamente pelo INPC, pois melhor reflete a inflação, a partir da data do ajuizamento.

*Em face das considerações alinhadas, **EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO**, nos termos do art. 485, inciso VI, do Código de Processo Civil.*

Em respeito ao princípio da causalidade, condeno o réu ao ressarcimento das custas processuais adiantadas pelo autor e ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa.

administração pública, em especial aqueles previstos no art. 37, caput, da Constituição da República (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência). Tratando-se, no caso, de controle de legalidade do ato administrativo, o princípio em questão assegura que a Administração Pública só pode agir em nome da lei e respaldada por ela.

5. Mostra-se acertada a decisão recorrida da origem, pois os requisitos do art. 300 do CPC foram suficientemente evidenciados. 5.1. A probabilidade do direito restou evidenciada, pois a concessão do auxílio emergencial pelo DISTRITO FEDERAL as concessionárias de serviço público de transporte do DF ocorreu por ato administrativo a revelia das hipóteses previstas na Lei Distrital 4.011/2007 e Decreto Distrital 33.559/2012, existindo risco de dano grave diante do vultoso valor já empenhado do tesouro distrital em favor delas, sendo imprescindível a ocorrência de dilação probatória junto ao feito originário para verificar a licitude e necessidade deste benefício.

6. Agravos de Instrumento conhecidos, mas desprovidos. Agravo interno prejudicado.

⁶⁰ No dia 13.05.2021, a sentença de ID nº 86017671 transitou em julgado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Após o trânsito em julgado, aguarde-se por 30 (trinta) dias a manifestação do interessado. No silêncio, dê-se baixa e arquivem-se os autos.” (negritei)

No dia 22.03.2021, a n. Juíza da 6ª Vara da Fazenda Pública do DF, no bojo da ACP 0703048-02.2020.8.07.0018, proferiu a seguinte decisão interlocutória:

“Passa-se à fase de organização e saneamento do processo nos termos do art. 357 do CPC.

Compulsando os autos, observa-se que o Parquet pretende a declaração de nulidade do ato administrativo que culminou com a concessão do intitulado “auxílio emergencial”, perfectibilizado nos autos do Processo Administrativo nº 00090.00008369/2020-97, efetuado pelo DISTRITO FEDERAL, por intermédio da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal – SEMOB, em favor das sociedades empresárias EXPRESSO SÃO JOSÉ LTDA, AUTO VIAÇÃO MARECHAL LTDA, URBI MOBILIDADE URBANA (CONSÓRCIO HP-ITA), VIAÇÃO PIRACICABANA LTDA e VIAÇÃO PIONEIRA LTDA, bem como a condenação das rés a promover a devolução de todos os valores líquidos que receberam a título de “auxílio emergencial”.

*Nesse contexto, observa-se que **o ponto controvertido da demanda consiste em saber se o Poder Público local adotou as técnicas cabíveis, tanto legais, como administrativas, para a concessão o indigitado auxílio.***

A angularização processual se deu com a citação e intimação de cada um dos réus para integrar a lide conforme se depreende das certidões acostadas nos IDs nº: DISTRITO FEDERAL (62829366); EXPRESSO SÃO JOSÉ LTDA (62801306); AUTO VIAÇÃO MARECHAL LTDA (62809599); URBI - CONSÓRCIO HP-ITA (63663303); VIAÇÃO PIRACICABANA (62784555); VIAÇÃO PIONEIRA (63605788).

Os réus apresentaram contestação na seguinte ordem: EXPRESSO SÃO JOSÉ LTDA (ID nº 64316138); AUTO VIAÇÃO MARECHAL LTDA (ID nº 65208463); URBI MOBILIDADE URBANA (CONSÓRCIO HP-ITA) (ID nº 65242115); VIAÇÃO PIONEIRA (ID nº 65272751); VIAÇÃO PIRACICABANA (ID nº 67332702); e DISTRITO FEDERAL (ID nº 67782886)

No que se refere às questões processuais pendentes de apreciação (art. 337 do CPC), observa-se que a VIAÇÃO PIONEIRA LTDA, na contestação de ID nº 65272751, suscitou a incompetência absoluta do Juízo (inciso II) sob o argumento de que o “auxílio emergencial” que vinha sendo pago às concessionárias de transporte público advém dos cofres da União, fato que atrairia a competência para o processo e julgamento da demanda para a Justiça Federal.

No particular, verifica-se que inexistente nos autos qualquer elemento ou indício que leve à conclusão de que os recursos que seriam destinados ao pagamento do “auxílio emergencial” provêm da União. Consoante bem ressalta o Ministério Público, as notas de empenho que foram emitidas indicam que os recursos são provenientes do Tesouro Distrital, tendo, inclusive, como Unidade Gestora a Secretaria de Estrado de Transporte e Mobilidade – SEMOB. A corroborar o entendimento ora externado, têm-se os documentos



acostados no ID nº 62526348, p. 37, 39 e 40 e ID nº 62526346, p. 40, 41 e 42.

Acresça-se, por oportuno, que as decisões proferidas ao longo do ano passado (2020) no sentido de que demandas relativas à pandemia da COVID-19 deveriam tramitar junto à Justiça Federal, estabeleceram limites muito claros e que se circunscrevem à saúde pública, sendo certo que as demais temáticas continuam a ser livremente distribuídas de acordo com as regras de competência estabelecidas, seja pelo CPC ou pelas normas de organização judiciária.

Assim, REJEITO a preliminar aventada.

Ainda dentro da temática relativa às questões processuais, a VIAÇÃO PIRACICABANA LTDA argui a carência da ação por falta de interesse de agir (art. 337, inc. XI) e a consequente extinção do feito em razão da perda do objeto, ao argumento de que “o auxílio emergencial concedido às Rés foi suspenso por determinação do Poder Concedente”.

Entretanto, **contrariamente ao que afirma a Viação Piracicabana, a suspensão se deu em razão de determinação promanada deste Juízo que, posteriormente, foi confirmada pela Instância Superior.** A afirmação de que a suspensão ocorrera na via administrativa não corresponde à realidade dos fatos. Ademais, o Distrito Federal, em sua peça de defesa, sustenta a legalidade do auxílio concedido. Nesse entrever, não há que se falar que a suspensão tenha se dado por iniciativa do Poder Público.

Destarte, também REJEITO a preliminar em comento.

No que se refere às questões de fato objeto da atividade probatória, **deve restar demonstrada a adequação ou não da concessão do auxílio sub examine, às hipóteses legais, bem como aos contratos administrativos celebrados entre a Administração Pública e as sociedades empresárias rés.**

Nesse ponto, os ônus probatórios devem ser mantidos de forma estática, conforme estatuído pelo art. 373, incisos I e II do CPC, sendo despicienda a aplicação da dinamização do ônus da prova (art. 373, § 1º do CPC) ou mesmo da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII do CDC), já que a questão posta a apreciação não tem como pano de fundo uma relação de consumo.

No mais, para o esclarecimento da controvérsia, é entendimento do Juízo que a prova documental se mostra suficiente para o aclaramento de eventuais pontos obscuros, permitindo que esta 6ª Vara da Fazenda Pública realize o julgamento de mérito da demanda sem a realização de qualquer outra diligência ou produção probatória.

Por consectário lógico, resta INDEFERIDO o requerimento de produção de prova pericial formulado pelo Distrito Federal no ID nº 85466174.

Repise-se, neste particular, que **o ponto controverso da demanda consiste em saber se a Administração Pública utilizou a via adequada para o pagamento do denominado “auxílio emergencial”, haja vista que a argumentação construída pelo Ministério Público consiste na necessidade de realização do reequilíbrio econômico financeiro, pelos meios legal e contratualmente estabelecidos. À toda evidência, reconhece-se que a álea gerada pela pandemia da COVID-19 trouxe graves**



prejuízos aos mais diversos segmentos da sociedade, mas nada disso afasta o regramento que deve ser indistintamente aplicado, sob pena de malferir o princípio da isonomia.

Com efeito, a prova pericial “interdisciplinar econômico-contábil, voltada a demonstrar (1) que a complementação tarifária objeto da ação civil pública, como mecanismo voltado a equilibrar financeiramente os contratos em situação de força maior, por fazer face apenas aos custos operacionais das empresas concessionárias durante o período de queda abrupta de demanda ocasionada pela pandemia do Novo Coronavírus, é menos onerosa ao erário do que a fixação de novas tarifas técnicas” não traz melhores luzes à controvérsia, na medida em que não se discute as vantagens da via escolhida, mas sim a sua adequação e legalidade.

Finalmente, resta dispensada a realização de audiência de instrução. Intimem-se as partes nos termos do art. 357, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias.

Transcorrido in albis, o presente ato processual restará estabilizado.

Finalmente, retornem conclusos para sentença.” (grifei)

Em 05.05.2021, a titular da 6ª Vara da Fazenda Pública do DF, novamente no âmbito da ACP 0703048-02.2020.8.07.0018, ao julgar embargos de declaração opostos pela empresa Viação Piracicabana Ltda. em face da decisão supratranscrita (de 22.03.2021), assim se manifestou:

“Há embargos de declaração pendentes de julgamento.

O recurso foi aviado pela empresa Viação Piracicabana Ltda ao argumento de que a decisão recorrida (Id n. 86728299) não tomou em consideração ao sanear o feito, do pedido de extinção da demanda sem resolução do mérito, **ante a superveniente revisão tarifária levada a cabo pelas Portarias n. 151 a 158 de 2020/SEMOB.**

Houve contrarrazões. Em Id 88581324, o Distrito Federal aponta que a revisão das tarifas foi feita de modo provisório, até julgamento final da ação em curso, pelo que tem interesse pleno na resolução de mérito, mesmo porque **todo o equilíbrio econômico-financeiro de todas as empresas poderá ser recalculado, com impactos na execução dos contratos firmados.**

De sua vez, a empresa Viação Pioneira Ltda (Id 88717760) concorda com os argumentos recursais “...apesar de tal reconhecimento não significar que o socorro emergencial tenha sido concedido dentro das normas legais.”

O MPDFT em Id 89789524, manifesta-se no sentido de que a decisão recorrida rejeitou a preliminar de perda superveniente do interesse de agir ao apontar que o ente público distrital insiste na defesa do auxílio emergencial e sua legalidade. Enfatiza que **as portarias em comento vieram garantir o pagamento do benefício indigitado às empresas do STPC.**

É a síntese. DECIDO.

Embargos de declaração próprios e tempestivos. Deles CONHEÇO – Id 87712453.

O art. 1.022 do CPC contempla em seu bojo as hipóteses nas quais o recurso manejado é cabível. Confira-se:

Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:

I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;

III - corrigir erro material.

Parágrafo único. Considera-se omissa a decisão que:

I - deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em IAC aplicável ao caso sob julgamento;

II - incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1º.

Art. 489. § 1º Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:

I - se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida;

II - empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso;

III - invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão;

IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;

Pois bem.

*Conforme já ponderado pela decisão vergastada (Id 86728299), **não se mostra assente causa que eleve à perda superveniente do interesse de agir com a edição das Portarias SEMOB ns. 151 a 158. Mencionar-se-ão aqui as portarias para que não sobreste dúvida acerca de que a essas fez referência a decisão recorrida.***

*Com efeito, **eventual revisão tarifária realizada pós ajuizamento da presente ação terá o condão apenas de, com a análise do mérito da causa, aferir-se sobre a legalidade ou não do auxílio emergencial, justamente porque o elemento contrato tem efeito determinante sobre a forma de revisional do preço.***

Nessa senda, e por se tratar de revisão provisória a levada a efeito pelas normativas citadas, não se verifica como possam ser a causa de perda do interesse de agir da parte autora, notadamente porque, tal qual constou também na decisão recorrida “...o Distrito Federal, em sua peça de defesa, sustenta a legalidade do auxílio concedido. Nesse entrever, não há que se falar que a suspensão tenha se dado por iniciativa do Poder Público.”

*À vista do exposto, conheço do recurso, mas **NEGO-LHE PROVIMENTO**, mantendo a decisão recorrida tal qual lançada. Operada a preclusão, conclusos.” (grifei)*

Em 14.05.2021⁶¹, as tarifas técnicas dos Contratos de Concessão n.ºs 07/2013-ST e 02/2012-ST (apenas), celebrados com as empresas Urbi Mobilidade Urbana Ltda. e Expresso São José, respectivamente, foram mais uma vez alteradas, desta vez por meio das **Portarias n.ºs 78/2021**⁶² e **82/2021**⁶³ – **Semob/DF**, dessa forma:

⁶¹

https://dodf.df.gov.br/index/visualizar-arquivo/?pasta=2021|05_MaiorDODF%20090%2014-05-2021|&arquivo=DODF%20090%2014-05-2021%20INTEGRA.pdf

⁶² O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, II, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 38.036, de 03 de março de 2017, e: Considerando a edição da Portaria nº 22/2021-SEMOB, de 18 de janeiro de 2021, que alterou de forma provisória, o valor da tarifa técnica até o deslinde da ACP n 0707184-42.2020.8.07.0018 (Doc. SEI 51264951); Considerando a solicitação de atualização do Fator de Utilização "FU" encaminhado por intermédio do Ofício nº 100/2021 - URBI Mobilidade Urbana, SEI 57529565;



“PORTARIA Nº 78, DE 10 DE MAIO DE 2021

(...) Art. 1º Alterar, de forma provisória, o **valor da tarifa técnica, homologada por meio da Portaria nº 22/2021 – SEMOB, de 18 de janeiro de 2021, até o deslinde da ACP 0707184-42.2020.8.07.0018** (Doc. SEI 51264951).

Art. 2º Homologar o valor provisório da tarifa técnica do **Contrato de Concessão nº 07/2013-ST - Urbi Mobilidade Urbana Ltda**, que passa a ser de **R\$ 7,6938** (sete reais, sessenta e nove centavos e trinta e oito milésimos de real).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando os efeitos financeiros retroativos a 1º de novembro de 2020.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA

PORTARIA Nº 82, DE 12 DE MAIO DE 2021

(...) Art. 1º Alterar, de forma provisória, o **valor da tarifa técnica, homologada por meio da Portaria nº 23/2021 – SEMOB, de 18 de janeiro de 2021, até o deslinde da ACP 0707184-42.2020.8.07.0018** (Doc. SEI 51264951).

Art. 2º Homologar o valor provisório da **tarifa técnica do Contrato de Concessão nº 02/2012-ST - Expresso São José**, que passa a ser de **R\$ 7,6050** (sete reais, sessenta centavos e cinquenta milésimos de real).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando os efeitos financeiros retroativos a 1º de abril de 2021.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA” (destaquei)

No dia 05.07.2021, os autos da ACP 0703048-02.2020.8.07.0018 restaram **“conclusos para julgamento”**; situação que permanece até o presente momento.

Todo esse contexto histórico trazido à baila, sem a menor pretensão de esgotar todas as ações judiciais impetradas junto ao TJDFT acerca das revisões tarifárias promovidas pela Pasta de Transporte e Mobilidade do DF ao longo da vigência dos contratos de concessão derivados da Concorrência Pública n.º 01/11-ST, busca dar uma visão panorâmica de como o Poder Judiciário local tem se posicionado acerca da questão.

Considerando os estudos realizados pela Subsecretaria de Arrecadação, Gestão e Controle de Gratuidades, Despacho - SEMOB/SUACOG/DITAR SEI/GDF (Docs. SEI 61227834);

Considerando o disposto nas cláusulas dos Contratos de Concessão firmados em face da Concorrência nº 01/2011-ST, os quais estabelecem que a tarifa técnica será revisada, a qualquer momento, para restabelecer a equação originária entre os encargos da concessionária e as receitas da concessão;

Considerando que as revisões das tarifas técnicas devem se amoldar ao disposto no art. 9º da Lei nº 8.987/95, no art. 58, § 1º da Lei nº 8.666/93 e aos termos do Edital e das propostas, sem prejuízo das futuras revisões tarifárias. resolve:

⁶³ O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE DO DISTRITO FEDERAL no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, II, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 38.036, de 03 de março de 2017, e:

Considerando a edição da Portaria nº 23/2021-SEMOB, de 18 de janeiro de 2021, que alterou de forma provisória, o valor da tarifa técnica até o deslinde da ACP nº 0707184-42.2020.8.07.0018 (Doc. SEI 51264951);

Considerando a Ata da 395ª Reunião Ordinária do Conselho de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - CTPC/DF (55045009) que autorizou a prorrogação de vida útil dos veículos que venceriam até 31 de dezembro de 2020;

Considerando que com a deliberação do Conselho de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - CTPC/DF não houve investimentos para a renovação da frota da concessionária Expresso São José Ltda;

Considerando os estudos realizados pela Subsecretaria de Arrecadação, Gestão e Controle de Gratuidades, Despacho - SEMOB/SUACOG/DITAR SEI/GDF (Docs. SEI 61233674);

Considerando o disposto nas cláusulas dos Contratos de Concessão firmados em face da Concorrência nº 01/2011-ST, os quais estabelecem que a tarifa técnica será revisada, a qualquer momento, para restabelecer a equação originária entre os encargos da concessionária e as receitas da concessão;

Considerando que as revisões das tarifas técnicas devem se amoldar ao disposto no art. 9º da Lei nº 8.987/95, no art. 58, § 1º da Lei nº 8.666/93 e aos termos do Edital e das propostas, sem prejuízo das futuras revisões tarifárias. resolve:

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 22.100/19e

Em que pese o Poder Judiciário local tenha decidido, no bojo da Ação Popular n.º 2013.01.1.092892-0, por “*decretar a invalidade da concorrência pública nº 01/2011, da Secretaria de Transportes do Distrito Federal*”, modulando “os efeitos da sentença em um ano a partir do trânsito em julgado”, sendo esse “prazo mais do que suficiente para a realização de novo certame licitatório”, o REsp 1903870/DF (caracterizado por não admitir a “*rediscussão de matéria de fato, mas tão só de direito*”) ainda resta pendente de julgamento⁶⁴ pelo eg. STJ.

Enquanto não se tem o trânsito em julgado da supracitada ação popular, o Tribunal de Justiça do DF vem julgando as ações que lhe são submetidas relacionadas à revisão das tarifas técnicas dos contratos de concessão celebrados em decorrência da Concorrência Pública n.º 01/11-ST **tendo por base as regras definidas no edital do certame e nos referidos ajustes** (ainda que inválidos e passíveis de anulação);

De forma bastante resumida, pode-se verificar que:

“(…) **não se podem modificar unilateralmente as cláusulas econômicas**, quais sejam, aquelas que estabelecem a remuneração e os direitos do contratado perante a Administração e dispõem acerca da equação econômico-financeira do contrato administrativo.”

“Lado outro, **por força das regras contidas nos arts. 175 e 37, XXI, da CF, o equilíbrio econômico-financeiro deverá ser restabelecido, de modo não só a restaurar-lhe os termos de igualdade, mas com o fito de assegurar a justa retribuição do capital.**”

“**Esse lucro há de ser assegurado, nos termos iniciais do ajuste, conquanto, se de um lado a Administração tem o poder de modificar as condições de execução do contrato e de exigir a prestação da outra parte; o particular contratado tem o direito de ver mantido a correlação encargo-remuneração estabelecida inicialmente, levando-se em conta que o seu objetivo - lícito e respeitável - ao participar da relação negocial foi, e continua sendo, o ganho pecuniário.**

Nesses termos, a cláusula XVII, item 4 (ID 20129649, P.16), informa que: “... a aferição da TARIFA TÉCNICA, para reequilíbrio do CONTRATO será realizada por meio das planilhas apresentadas na PROPOSTA FINANCEIRA vencedora da licitação, **assegurando-se a proteção, ao longo o CONTRATO, dos elementos de mérito TIR (Taxa Interna de Retorno) e Valor Presente Líquido (VPL) indicados na planilha de fluxo de caixa apresentada pela CONCESSIONÁRIA na referida proposta,**...”

“(…) alternativa às partes para a manutenção permanente do equilíbrio contratual (...) [dos contratos de concessão decorrentes da Concorrência Pública nº 01/2011-ST se dá] **unicamente pelo ajuste da Tarifa Técnica.**”

⁶⁴ Desde 03.02.2021, os autos se encontram conclusos para decisão pelo i. Ministro Herman Benjamin.



“Decerto a sua menção está pautada na Cláusula XI do Contrato de Concessão (Id 62526352 e seguintes) em que se confere ao Poder Concedente a assunção dos riscos nos seguintes termos:

1. O **CONCEDENTE** assumirá o risco de redução da quantidade de passageiros pagantes em relação aos números apresentados no PROJETO BÁSICO, que nortearam a elaboração da PROPOSTA FINANCEIRA, promovendo o ajuste do equilíbrio financeiro, quando for o caso, nos termos deste CONTRATO.”

“Oportuna, então, a transcrição da cláusula XII, item 3 e cláusula XV, item 5 dos contratos – Id 6252648, respectivamente:

3. A TARIFA TÉCNICA será preservada pelas regras de reajuste e de revisão previstas neste CONTRATO, com a finalidade de que seja assegurada, em caráter permanente, a manutenção da equação econômico-financeira do CONTRATO.

5. Para fins de aplicação de reajustamentos e revisões tarifários, ao longo da concessão, será o valor de TARIFA TÉCNICA o balizador do equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão. (grifo nosso)”

“Certo é que o cálculo da revisão aplicado na tarifa técnica da autora deverá seguir os parâmetros definidos pelo contrato que, frise-se, fora confeccionado pela própria Administração Pública.

As Cláusulas XV e XVII estabeleceram que a equação econômica-financeira levaria em conta a proposta da empresa e não os preços praticados cotidianamente, assegurando proteção do TIR e VPL (...)”

“Destarte, os parâmetros para que a tarifa técnica da requerente seja revisada deve utilizar os previstos no contrato e nas planilhas apresentadas na proposta financeira, as quais foram avaliadas na segunda fase do processo de licitação.”

“Conclui-se que a SEMOB ao calcular a revisão da tarifa técnica, a alterou sem qualquer embasamento legal, a proposta vencedora da licitante, reduzindo a TIR e o VPL, portanto, descabe a pretendida redução na tarifa técnica da licitante.”

“no caso, a revisão tarifária deve ser de acordo com o contrato de concessão, a partir da presença de seus pressupostos fáticos.”

“não se vislumbra que a portaria revisou a tarifa para cumprir determinação judicial e sim porque é o único meio para manter o equilíbrio econômico e financeiro, conforme contrato de concessão.”

No aguardo da confirmação pelo Poder Judiciário de que o instrumento apropriado para prover o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão será a revisão da tarifa técnica, em detrimento de eventual solução emergencial de socorro adotada (ou a ser adotada) pela Semob/DF, entendo que o deslinde da ACP 0703048-02.2020.8.07.0018 tem o condão de sobrestar o andamento destes autos.



Cabe asseverar que:

“o ponto controverso da demanda consiste em saber se a Administração Pública utilizou a via adequada para o pagamento do denominado “auxílio emergencial”, haja vista que a argumentação construída pelo Ministério Público consiste na necessidade de realização do reequilíbrio econômico financeiro, pelos meios legal e contratualmente estabelecidos. À toda evidência, reconhece-se que a álea gerada pela pandemia da COVID-19 trouxe graves prejuízos aos mais diversos segmentos da sociedade, mas nada disso afasta o regramento que deve ser indistintamente aplicado, sob pena de malferir o princípio da isonomia.”

“A questão é extremamente simples: **A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão de transporte público é direito subjetivo das concessionárias. Todavia, tal equilíbrio econômico e financeiro deve ocorrer conforme pactuado pelas partes contratantes no contrato de concessão, qual seja, revisão da tarifa técnica, desde que presentes os pressupostos fáticos (previstos no contrato) para tanto, jamais por meio de auxílio emergencial, que não tem previsão orçamentária, legal e contratual.** É simples assim. No caso, a autora pretende distorcer o comando da decisão judicial, proferida pela 6ª Vara da Fazenda Pública, que apenas esclareceu o modo correto para a revisão tarifária. A portaria que repercute na esfera jurídica da autora, que determinou a revisão da tarifa técnica, não foi editada para cumprir ordem judicial, como sugerido na inicial. Não é o que se depreende da portaria. Nas portarias, em especial na n.º 152, restou consignado que a **ACP negou o auxílio emergencial, porque este não é o meio legal/legítimo para a correção das tarifas e, qualquer ação para manter o equilíbrio econômico e financeiro seria por meio de revisão tarifária.** Em nenhum momento o juízo da 6ª Vara da Fazenda Pública determinou revisão tarifária, até porque **se trata de questão contratual, que depende da presença dos pressupostos fáticos que a justificam.**”

Ademais, buscando reforçar a correlação entre o deslinde da ACP 0703048-02.2020.8.07.0018 e o trâmite destes autos, destaco que:

“Em Id 88581324, o Distrito Federal aponta que a revisão das tarifas [levada a cabo pelas Portarias n. 151 a 158 de 2020/SEMOB] foi feita de modo provisório, até julgamento final da ação em curso, pelo que tem interesse pleno na resolução de mérito, mesmo porque **todo o equilíbrio econômico-financeiro de todas as empresas poderá ser recalculado, com impactos na execução dos contratos firmados.**”

Assim, em homenagem aos princípios da segurança jurídica e da prudência, mostra-se necessário obstar o seguimento do presente feito, a fim de evitar decisões conflitantes entre o TJDF e esta Corte de Contas. A confirmação (ou não) da decisão interlocutória que negou continuidade ao pagamento de verbas emergenciais certamente impactará nas tarifas técnicas dos contratos de concessão.

Aliás, seguindo essa linha de raciocínio, não posso concordar com a sugestão do Diretor da 3ª Digem/TCDF de autorizar “o acompanhamento, em autos apartados, das revisões tarifárias realizadas pela Semob no âmbito dos Contratos

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Proc.: 22.100/19e

derivados da Concorrência Pública nº 01/2011-ST, em janeiro e maio de 2021, conforme informado nos processos de barramento PEN nº 00090-00001816/2021-68-e, nº 00090-00013674/2021-81-e e nº 00090-00013681/2021-83-e”.

Ante o exposto, com as devidas vênias aos entendimentos contrários, pugno por que o Plenário **sobresteja o exame das matérias tratadas no presente feito, até o deslinde da ACP n.º 0703048-02.2020.8.07.0018.**

Ademais, com as devidas vênias de estilo, há aparente perda de objeto na Representação formulada pela empresa Urbi Mobilidade Urbana (que ensejou a constituição destes autos), que questionou as Portarias n.ºs 71/2019 e 72/2019 – Semob/DF, ante a superveniente edição de outras normas subsequentes, conforme detalhado a seguir: (a) em 15.10.2020, Portarias n.ºs 151/2020 a 158/2020 – Semob/DF; (b) em 20.01.2021, das Portarias n.ºs 19/2021 a 23/2021 – Semob/DF; e (c) em 14.05.2021, das Portarias n.ºs 78/2021 e 82/2021 – Semob/DF.

No entanto, diante da proposta de sobrestamento dos autos, deixo de me manifestar de forma meritória, nesta oportunidade, acerca da supracitada exordial (e, por óbvio, acerca das questões tratadas nos demais processos apensados ao presente feito, por correlação).

Por fim, considerando a “alta probabilidade de anulação do certame dos contratos derivados na Ação Popular nº 2013.01.1.092892-0, dado que restam aos interessados apenas recursos de natureza extraordinária (recurso especial e recurso extraordinário), caracterizados por não admitirem a rediscussão de matéria de fato, mas tão só de direito, bem como em todas as graves irregularidades levantadas ao longo destes autos e que vem causando lesão ao erário público”, tenho por necessário trazer à baila o destaque feito pelo Diretor da 3ª Digem/TCDF (na Informação n.º 61/2021 – DIGEM3) de “trecho do Despacho Complementar do Secretário da SEGEM (peça 96), de 29/06/2020, por concordar que as providências mais importantes e urgentes a serem tomadas para a regularização da situação tratada nestes autos são a realização de nova licitação”:

“(…) gostaria de enfatizar que problemas básicos e estruturais na gestão do Sistema de Transporte Público Coletivo do DF - STPC/DF já haviam sido levantados quando da realização das auditorias constantes dos Processos nos. 11.488/13 e 31.896/13, quando foram levantados os seguintes pontos: gestão econômica e financeira realizada à margem da legislação, limitação dos sistemas informatizados de gestão e fiscalização do transporte público de passageiros e incapacidade de avaliação de eventuais desequilíbrios econômico-financeiros.

Dessa forma, as questões enfrentadas no presente processo refletem a incapacidade do órgão gestor do STPC/DF em exercer suas funções básicas de acompanhamento e controle dos serviços de transporte público, explicitando as consequências de uma licitação mal concebida, quiçá viciada, a qual sofre contestações judiciais que tendem à sua anulação.

Destaco que a legalidade da Concorrência nº 001/2011-ST e dos contratos daí decorrentes continua sendo objeto específico do Processo nº 12.086/2011, o qual aguarda o deslinde judicial definitivo para sua continuidade.

Assim, de todo o discutido nestes autos, **o que reputo mais importante para fins de regularização e promoção do serviço de**



transporte público é a necessidade de que a SEMOB/DF desencadeie, de imediato, ações tendentes à realização de estudos e procedimentos administrativos para estruturação de nova licitação para operação do STPC/DF, abstendo-se, de toda a forma, de renovar os contratos ora em execução, de maneira a superar o dilema colocado no parágrafo 9º da Informação nº 59/2020 – DIGEM3.” (grifos do original)

Inclusive, concordo, com pequeno ajuste de encaminhamento, com a ponderação trazida pelo Diretor da 3ª Digem/TCDF de que

“6. (...) mesmo que haja algum motivo para que não se leve o presente processo a julgamento de mérito nessa fase, pode o Excelentíssimo Relator ou o egrégio Plenário, com fundamento no art. 277 do RI/TCDF, determinar à Semob, por medida cautelar, que se abstenha de proceder a prorrogações nos Contratos oriundos da Concorrência nº 01/2011-ST, iniciando desde logo, caso ainda não o tenha feito, os procedimentos com vista à deflagração de certame licitatório para novas contratações para substituição dos contratos originários da Concorrência nº 01/2011-ST/DF.

7. Compreende-se que a fumaça do bom direito (*fumus boni iuris*) está presente na alta probabilidade de anulação do certame dos contratos derivados na Ação Popular nº 2013.01.1.092892-0, dado que restam aos interessados apenas recursos de natureza extraordinária (recurso especial e recurso extraordinário), caracterizados por não admitirem a rediscussão de matéria de fato, mas tão só de direito, bem como em todas as graves irregularidades levantadas ao longo destes autos e que vem causando lesão ao erário público.

8. No que tange ao periculum in mora, cabe destacar que os Contratos estão previstos para terem suas vigências encerradas a partir de 28/12/2022 (Pioneira e Expresso São José), porém,

Considerando-se a complexidade da matéria e a sua elevada materialidade, bem como que a documentação referente à modelagem jurídica e econômico-financeira até o momento não chegou a este Tribunal para análise no âmbito da Resolução nº 290/2016, depreende-se que a Semob deve adotar com a devida urgência e prioridade as providências aqui sugeridas, com vistas a evitar uma situação de prestação de serviços sem cobertura contratual ou a renovação dos atuais Contratos, prolongando indefinidamente o atual estágio de insegurança jurídica que cerca as concessões, mostrando-se frontalmente contrária ao interesse público.” (grifos do original)

Assim, nada obstante o sobrestamento do feito e ciente de que a questão tratada na Ação Popular n.º 2013.01.1.092892-0 ainda não tramitou em julgado, entendo que, em vez de expedir medida cautelar obstando a prorrogação dos Contratos oriundos da Concorrência n.º 01/2011-ST, cabe **determinar à Semob/DF que, no prazo de 60 (sessenta) dias, informe ao TCDF os procedimentos que estão sendo adotados**

“com vista à deflagração de certame licitatório para novas contratações para substituição dos contratos derivados da Concorrência nº 01/2011-ST/DF ao término de suas vigências originais, ou dentro dos 365 dias definidos pelos Acórdãos/TJDFT de



n^{os} 1144188 e 1233612, exarados no âmbito da Ação Popular n^o 2013.01.1.092892-0, o que ocorrer primeiro”.

Ademais, vale autorizar a constituição de autos apartados para exame do cumprimento da supracitada diligência.

Finalmente, considerando a proposta de sobrestamento do feito ante a judicialização da matéria, mostra-se prudente e necessário **encaminhar cópia deste Relatório/Voto e da decisão que vier a ser proferida** à Semob/DF, à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, à Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF e à Juíza⁶⁵ titular da 6^a Vara da Fazenda Pública do DF (Órgão julgador da ACP 0703048-02.2020.8.07.0018), para ciência e adoção das providências que julgarem cabíveis em suas respectivas esferas de competência.

Ante o exposto, divergindo dos órgãos instrutivo e ministerial, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

- I. tome conhecimento:
 - a) das Informações n.^{os} 60/2021-DIGEM3 e 61/2021-DIGEM3, bem como das Informações n.^{os} 57/2020-DIGEM3 e 59/2020-DIGEM3 (peças 94 e 95, nessa ordem);
 - b) dos Pareceres n.^{os} 743/2020 - G3P e 489/2021–G3P (peças 99 e 165, respectivamente);
 - c) dos memoriais apresentados pelas Viações Pioneira Ltda. e Piracicabana Ltda. (peça 143) e pela Urbi Mobilidade Urbana (peça 144);
 - d) dos Ofícios n.^{os} 51/2020-SEMOB/GAB/ASTEC (peça 76), 76/2020 - SEMOB/GAB/ASTEC (peça 83) e 249/2020-SEMOB/GAB/ASTEC (peça 85), e correspondentes anexos;
- II. autorize o levantamento do sobrestamento do Processo n.^o 5.964/2015 e apensação aos presentes autos, para que a matéria ali relacionada à regularidade dos valores das tarifas técnicas estabelecidas nos Contratos de Concessão oriundos da Concorrência n.^o 01/2011-ST seja discutida nestes autos, de modo a evitar a adoção de decisões conflitantes;
- III. sobresteja o exame das matérias tratadas no presente feito, até o deslinde da ACP n.^o 0703048-02.2020.8.07.0018;
- IV. determine à Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal – Semob/DF que informe, no prazo de 60 (sessenta) dias, os procedimentos que estão sendo adotados com vista à deflagração de certame licitatório para novas contratações para substituição dos contratos derivados da Concorrência n.^o 01/2011-ST/DF ao término de suas vigências originais, ou dentro dos 365 dias definidos pelos Acórdãos/TJDFT de n.^{os} 1144188 e 1233612, exarados no

⁶⁵ Dra. Sandra Cristina Candeira de Lira.



âmbito da Ação Popular n.º 2013.01.1.092892-0, o que ocorrer primeiro;

- V. dê ciência da decisão que vier a ser proferida às empresas Urbi Mobilidade Urbana, Viação Pioneira Ltda. e Viação Piracicabana Ltda. e ao Instituto Brasileiro de Estudo e Defesa das Relações de Consumo – IBEDEC/DF;
- VI. autorize:
 - a) o envio de cópia deste Relatório/Voto e da decisão que vier a ser proferida à Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal – Semob/DF, à Câmara Legislativa do Distrito Federal – CLDF, ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT, à Procuradoria-Geral do Distrito Federal – PGDF e à Juíza titular da 6ª Vara da Fazenda Pública do DF (Órgão julgador da ACP 0703048-02.2020.8.07.0018), para ciência e adoção das providências que julgarem cabíveis em suas respectivas esferas de competência;
 - b) a constituição de autos apartados para exame do cumprimento da diligência a que se reporta o item IV retro;
 - c) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade – Segem/TCDF, para os devidos fins.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 2021

INÁCIO MAGALHÃES FILHO
Conselheiro-Relator